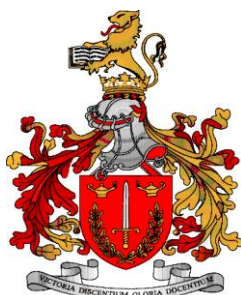


**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**ANA CATARINA DA SILVA ARAÚJO**

ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

XXXI CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE POLÍCIA

**O POLICIAMENTO E AS INFORMAÇÕES NA DIVISÃO  
POLICIAL DE SINTRA: ENTRE A REALIDADE E A UTOPIA**

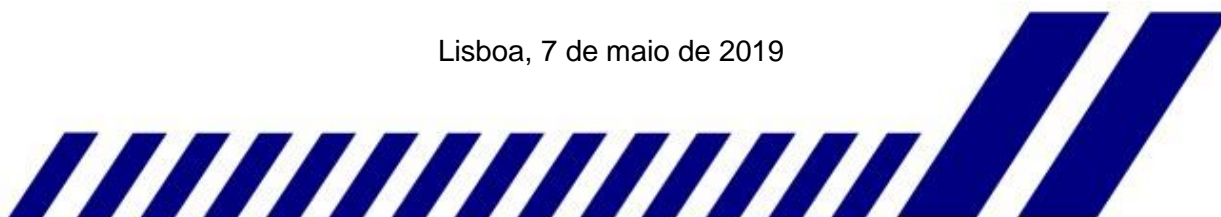
ORIENTADORA:

**PROF.<sup>a</sup> DOUTORA SÓNIA MARIA ANICETO MORGADO**

COORIENTADOR:

**COMISSÁRIO SIMÃO FREIRE**

Lisboa, 7 de maio de 2019



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**ANA CATARINA DA SILVA ARAÚJO**

ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

XXXI CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE POLÍCIA

**O POLICIAMENTO E AS INFORMAÇÕES NA DIVISÃO  
POLICIAL DE SINTRA: ENTRE A REALIDADE E A UTOPIA**

**Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança  
Interna**

**com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a  
orientação da Professora Doutora Sónia Maria Aniceto Morgado e coorientação do  
Comissário Simão Freire.**



**Estabelecimento de Ensino:** Instituto Superior de Ciências Policiais e  
Segurança Interna

**Curso:** XXXI CFOP

**Orientadora:** Professora Doutora Sónia Morgado

**Coorientador:** Comissário Simão Freire

**Título:** O policiamento e as informações na Divisão Policial de  
Sintra: entre a realidade e a utopia

**Autor:** Ana Catarina da Silva Araújo

**Local de Edição:** Lisboa

**Data de Edição:** Maio de 2019

## Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado é o culminar de um processo de muita dedicação e sacrifício pessoal. Como tal, os meus primeiros agradecimentos não poderiam deixar de ser dirigidos aos meus orientadores.

À Professora Sónia Morgado pela coragem de ter aceite este desafio, pela dedicação, compreensão, paciência quase maternal em dar resposta a todos meus “porquês”, e pela exímia orientação prestada ao longo deste processo.

Ao Comissário Simão Freire por me ter ensinado a pensar e a questionar, por toda a partilha de conhecimentos e por acreditar neste trabalho.

À Escola Prática de Polícia, que me acolheu e incutiu os valores do que é ser polícia. À 39ª e 78ª Esquadras da Divisão Policial de Loures por me terem moldado no elemento policial que me tornei, e pela honra de lhes poder chamar “casa-mãe”.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, aos seus professores, oficiais, chefes e agentes pelos últimos cinco anos de grande enriquecimento pessoal e profissional.

Aos meus pais, pela educação, valores transmitidos, sacrifícios e pelos irmãos maravilhosos que me deram. O orgulho que têm em mim é o reflexo daquilo que são.

Aos meus amigos, por toda a paciência e compreensão pelas ausências destes últimos cinco anos.

Ao Cunami pelo apoio, convívio e amizade.

À Diana Martins, amiga leal desde o primeiro dia de PSP. Obrigada por tudo e por estares sempre presente!

À Cris, companheira de luta e noites perdidas de estudo. À Laurinha, pelo exemplo de saber estar e saber ser. Ao Rodrigues, pelo exemplo de honestidade, integridade e justiça. E ao Rafael, porque “mais vale tarde que nunca”.

Ao Subcomissário Telmo Rocha, Chefe Carlos Camões, efetivo da 88ª Esquadra – Massamá, e ao Subcomissário Rui Ferraz e efetivo da 61ª Esquadra – Reboleira, por toda a partilha de conhecimentos e experiências.

A todos os que permitiram a realização desta dissertação, em especial aos oficiais, chefes e agentes entrevistados e a todo o efetivo da Divisão Policial de Sintra que aceitaram contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

Ao XXXI CFOP por estes cinco anos de lições de camaradagem... “*Primus inter Pares*” acima de tudo.

Por fim, a ti meu amor. Por toda a privação sofrida em prol da minha dedicação a este trabalho, por nunca teres duvidado de mim, por toda a colaboração e paciência... por seres quem és e pelo que me fazes ser.

## **Resumo**

À era da informação estão subjacentes novos desafios para as instituições que suportam os Estados, entre as quais a Polícia de Segurança Pública (PSP). O policiamento orientado pelas informações (POI) surge como uma opção estratégica para fazer face esta nova conjuntura. A literatura sugere uma operacionalização do POI concretizada pela interação entre três agentes: informações, contexto de atuação policial e decisor. Os órgãos de informações policiais interpretam o contexto de atuação policial para produzir informações que, sendo adequadas às necessidades dos decisores, influenciam a sua tomada de decisão sobre as estratégias mais adequadas à garantia da segurança. A presente investigação científica exploratória, descritiva e correlacional pretende aferir se o policiamento da Divisão Policial de Sintra (DPS) é orientado localmente pelas informações produzidas pela Secção de Informações (SIInfo). Para o efeito, recorreremos ao método quantitativo de análise do inquérito por questionário e ao método qualitativo para analisar as entrevistas aos elementos policiais com conhecimento sobre o tema. Os resultados mostram uma implementação incompleta do POI na DPS, em virtude do incumprimento integral da relação de intenção entre o decisor e as informações. Revelaram também que a principal causa de não aplicabilidade do POI na DPS deve-se às dificuldades culturais e organizacionais de implementação do POI na PSP. Não obstante, concluiu-se que o policiamento da DPS é influenciado e potenciado pela utilização das informações produzidas pela SIInfo daquela divisão policial.

**Palavras-chave:** informações; Polícia de Segurança Pública; policiamento orientado pelas informações; tomada de decisão.

## **Abstract**

The information age brings new challenges to the different institutions that support states, such as the Polícia de Segurança Pública (PSP). Intelligence-led Policing (ILP) emerges as a strategic option to address this new situation. The literature suggests an operationalization of the ILP, concretized by the interaction between three elements: intelligence, the context of police action and decision maker. Police intelligence services interpret the context of police action to produce information. This information is appropriate to the needs of decision makers, and influences their decision-making process regarding the adequate strategies to guarantee security. The present exploratory, descriptive and correlational scientific research intends to verify if the policing of the Police Division of Sintra (DPS) is guided locally by the information produced by the Information Section (SInfo). For this purpose, we used the quantitative method for statistical treatment of the questionnaire results, as well as the qualitative method for the interviews to police elements. The results show an incomplete implementation of the ILP in DPS, due to the non-fulfillment relationship of intention between the decision-maker and the Police intelligence services. The results also revealed that the main cause of non-applicability of the ILP in the DPS derives from the cultural and organizational difficulties of implementing the ILP in the PSP. Nevertheless, it was concluded that the intelligence produced by DPS's SInfo influences and improves its policing.

**Key-words:** decision-making; intelligence; intelligence-led policing; Polícia de Segurança Pública

## Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice de tabelas.....	vii
Índice de figuras .....	ix
Lista de siglas.....	x
Introdução.....	1
Capítulo I. Enquadramento Concetual.....	4
1.1. Estado e Segurança.....	4
1.2. Polícia de Segurança Pública.....	5
1.2.1. Missão.....	6
1.2.2. Organização.....	6
1.2.3. Subsecção de Informações.....	7
1.3. Gestão, Comando e Liderança.....	8
1.3.1. Gestão.....	8
1.3.2. Comando.....	8
1.3.3. Liderança.....	9
1.3.4. <i>Top-down</i> e <i>Bottom-up</i> .....	10
1.4. Tomada de decisão policial.....	11
1.5. Ameaça e Risco.....	11
1.5.1. Ameaça.....	12
1.5.2. Risco.....	13
Capítulo II. Informações.....	15
2.1. Dificuldades de conceptualização.....	16
2.1.1. A designação.....	16
2.1.2. Dados, notícias e informações, conhecimento, compreensão e sabedoria.....	16
2.1.3. Contrainformação e desinformação.....	17
2.1.4. Informações de segurança, policiais e criminais.....	18
2.2. Organização.....	18
2.2.1. SIRP.....	18
2.2.2. SINTEL.....	19
2.3. Produto.....	21
2.4. Processo.....	22
2.4.1. O tradicional ciclo de produção de informações.....	22

2.4.2. A produção de informações. ....	23
Capítulo III. Modelos de Policiamento .....	25
3.1. Policiamento Tradicional .....	25
3.2. Policiamento Comunitário ou de Proximidade .....	26
3.3. Policiamento Orientado pelos Problemas .....	27
3.4. Policiamento Orientado pelas Informações .....	29
3.4.1. Modelo Carter e Carter .....	31
3.4.2. Modelo Ratcliffe .....	32
3.5. A relação entre o POI, PP e o POP .....	33
Capítulo IV. Método .....	35
4.1. Modelo Conceptual e Hipóteses .....	35
4.2. Instrumentos de Recolha de Dados.....	38
4.2.1. Questionário.....	38
4.2.2. Entrevistas.....	40
4.3. Caracterização da Divisão Policial de Sintra.....	41
4.3.1. Caracterização dos participantes.....	41
4.4. Instrumentos de Análise de Dados .....	42
4.4.1. Análise fatorial exploratória.....	42
4.4.2. Validação.....	43
4.4.3. Medidas de consistência interna.....	44
4.4.4. Análise de conteúdo.....	44
4.5. Testes de Medição para o Modelo Concetual e Comparação entre Grupos .....	45
4.6. Procedimentos .....	45
Capítulo V. Apresentação e Discussão de Resultados .....	47
5.1. Entrevistas .....	47
5.2. Questionários .....	54
5.2.1. Análise descritiva e correlacional.....	54
5.2.2. Testes de medição concetual.....	58
5.2.3. Análise comparativa intra-grupos de fatores.....	60
CONCLUSÕES.....	64
BIBLIOGRAFIA.....	68
ANEXOS.....	84
ANEXO 1. Organização hierárquica da PSP .....	84
ANEXO 2. Identificação de ameaças.....	85
ANEXO 3. Informações de segurança, informações policiais e informações criminais.....	86
ANEXO 4. Estrutura do SINTEL-PSP.....	87

ANEXO 5.	Atributos das informações.....	88
ANEXO 6.	Ciclo de produção de informações.....	89
ANEXO 7.	Processo de produção de informações.....	90
ANEXO 8.	Policiamento orientado para os problemas.....	91
ANEXO 9.	Policiamento orientado pelas informações.....	92
ANEXO 10.	Modelo concetual.....	93
ANEXO 11.	Estrutura do instrumento de medida.....	94
ANEXO 12.	Caracterização da Divisão Policial de Sintra.....	96
ANEXO 13.	Caracterização dos participantes.....	98
ANEXO 14.	Análise fatorial exploratória.....	99
ANEXO 15.	Validação.....	103
ANEXO 16.	Medidas de consistência interna.....	104
ANEXO 17.	Testes de medição para o modelo conceptual e comparação entre grupos.....	105
ANEXO 18.	Análise Descritiva e Correlacional.....	106
ANEXO 19.	Testes de medição concetual.....	108
ANEXO 20.	Análise Comparativa Intra-Grupos de Dimensões.....	109
ANEXO 21.	Quadro categorial para análise de conteúdo das entrevistas.....	118
ANEXO 22.	Grelha categorial para análise de conteúdo das entrevistas.....	119
ANEXO 23.	Pré-teste ao questionário.....	143
ANEXO 24.	Questionário.....	152
ANEXO 25.	Guião de entrevistas.....	159
ANEXO 26.	Pedido de autorização para aplicação de pré-teste e questionário....	161
ANEXO 27.	Pedido de autorização para realização de entrevistas.....	162
ANEXO 28.	Autorização para aplicação de questionário.....	164
ANEXO 29.	Autorização para realização de entrevistas.....	165
ANEXO 30.	Pedido de consentimento informado.....	166
ANEXO 31.	Declaração de consentimento informado.....	167

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Atributos das informações.....	88
Tabela 2 - Caracterização do modelo SARA.....	91
Tabela 3 - Diferenças entre o modelo Carter e Carter e o modelo Ratcliffe.....	93
Tabela 4 - Modelo adaptado .....	93
Tabela 5 - Estrutura do instrumento de medida.....	94
Tabela 6 - Descrição geral da Divisão Policial de Sintra .....	96
Tabela 7 - Caracterização dos meios auto da Divisão Policial de Sintra .....	96
Tabela 8 - Caracterização sociodemográfica dos participantes.....	98
Tabela 9 - Estrutura do instrumento de medida reestruturado para análise estatística.....	99
Tabela 10 - Teste de KMO e Bartlett.....	100
Tabela 11 - Variância total explicada .....	100
Tabela 12 - Rotação da matriz de componentes.....	101
Tabela 13 - Tabela de Comunalidades .....	102
Tabela 14 - Coeficiente de correlação intraclasse.....	103
Tabela 15 - Estatística descritiva dos scores do momento 1 e do momento 2 .....	103
Tabela 16 - Consistência Interna .....	103
Tabela 17 - Análise da ROC .....	103
Tabela 18 - Medidas de consistência interna – Alpha de Cronbach .....	104
Tabela 19 - Testes de aderência à normalidade .....	105
Tabela 20 - Estatística descritiva dos fatores .....	106
Tabela 21 - Médias, desvios-padrão, mediana, modas e coeficientes de correlação de <i>Spearman</i> .....	107
Tabela 22 - Resultados para o modelo inicial (Coeficientes beta <i>standardizados</i> /padronizados) .....	108
Tabela 23 - Resultados para o modelo pós-AFE (Coeficientes beta <i>standardizados</i> / padronizados).....	108
Tabela 24 - Medidas descritivas e teste Mann-Whitney para o género .....	109
Tabela 25 - Medidas descritivas e teste Kruskal-Wallis para as habilitações literárias ...	109
Tabela 26 - Medidas descritivas e teste Kruskal-Wallis para as funções atuais .....	110
Tabela 27 - Teste de homogeneidade das variâncias – Teste Levene para as funções atuais.....	110
Tabela 28 - Comparações múltiplas das funções atuais - Teste Scheffé .....	111
Tabela 29 - Medidas descritivas e teste Kruskal-Wallis para o posto .....	113
Tabela 30 - Teste de homogeneidade das variâncias – Teste Levene para o Posto.....	114
Tabela 31 - Comparações múltiplas do posto - Teste <i>Scheffé</i> .....	114

Tabela 32 - Medidas descritivas e teste Mann-Whitney para a familiarização com o POI .....	115
Tabela 33 - Medidas descritivas e teste Kruskal-Wallis para o nível de conhecimento..	115
Tabela 34 - Teste Levene sobre o conhecimento do tema.....	116
Tabela 35 - Comparações múltiplas para o conhecimento sobre o tema .....	116

## Índice de figuras

Figura 1. Modelo adaptado.....	36
Figura 2. Medição do modelo conceptual inicial.....	59
Figura 3. Organização hierárquica da PSP.....	84
Figura 4. Identificação de ameaças.....	85
Figura 5. Informações de segurança, informações policiais e informações criminais. ....	86
Figura 6. Estrutura do SINTEL PSP.....	87
Figura 7. Ciclo de produção de informações... ..	89
Figura 8. Processo de produção de informações.....	90
Figura 9. Modelo SARA.....	91
Figura 10. Modelo Carter e Carter.....	92
Figura 11. Modelo 3-i.....	92
Figura 12. Modelo 4-i.....	92
Figura 13. Organigrama simplificado da Divisão Policial de Sintra.....	97
Figura 14. Valores médios e medianos dos fatores.....	106
Figura 15. Medição do modelo conceptual pós-AFE .....	108

## Lista de siglas

- AFE – Análise Fatorial Exploratória
- AIP – Áreas de Interesse Permanente
- BJA – *Bureau of Justice Assistance*
- CAO – Chefe da Área Operacional
- CISMIL – Centro de Informações e Segurança Militares
- COMETLIS – Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- DIP – Departamento de Informações Policiais
- DNPSP – Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
- DPS – Divisão Policial de Sintra
- EIC – Esquadra de Investigação Criminal
- EIFP – Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial
- EUA – Estados Unidos da América
- FA – Forças Armadas
- FS – Forças de Segurança
- FSS – Forças e Serviços de Segurança
- GIWG – *Global Intelligence Working Group*
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- HUMINT – *Human Intelligence*
- IACP – *International Association of Chiefs of Police*
- IC – Investigação Criminal
- IMINT – *Imagery Intelligence*
- ISCPSP – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
- KMO – *Kaiser-Meyer-Ohlin*
- KW – *Kruskall-Wallis*
- LOIC – Lei de Organização da Investigação Criminal
- LOPSP – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
- LQSIRP – Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa
- LSI – Lei de Segurança Interna
- MASINT – *Measurement and Signatures Intelligence*
- MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
- NAE – Núcleo de Armas e Explosivos

- NATO – *North Atlantic Treaty Organization*
- NEP – Norma de Execução Permanente
- NIP – Núcleo de Informações Policiais
- NPI – Necessidades Prioritárias de Informações
- OCS – Órgãos de Comunicação Social
- OSCE – *Organization for Security and Co-operation in Europe*
- OSINT – *Open Source Intelligence*
- POI – Policiamento Orientados pelas Informações
- POP – Policiamento Orientados pelos Problemas
- PP – Policiamento de Proximidade
- PSP – Polícia de Segurança Pública
- ROC – *Receiver Operator Characteristic Curve*
- SCOT – Sistema de Contraordenações de Trânsito
- Séc. – Século
- SEI – Sistema Estratégico de Informação
- SG-SIRP – Secretário Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa
- SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
- SIGINT – *Signals Intelligence*
- SInfo – Secção de Informações
- SINTEL – Sistema de informações policiais da PSP
- SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa
- SIS – Serviços de Informações de Segurança
- SPSS – *Statistical Program for Social Sciences*
- SsInf – Subsecção de Informações
- TECHINT – *Technical Intelligence*
- UE – União Europeia
- UEP – Unidade Especial de Polícia
- VMC – Variância do Método Comum
- ZUS – Zonas Urbanas Sensíveis

## Introdução

No livro *O Choque do Futuro*, Toffler (1998) salienta as dificuldades do ser humano em perceber e lidar com a velocidade das mudanças vividas pelo mundo do século (séc.) XX, antecipando as transformações sociais, económicas, tecnológicas e culturais que se verificam hoje, quase 50 anos depois do lançamento da primeira edição do livro, em 1970.

Quando escreve *A Terceira Vaga*, Toffler divide a história da civilização humana em três grandes eras, caracterizadas pelos meios de produção de riqueza, manutenção de poder e de fazer a guerra (Waltz, 2003).

O autor salienta que a mudança entre eras tem operado cada vez mais a uma velocidade estonteante: se a era da agricultura durou milhares de anos até ao surgimento da era industrial, bastaram apenas 300 anos para que esta fosse substituída pela era da informação (Toffler, 1998).

Nesse sentido, Toffler (1980) observa que as características de cada era são responsáveis pelas grandes alterações da civilização verificadas nessas alturas.

Na primeira, o principal meio de geração de riqueza era a agricultura sendo o principal recurso a propriedade da terra, foi responsável pela passagem do nomadismo para o sedentarismo. A era industrial, cujo recurso central de produção de riqueza eram as matérias primas e o principal meio a produção em massa de bens, foi responsável pela massificação da sociedade, pelo surgimento do mercado e da economia em grande escala. E na era da informação, a informação é o principal recurso para a geração de riqueza. A produção específica de serviços de conhecimento é o método privilegiado para alcançar o poder (Waltz, 2003).

Toffler (1980) define era da informação como a era de uma sociedade incapaz de sobreviver sem informação e tecnologias de informação, e onde as inovações tecnológicas substituem o trabalho físico do homem. O poder já não reside no domínio das matérias primas e dos meios de produção de massa, mas sim na propriedade da informação e do conhecimento. As guerras não mais são travadas pelo domínio das fontes de matérias primas, mas sim pelo domínio da informação. A expressão “informação é poder” nunca teve tanto significado como nos dias que correm. As repercussões políticas e financeiras que os casos *Wikileaks* e *Snowden* tiveram a nível mundial, são disso exemplo.

Outro exemplo é representado pela capacidade que a informação tem em impregnar o nosso quotidiano sob as mais diversificadas formas (e sem que disso nos apercebamos, na maioria das vezes): notícias sobre a alegada interferência russa nas eleições presidenciais norte-americanas; ou até na própria utilização de redes sociais, carregadas de algoritmos que modelam os nossos interesses e desejos, para que as grandes

empresas de *marketing* nos continuem a bombardear com anúncios de bens e serviços que aprendemos a sentir necessários, quando no fundo são apenas desejos manipulados pela informação que nós próprios deixamos escapar (Harari, 2017).

A era da informação acarreta assim novos desafios às diferentes instituições que suportam os Estados, entre as quais as Forças de Segurança (FS). A realidade policial não pode ficar indiferente a esta nova conjuntura.

Para Fernandes (2014), as informações são fator *sine qua non* para o desenvolvimento da segurança, desde logo por apoiar a tomada de decisão policial na definição de estratégias adequadas à concretização dos objetivos institucionais. Portanto, um policiamento orientado pelas informações (POI).

Todavia, a implementação do POI no seio da Polícia de Segurança Pública (PSP) não se afigura pacífica, deparando-se com entraves de variadas naturezas como a financeira, cultural, formativa ou logística.

É com base nos pressupostos basilares do POI resultantes da revisão de literatura, nas dificuldades já elencadas e no tipo de informações produzidas pela Secção de Informações (SIInfo) da Divisão Policial de Sintra (DPS), que pretendemos iniciar esta dissertação com o problema de investigação: as informações são utilizadas no policiamento da DPS.

O objetivo geral desta dissertação consiste em diagnosticar o trabalho desenvolvido pela SIInfo da DPS, por forma a verificar se o mesmo configura o POI. Daqui, resultam três objetivos específicos: i) Revisão de literatura/Perceber o que é o POI; ii) Estudar o tipo de atividade desenvolvida pela SIInfo da DPS; e, iii) Diagnosticar se a mesma se enquadra no POI.

A presente dissertação é constituída pela introdução e seis capítulos. Com a presente introdução pretendemos enquadrar a investigação, descrevendo qual a pertinência para a PSP, bem como quais os objetivos que orientam a dissertação.

No primeiro capítulo faremos um enquadramento dos conceitos necessários à compreensão do tema em análise, nomeadamente no que concerne à forma de organização e funcionamento da PSP. Posteriormente, clarificaremos o conceito de informações, analisando-o sob uma tripla perspetiva: as informações enquanto processo, produto e organização. A parte teórica desta dissertação encerra com o terceiro capítulo, que visa estudar os vários modelos de policiamento, descrevendo as suas filosofias e características, bem como a sua utilidade no seio da PSP. Será finalizado com a revisão de literatura sobre o POI.

A parte prática tem início no capítulo quatro, no qual se clarifica o método utilizado, sendo então explicados o modelo concetual e hipóteses formuladas, os instrumentos de recolha e de análise de dados, e os procedimentos encetados para a aplicação dos

questionários e entrevistas. Dos resultados obtidos pela aplicação do método, resulta o quinto capítulo, que os descreverá e discutirá com o intuito de verificar as hipóteses formuladas, bem como responder à pergunta de partida.

Por fim, o sexto capítulo expõe as conclusões obtidas com a elaboração desta dissertação.

## Capítulo I. Enquadramento Concetual

O presente capítulo visa enquadrar concetualmente a dissertação. Para tal, serão explorados os conceitos de Estado, Segurança e Polícia, bem como caracterizada a missão e a organização da FS no âmbito da qual o presente estudo se baseia, a PSP.

Os conceitos de gestão, comando, liderança, *Top-down* e *Bottom-up* servirão para clarificar a forma como a PSP define os seus objetivos estratégicos e operacionaliza a sua concretização. E porque a realidade policial opera em cenários de incerteza, iremos aludir aos conceitos de risco e de ameaça para perceber as dificuldades que assombram a prossecução da segurança.

### 1.1. Estado e Segurança

De acordo com o Professor Marcello Caetano (1996), o Estado é uma entidade que exerce autoridade sobre um povo situado num território delimitado por fronteiras.

Na perspetiva *hobbiana* de Clemente (2009), a autoridade estatal resulta do contrato social, segundo o qual os cidadãos delegam no Estado a função de garantia da sua segurança. Assim, e no dizer de Lara (2015), o Estado é responsável pela garantia da segurança, a justiça e bem-estar económico dos seus cidadãos.

Porque o debate sobre a sua conceptualização da segurança não é de hoje, e porque permanece a inexistência de consensualidade, continuamos a assistir a discussões sobre quais os parâmetros que tal definição deve conter (Bellavita, 2008).

Recorrendo à etimologia da palavra, segurança significa um estado de ausência de riscos e perigos (Morgado & Mendes, 2016) onde a paz e tranquilidade dominam a sociedade nas suas várias dimensões: alimentar, económica, militar ou humana.

Apesar de tradicionalmente ser vista sob uma dupla vertente: segurança interna, no sentido de proteção da estabilidade interna dos Estados, e segurança externa, relativamente à ingerência de outros Estados, Elias (2013) defende que atualmente vivemos um novo paradigma da segurança, onde a segurança interna é cada vez mais externalizada, e a segurança externa internalizada.

Pese embora a falta de consensualidade sobre a sua conceptualização, bem como a mescla entre segurança interna e externa, a segurança sempre foi um bem almejado pelos diferentes Estados, que, apesar de únicos e díspares entre si, concordam com a existência de fatores que deverão ser atendidos na conceptualização da segurança de cada Estado: a segurança dos bens, das pessoas e das instituições.

No caso português, considera-se que para garantir a proteção das pessoas, bens e instituições, a atividade da segurança interna assenta em cinco pilares: cooperação internacional, ordem pública, investigação criminal, prevenção e informações (Fernandes, 2014). Como tal, Clemente (2009) entende que é nas Forças e Serviços de Segurança (FSS) que o Estado delega a responsabilidade pela produção da segurança interna.

Todavia, a realidade do séc. XXI exige algo mais do que a tradicional divisão securitária entre o que é interno e o que é externo. Vivemos num mundo globalizado onde as fronteiras territoriais dos Estados começam a confundir-se com as fronteiras das uniões entre Estados, o que se reflete na extensão dos problemas internos às uniões estatais. Vejamos como o caso do *Brexit* e a não aceitação das condições impostas pela União Europeia (UE) à saída do Reino Unido, provocou alarme social, económico e político em toda a UE.

A globalização e a rápida evolução da tecnologia servem tanto os propósitos do cidadão cumpridor como os do criminoso, desde logo porque a própria criminalidade é cada vez mais transnacional, como o caso do narcotráfico. Esta nova realidade exige, portanto, que os Estados colaborem entre si não só para garantir a sua segurança, como também a segurança dos outros Estados (Elias, 2013).

Assim, doravante utilizaremos apenas a designação segurança.

## 1.2. Polícia de Segurança Pública

Antes de caracterizarmos a PSP, importa iniciar este subcapítulo com o esclarecimento do que se entende pelo conceito de Polícia.

Clemente (2010) e Elias (2018) recorrem à etimologia para esclarecer que Polícia, ao derivar do vocábulo grego *Politeia*, significa o governo da cidade. Já para Valente (2017), a Polícia é o garante da segurança do cidadão, e conseqüentemente do Estado. Como tal, detém a responsabilidade de fiscalizar e garantir o cumprimento das leis que são criadas para reger a livre, saudável e segura convivência entre os constituintes do Estado.

Pelo exposto, o trabalho policial revela-se importante para o Estado ao representar a sua capacidade de resolução dos problemas securitários, podendo, em última instância e se necessário, exercer o seu poder de coação (Fernandes, 2005).

De acordo com a articulação do n.º 1 do artigo (art.º) 272.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), do art.º 25, n.º 2, alínea b) da Lei de Segurança Interna (LSI), Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto alterada pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio, e do art.º 1.º da Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP), Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, a PSP é uma FS organizada hierarquicamente, cujos elementos, uniformizados

e armados, prosseguem missões conducentes à garantia da segurança. Destarte, vejamos quais as suas atribuições e como se organiza para concretizar tal desígnio.

### **1.2.1. Missão.**

Sendo a PSP uma das instituições responsáveis pelo desenvolvimento das atividades referentes aos cinco pilares da segurança interna, o art.º 3.º da LOPSP prevê o conjunto de atribuições desenvolvidos no contexto de atuação de cada um desses pilares: a área criminal e contraordenacional; segurança rodoviária, dos transportes públicos e aeroportuária; segurança ambiental; segurança privada; proteção de pessoas e bens das ameaças humanas ou naturais; proteção de infraestruturas críticas como as ferroviárias; segurança de eventos; manutenção da ordem pública; cooperação internacional; controlo de situações de permanência irregular em território nacional; a proteção de fenómenos relacionados com a violência no desporto; e, detém ainda a responsabilidade exclusiva sobre a matéria referente às armas, munições e substâncias explosivas, bem como sobre a segurança pessoal a altas entidades e de cidadãos cuja situação exija a proteção pessoal.

Daqui se depreende a amplitude e variedade das competências da PSP, que tal como Braga, Brunson e Drakulich (2019) e Goldstein (1979; 2018) apontam sobre a missão das FS, deve visar a resolução de problemas que afetam a comunidade e cuja natureza transcende a criminal.

### **1.2.2. Organização.**

Com o auxílio da Figura 3 (Anexo 1) que esquematiza a organização hierárquica da PSP, passemos a uma breve descrição da mesma.

A LOPSP define a estrutura e organização hierárquica da PSP, prevendo no seu art.º 17.º que o topo dessa hierarquia é encabeçado pela Direção Nacional da PSP (DNPSP). De acordo com o art.º 19.º, à DNPSP seguem-se a Unidade Especial de Polícia (UEP) e os comandos territoriais, podendo estes últimos configurar natureza metropolitana, regional ou distrital. Sendo os comandos territoriais constituídos pelo comando, serviços e subunidades, tal como resulta do art.º 35.º, percebemos da leitura do art.º 38º que as subunidades são constituídas por divisões policiais e esquadras.

Nos termos do Despacho n.º 20/GDN/2009 de 15 de dezembro de 2009 (doravante designado por Despacho 20) que define a organização e competências das unidades (ou comandos) territoriais da PSP, as divisões policiais podem ser de competência específica ou de competência territorial, podendo estas últimas serem integradas, quando situadas

dentro do Conselho Municipal do comando territorial, ou destacadas, quando se encontram fora do Conselho Municipal.

No que concerne ao exercício de comando, a Norma de Execução Permanente (NEP) n.º AULOOS/DO/01/24 de 2016 atribui à DNPSP o nível de comando estratégico, à UEP e comandos territoriais o nível operacional, e às divisões policiais e esquadras o nível tático.

A importância da compreensão dos níveis de comando da PSP reside na necessidade de compreender como se processa o ato de comando no seio institucional. Quem emite e recebe ordens, quem define quais os objetivos que a PSP deve prosseguir, e como são essas decisões comunicadas ao longo da cadeia hierárquica, são questões essenciais à compreensão do âmago da questão do comando policial no seio da PSP, e que serão desenvolvidas ao longo do presente capítulo.

### **1.2.3. Subsecção de Informações.**

Para os propósitos da presente investigação, importa ainda perceber qual a função e organização das Subsecção de Informações (SsInf) das divisões policiais.

Nos termos do Despacho 20, as divisões policiais são chefiadas por comandantes responsáveis pelo seu comando tático que, de acordo com a NEP n.º AULOOS/DO/01/24, traduz-se na definição de objetivos e orientação do efetivo policial no cumprimento da missão dessa divisão.

Tal como decorre do Anexo 4.1 do Despacho 20, as divisões policiais são constituídas pelas subunidades operacionais (esquadras) e pelas áreas administrativa e operacional. O ponto 3 do mesmo anexo refere que a área operacional é chefiada pelo Chefe da Área Operacional (CAO), cujas responsabilidades passam pela coordenação operacional das esquadras da divisão policial, definição das prioridades da atividade policial no âmbito da prevenção criminal, ou provisão de toda a informação necessária ao processo de tomada de decisão do comandante da divisão.

Para tal, o CAO apoia-se nas esquadras e nas secções que estão sob a sua dependência hierárquica, entre as quais a Secção de Operações e Informações que, segundo o ponto 3.2 do Anexo 4.1 do aludido despacho, subdivide-se em Subsecção de Operações e SsInf.

Assim, o ponto 3.2.2 do Anexo 4.1 do Despacho 20 estabelece como funções da SsInf a proteção das informações policiais, a produção de informações relativas à segurança dos elementos policiais, bem como apoiar o CAO na função de manter comandante da divisão constantemente informado.

### **1.3. Gestão, Comando e Liderança**

Gestão, liderança e comando, é a tríade dos gestores. Enquanto a gestão, organiza e controla os recursos para alcançar os objectivos e missão da organização, a liderança, inculca no capital humano a motivação necessária para os atingir. Derivado do conceito militar, o comando, institui a autoridade, a responsabilidade para a orientação das tarefas.

#### **1.3.1. Gestão.**

O conceito de gestão nasce em meados do século XX, aquando do surgimento das sociedades industrializadas, com o intuito de reestruturar as organizações, por forma a prosseguir os seus objetivos com maior eficiência e eficácia (Northouse, 2018). Desde então, é tida como ferramenta de concretização dos objetivos de qualquer organização, capaz de potenciar as qualidades dos colaboradores e minimizar as suas fraquezas. Daqui se depreendem duas características essenciais ao conceito: cumprimento de objetivos e administração de recursos.

Os principais instrumentos de trabalho de um gestor são, portanto, os recursos da organização sobre os quais exerce funções de recrutamento, planeamento, organização e controlo, dispondo para tal de um conjunto de poderes e ferramentas que lhe permite gerir os indivíduos em função das tarefas necessárias ao cumprimento dos objetivos da organização (Laudon & Laudon, 2018).

Todavia, em sociedades marcadamente competitivas como as hodiernas, a gestão concentra-se cada vez mais no cumprimento dos objetivos e alcance do sucesso organizacional, negligenciando as questões emocionais ou afetivas dos seus recursos humanos (Northouse, 2018). Um exemplo desta obsessão pelo sucesso organizacional é notória no setor empresarial, onde a busca incessante pelo lucro sobrepõe-se aos interesses dos colaboradores da organização.

De todo o modo, a gestão é essencial à sobrevivência das organizações, estendendo-se a todas as áreas da vida social, entre as quais se englobam a das FS onde o conceito de gestão assume a designação de comando.

#### **1.3.2. Comando.**

Para Snyder (1993), o comando é uma forma de gestão de meios que acarreta a responsabilidade pelas consequências (positivas ou negativas) do seu exercício, a forma de utilização dos recursos, e ainda a moral, saúde, bem-estar e disciplina desses recursos.

A esta conceptualização, Roman (1997) acrescenta o critério da autoridade investida no comandante para definir a forma como vai concretizar os objetivos organizacionais.

Sendo um conceito de origem militar, Crabbe (2000), NATO (2015), e Pigeau e McCann (2000) (cit in Morgado e Alves, 2019), percebem-no numa tripla dimensão: i) responsabilidade; ii) autoridade e, iii) competência para a gestão dos meios organizacionais.

Nesse sentido, a PSP define o seu conceito de comando na NEP n.º AUOOS/DO/01/24 de 2016, como o conjunto de poderes de direção, controlo e coordenação exercidos pelo comandante sobre o efetivo policial que compõe a cadeia hierárquica.

Assim, um comandante da PSP será alguém designado como competente para a função, com poderes de autoridade e deveres de responsabilidade para gerir os meios que lhe são afetos com vista à concretização dos objetivos institucionais (Roman, 1997; Snyder, 1993).

Porque hodiernamente vivemos numa sociedade de consumo, onde as empresas se reinventam diariamente para satisfazer os desejos dos consumidores que, cada vez mais, são exigentes e voláteis, o setor empresarial pode configurar uma inspiração para os comandantes da PSP, na medida em que busca incessantemente o autoaperfeiçoamento por operar em ambientes de elevada competição.

Todavia, não olvidemos que uma organização tão numerosa como a PSP, necessita de comandantes (gestores) que saibam gerir os seus recursos, com vista à concretização dos objetivos institucionais. De outro modo, os comandantes policiais não se podem limitar à concretização de objetivos porque, para os alcançar, precisa que os recursos olhem na mesma direção.

### **1.3.3. Liderança.**

Em áreas como a segurança, torna-se necessário que o comandante seja também um líder, alguém que atenda aos sentimentos, desejos, estados de espírito, ou nível de motivação do grupo onde se insere (Baron, 2008).

A liderança é, pois, o conjunto de características que capacitam um indivíduo a motivar e inspirar um grupo de pessoas, bem como a promover a confiança do grupo nas suas capacidades de comando, por forma a guiá-los no encetamento de esforços para alcançar um objetivo comum (Pigeau & McCann, 2002).

Numa instituição como a PSP, com um efetivo de 20217 elementos (DNPS, 2017), é fulcral que aquele que a comanda consiga motivar e influenciar estes recursos a trabalhar no mesmo sentido que os objetivos institucionais.

Todavia, seria utópico afirmarmos que apenas um homem seria capaz de tal proeza, sendo pois necessária a existência de vários comandantes ao longo da cadeia do comando (Alberts & Hayes, 2006). Nessa senda, a cadeia hierárquica da PSP constitui-se por comandantes nos seus vários níveis de decisão (estratégica, operacional e tática), com capacidades de liderança, influência e motivação daqueles que por eles são guiados na busca pela segurança.

#### **1.3.4. *Top-down e Bottom-up.***

Uma vez que a PSP é uma organização hierárquica encabeçada pela DNPSP e tendo por base as esquadras policiais, importa perceber como são decididos os objetivos desta instituição e transmitidos ao longo da cadeia hierárquica.

Desta feita, torna-se pertinente explorar os modelos de gestão *Top-down* e *Bottom-up* que, segundo Nonaka (1988), centram-se no processamento e fluxo de informações relativas às estratégias organizacionais.

De acordo com David e David (2017), na abordagem *Top-down* a responsabilidade de gestão das organizações reside no topo das suas cadeias hierárquicas, na medida em que são os mais altos decisores que detêm a capacidade, experiência e responsabilidade para decidir o rumo das organizações.

No mesmo sentido, Wheelen, Hunger, Hoffman e Bamford (2018) defendem que a definição das estratégias organizacionais caberá ao topo da hierarquia, enquanto que a base da hierarquia será responsável pela implementação e operacionalização dessas estratégias.

Por outro lado, o modelo *Bottom-up* privilegia a informação, conhecimento e experiência detida pela base da hierarquia e como tal, proclama que aqueles que se relacionam diretamente com a atividade da organização, que a executam e que percebem quais as suas dificuldades, é que deverão definir as melhores estratégias para o cumprimento dos objetivos da organização (Nonaka, 1988).

Como evidenciado pela Figura 3 (Anexo 1), a PSP adota a gestão *Top-down*, onde a DNPSP decide quais os objetivos estratégicos da PSP e difunde-os para o nível operacional. Este, por sua vez, adapta esses objetivos à sua realidade e meios disponíveis, e dissemina-os para o nível tático, que procederá do mesmo modo para a sua realidade e efetivo disponível.

Explorado o modo como as decisões policiais são tomadas e difundidas pela cadeia hierárquica da PSP, exploremos agora o conceito de tomada de decisão policial.

#### **1.4. Tomada de decisão policial**

Segundo Baron (2008), uma decisão é a opção entre as alternativas de ação disponíveis, podendo adotar variadas formas consoante o fim a que se destinam.

No dizer de Damásio (2012), o conceito de decisão implica três pressupostos: i) o reconhecimento da necessidade de decidir, ii) a escolha entre um leque de alternativas decisórias, e, iii) as consequências futuras da decisão.

O ato de decidir é tipicamente humano (Polic, 2009), pelo que, e sendo a PSP uma instituição constituída por homens e mulheres, a decisão é intrínseca à função policial. Assim, o conceito de decisão policial revela-se como a opção por uma determinada ação policial, em detrimento das alternativas existentes no momento em que é tomada, e da qual resultará um potencial impacto negativo menor para a missão da Polícia.

Colman (2015) refere que a tomada de decisão é o processo que sustenta a decisão, sendo muitas vezes um processo consciente e voluntário. Todavia, existem situações tão complexas e urgentes que conduzem a decisões tomadas no imediato e sem qualquer tipo de ponderação prévia, racional e consciente.

O processo decisório pode assim ser condicionado por uma variedade de fatores, como a incapacidade do decisor em recolher e processar toda a informação necessária à decisão, fatores intrínsecos ao decisor, como o *stress*, ou extrínsecos, como a pressão temporal que impende sobre a decisão (Felgueiras & Pais, 2016).

Acresce ainda, que a previsão exata das consequências das decisões é algo impossível, desde logo porque vir-se-ão a verificar num futuro, próximo ou longínquo, impossível de prever com precisão, sobretudo em cenários operacionais complexos (Durance & Godet, 2008).

O processo decisório está, portanto, condicionado pelo fator incerteza.

#### **1.5. Ameaça e Risco**

A norma ISO 73:2009 define a incerteza como a insuficiência, ou inexistência, de informação sobre a ocorrência de um evento e as suas consequências ou probabilidades de verificação. Refere-se pois a eventos cuja probabilidade de verificação é insuscetível de medição (Knight, 1921).

Porque a incerteza é uma constante da vida em sociedade e, conseqüentemente da atividade policial (Fernandes, 2014), importa perceber o que este desconhecimento pode acarretar. Desse modo, o presente subcapítulo visa explorar os conceitos de ameaça e o risco, dos quais surge a incerteza.

### 1.5.1. Ameaça.

Ameaças são circunstâncias, entidades ou eventos potenciadores da violação do *status quo*, isto é, com potencial para causar prejuízos e danos a uma pessoa, organização ou Estado (Navarro, 2007). Para Ribeiro (2017), podem ser provenientes de atores contrários que, dotados de vontade e capacidade, dispõem de estruturas de comando habilitadas a tomar iniciativas e reagir às ações realizadas de um Estado, com o intuito de lhe negar a materialização dos seus objetivos nacionais.

A ameaça configura uma fonte de riscos para um determinado ativo, e é aferida em termos dicotómicos de possibilidade, isto é, ou é possível ou impossível (Fernandes, 2014). Assim, a identificação e avaliação da ameaça permite não só verificar a possibilidade da sua concretização, como também aferir que riscos poderá originar.

Em Portugal, a identificação e avaliação da ameaça é da responsabilidade do Serviço de Informações de Segurança (SIS) (Oliveira, 2015; Torres, 2015), com a colaboração de todas as estruturas do Estado, entre as quais os restantes serviços de informação<sup>1</sup>.

Torres (2015) sintetiza a identificação das ameaças em três características (Figura 4, Anexo 2): intenções, isto é, a vontade do ator concretizar a ameaça; capacidades, quer enquanto conjunto de meios que habilitam o ator na concretização das ameaças, como os recursos humanos e tecnológicos, quer enquanto conjunto de fatores que possam potenciar ou impossibilitar a utilização desses recursos; e a oportunidade de concretizar a ameaça.

A avaliação da ameaça atende aos seus alvos específicos e a um determinado hiato temporal (Fernandes, 2014). Para Oliveira (2015), e no caso português, esse processo obedece à matriz da UE estabelecida pela Recomendação do Conselho de 6 de dezembro de 2001, sobre a criação de uma escala comum de avaliação da ameaça para as personalidades oficiais em visita à UE (2001/C 356/01). Desse modo, as ameaças são hierarquizadas de acordo com o seu grau de iminência de concretização, que vai desde o grau imediato (iminência de concretização elevada) ao grau reduzido (quando essa iminência é menor).

É também nesta fase que se processa a cenarização que permite criar os primeiros cenários da ameaça, isto é, a criação de hipóteses coerentes de materialização da ameaça (Godet, 2006), e que serão úteis ao processo de gestão de riscos (Torres, 2015).

Por fim, e porque a avaliação da ameaça é feita sobre um determinado momento, é necessário um processo de monitorização para controlar a sua evolução. Cabe assim aos serviços de informações proceder a essa monitorização em tempo real, para dotar as FS

---

<sup>1</sup> Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, Centro de Informações Militares e órgãos de informações das FSS.

do necessário conhecimento sobre eventos potencialmente relevantes à garantia da segurança (Perry, McInnis, Price, Smith, & Hollywood, 2013).

### 1.5.2. Risco.

Para a norma ISO 73:2009, o risco é o efeito exercido pela incerteza sobre os nossos objetivos, podendo manifestar-se na combinação da probabilidade de verificação de um determinado evento e nas suas consequências. Portanto, ao contrário da incerteza, o risco é suscetível de medição através de probabilidades objetivas (Knight, 1921).

Como no setor da segurança, a incerteza é uma constante da atividade policial (Manning, 2001), as FS não têm capacidade de proteger de forma permanente todas as pessoas, bens e instituições, pelo que adotam a gestão de riscos como modo de ação para delinear estratégias de mitigação dos riscos provenientes da ameaça (Fernandes, 2014).

Inspirado pela análise SWOT<sup>2</sup>, Torres (2015) defende que a definição dessas contramedidas deve atender não só aos objetivos estratégicos, meios e capacidades das FS como também ao nível de risco que a ameaça representa sobre um ativo.

Desse modo, propõe um processo de gestão de riscos assente na i) identificação do ativo a proteger (Torres, 2015); ii) avaliação do grau de ameaça feita pelo SIS (Oliveira, 2015); iii) identificação e avaliação das vulnerabilidades do ativo que possam vir a ser exploradas pela fonte da ameaça (Fernandes, 2014); iv) avaliação do nível de risco, atendendo à informação obtida nas fases precedentes, aos diferentes cenários de risco criados de acordo com essas informações, e ao estudo dos impactos deles advenientes; e v) delineação e operacionalização da estratégia mais adequada à mitigação do risco (Torres, 2015).

Destarte, o nível de risco é representado pela probabilidade de materialização da ameaça num certo espaço e tempo, e que resulta da exploração das vulnerabilidades de um ativo, bem como dos impactos que a concretização da ameaça carrega (Fernandes, 2014).

Para Massumi (2007), o mundo detém a capacidade de produzir novos riscos a partir das ameaças já existentes e conhecidas, pelo que a única certeza que pende sobre os mesmos, é a sua existência. Neste sentido, importa referir a existência de eventos de elevado impacto e baixa probabilidade de verificação, que podem resultar da exploração das fontes de ameaça: cisnes negros e *wild cards*.

---

<sup>2</sup> Ferramenta utilizadas pelas empresas para desenvolver estratégias de planeamento competitivo no setor em que operam, e segundo a qual são analisadas as suas vantagens competitivas (*Strengths*), vulnerabilidades (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*).

Os cisnes negros são eventos de elevado impacto e de baixa probabilidade de verificação, que surgem de tal forma inesperada que só podem ser explicados depois de ocorrerem. Um exemplo de cisne negro foram os atentados ao *World Trade Center* a 11 setembro de 2001. A fonte de ameaça Al Qaeda era conhecida, todavia a descentralização das informações norte-americanas não permitiu antecipar o ataque. Só após a concretização da ameaça é que se percebeu que poderia ter sido evitada, bem como os impactos que provocou. O mundo mudou depois disso (Taleb, 2015).

Apesar de os *wild cards* serem também eventos de alto impacto e baixa probabilidade que surgem de forma repentina, são considerados no presente, mas dada a sua reduzida probabilidade de verificação, são tendencialmente ignorados. Desastres naturais como o sismo e tsunami do Oceano Índico de 2004, furacão Florence (2018) ou o ciclone Idai (2019), são exemplos clássicos de *wild cards* (Cunha, Kaivo-ojad, Mendonça, & Ruff, 2004).

Como síntese capitular, referimos que a missão da PSP, grosso modo, é a garantia da segurança. Esta realidade, ávida de incerteza, pressupõe que as ameaças sejam identificadas e avaliadas com vista à gestão de risco da sua materialização.

Como tal, a cadeia hierárquica da PSP deve estar imbuída de comandantes com capacidade de definir estratégias eficientes à concretização dos objetivos institucionais, bem como com capacidades de liderança para motivar os seus recursos a olhar na mesma direção.

## Capítulo II. Informações

As informações são uma atividade milenar retratadas pela História como um instrumento de apoio à tomada de decisão em diversos campos: político, militar, diplomático, económico ou até organizacional. As lições de Sun Tzu sobre a utilização de “espiões” para obter informações sobre as estratégias do inimigo, ou as passagens Bíblicas, como a de Moisés que enviou os seus homens a Canaã, com vista à recolha de informações que o auxiliasse a conquistá-la, são alguns dos inúmeros episódios históricos que retratam a utilização de informações na concretização dos objetivos mais ambiciosos (Waltz, 2003).

Mas o que são as informações? Uma necessidade transversal a todos os regimes, independentemente da época em que se inserem (Cardoso, 1980)? Atividades secretas e destinadas à garantia da segurança estatal face à ingerência dos outros Estados (Warner, 1985)? Uma forma de conhecimento especializado capaz de dotar o processo estratégico das capacidades necessárias ao cumprimento dos objetivos visados (MDN, 2007)? Uma forma de proteção desses objetivos e intenções (Ifrah, 2010)? Um fenómeno político e social e, conseqüentemente mutável, que resulta de um processo de conversão de dados e notícias em informações destinadas a servir clientes específicos (Fernandes, 2014)?

Sherman Kent<sup>3</sup>, um dos autores mais conhecidos na literatura académica ocidental, apazigua a discussão sobre a concetualização das informações ao defini-las sob uma tripla vertente: enquanto processo (ou atividade), produto (ou conhecimento), e organização (Kent, 1965).

Destarte, é com este bombardear de questões e a visão de Kent que iniciaremos e guiaremos o presente capítulo. Tendo presente que a concetualização do conceito de informações é uma tarefa difícil e que levanta diversas discórdias, pretendemos perceber quais as razões subjacentes a essa dificuldade, bem como o que se entende por informações, como e por quem são produzidas, e a quem se destinam. Utilizando para tal, e como referência, a literatura de informações anglo-saxónica, francesa, espanhola e portuguesa.

---

<sup>3</sup> Sherman Kent foi um trabalhador e pensador das informações. Após uma carreira ao serviço da *Office of Strategic Services*, e posteriormente da sua sucedânea a *Central Intelligence Agency* (CIA), dedicou-se aos estudos das informações, dando o mote para a criação da literatura de informações anglo-saxónica.

## 2.1. Dificuldades de conceptualização

As dificuldades de conceptualização correspondem às diferentes abordagens relativas à designação, provenientes de diferentes escolas tradicionais ou contemporâneas, pelo que se pretende a clarificação por forma a suportar o modelo concetual.

### 2.1.1. A designação.

Se para as doutrinas anglo-saxónica, francesa e espanhola a denominação de *intelligence*, *renseignement* e *inteligencia* respetivamente, são unânimes, a literatura portuguesa difere quanto à forma de denominação a atribuir ao conceito.

Segundo o pensamento de Cardoso (1980) e Graça (2009), a literatura portuguesa é dominada pelo vocábulo de informações. De facto, as próprias designações dos serviços de informações portugueses adotam o conceito de informações: Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), SIS, Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), e Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL).

Calcorreando a literatura policial, percebemos que no seio PSP não há unanimidade quanto à forma de designar o conceito. Por um lado, Fernandes (2014) prefere a designação inteligência, por considerar que informações é uma designação ávida a confusões, como a que se coloca entre as informações enquanto produto e as informações enquanto conceito que se refere ao plural de informações (e não *intelligence*).

Por outro lado, Clemente (2005; 2007; 2010) acorda com ambas as perspetivas utilizando, indiscriminadamente, informações, inteligência ou *intelligence*. Todavia, concorda que a tradição portuguesa se incline para a palavra informações. E, no mesmo sentido, procedem Torres (2005) e Elias (2018).

Doravante, enveredaremos pela utilização do termo “informações” para nos referirmos ao conceito de *intelligence*.

### 2.1.2. Dados, notícias e informações, conhecimento, compreensão e sabedoria.

Os dados são símbolos, valores, atributos de algo (Ackoff, 1989), que constituem a matéria-prima das informações (Morgado & Ferraz, 2016) e que isoladamente não tem qualquer significado. O dado é um elemento básico e indivisível de uma informação (Bellinger, Castro, & Mills, 2004).

As notícias são informação não processada e avaliada na credibilidade e verosimilhança das fontes informacionais (MDN, 2007). São, portanto, o conjunto de informação relevante e recolhida pelos serviços de informação com vista à produção de informações.

As informações resultam da atribuição de significado à informação “bruta” que é recolhida e noticiada (Brodeur, 2005). Confere-lhes utilidade ao relacioná-los entre si, de modo a responderem a perguntas como quem?, o quê?, onde?, quando?, ou quantos? (Ackoff, 1989).

Para Bonilla (2004), as informações são assim o produto da recolha e comunicação de dados, que após processamento e análise, configuram uma forma especial de conhecimento fundamental à tomada de decisão.

Conhecimento esse que, de acordo com Cooper (2017), é a capacidade de receber e memorizar a informação transmitida, a qual necessita das necessárias capacidades de compreensão para apurar o seu significado. Segundo Bellinger, Castro e Mills (2004), o conhecimento é memorização, e a compreensão é aprendizagem.

Por último, Jifa (2013) considera a sabedoria como a capacidade de aplicar todos os conceitos anteriores, isto é, a capacidade de saber quando e por que utilizar essa forma especial de conhecimento que contextualiza os dados noticiados.

### **2.1.3. Contrainformação e desinformação.**

A contrainformação constitui o conjunto de tarefas e procedimentos que visam negar o sucesso da atividade contrária (Prunckun, 2019). É uma atividade defensiva que visa proteger as informações face à ingerência do adversário, e/ou aceder às suas informações (Navarro, 2004).

Nesse sentido, defendem Gill e Phythian (2018), que a contrainformação é uma necessidade dos ambientes competitivos, como o económico, desportivo ou o policial, onde a disputa pelo lucro, vitórias, ou manutenção da segurança, respetivamente, exigem a proteção das informações produzidas com vista à concretização desses objetivos por um lado, e por outro, a descoberta das intenções adversárias.

A desinformação caracteriza-se pelo conjunto de atividades que visam ludibriar e/ou confundir o recetor acerca das intenções do emissor, ou para denegrir e/ou desacreditar o alvo perante um grupo de pessoas (Hulnick, 2010). Não nega a capacidade de ação adversária, mas manipular a sua tomada de decisão com informação falsa ou manipulada propositadamente.

A desinformação é, portanto, distorção da realidade (Jacquard, 1986) com vista à manipulação da tomada de decisão adversária.

#### **2.1.4. Informações de segurança, policiais e criminais.**

De acordo com Carter (2009), as informações de segurança referem-se às ameaças, riscos e perigos que impendem sobre a segurança dos Estados. Dentro destas, podemos encontrar informações policiais e criminais, tal como resulta da Figura 5 (Anexo 3).

Assim, as informações policiais são as que capacitam as FS ao desenvolvimento de uma missão mais eficaz e proativa, visando a predição de ameaças e riscos, e dotando os decisores policiais das capacidades necessárias ao conhecimento sobre a realidade em que atuam e sobre a qual devem atuar proativa e preventivamente (Clemente, 2007).

Segundo Vaz (2015), tratam-se de informações produzidas pelas FS com vista à prossecução das suas missões, como a manutenção da ordem pública ou o combate à criminalidade. Como tal, e no que concerne ao âmbito da criminalidade, dentro das informações policiais podemos encontrar as informações criminais que incidem especificamente sobre os fenómenos criminais.

As informações criminais visam guarnecer a investigação criminal (IC) do conhecimento necessário à obtenção de provas no âmbito daquela atividade (Torres, 2005), que, nos termos do 1.º art.º da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 57/2015 de 23 de junho, «compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher provas, no âmbito do processo».

## **2.2. Organização**

Com vista à caracterização das informações enquanto organização, importa perceber o que se entende por sistema de informações. Laudon e Laudon (2018) definem o conceito como o conjunto de serviços e órgãos que se dedicam à produção informacional, desde a fase da pesquisa de dados e notícias à difusão de informações, não olvidando a importância do planeamento, processamento e análise.

Assim, as informações enquanto organização referem-se ao sistema de informações incumbido da produção informacional que, no caso português, é o SIRP.

### **2.2.1. SIRP.**

Nos termos da Lei n.º n.º 30/84, de 5 de Setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto, que aprova a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (LQSIRP), o SIRP é constituído por órgãos de fiscalização (Conselho de

Fiscalização do SIRP, art.º 8.º, e Comissão de Fiscalização de dados do SIRP, art.º 26.º), de consulta e coordenação (Conselho Superior de Informações, art.º 18.º), de direção (Secretário-Geral do SIRP – SG-SIRP – art.º 19.º), e pelos serviços de produção de informações de garantia da independência nacional (SIED, art.º 20.º), e de defesa da segurança interna (SIS, art.º 21.º).

Acresce ainda o Conselho Consultivo do SIRP que desempenha funções de consulta ao SG-SIRP, tal como resulta do art.º 16.º da Lei n.º 9/2007 de 19 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 50/2014 de 13 de agosto (Lei Orgânica do SG-SIRP, SIS e SIED).

A LQSIRP estabelece ainda os princípios de atuação do SIRP: a produção informacional é uma missão exclusiva do SIRP (princípio da exclusividade, art.º 6.º), pautada pela Lei e CRP (princípio da legalidade, art.º 2.º e 3.º), sendo que o SIS e SIED devem prosseguir os fins relacionados com as suas atribuições (princípio da especialidade, art.º 3.º), não podendo desenvolver ações da competência dos tribunais e das FS, (princípio da especificidade, art.º 4.º).

Não obstante a exclusividade da sua missão, estabelece a Lei Orgânica do SG-SIRP, SIS e SIED, no seu 10.º art.º, o dever de colaboração entre as Forças Armadas (FA) e o SIED, bem como entre as FS e o SG-SIRP, SIS e SIED.

Quer isto significar que as FS e as FA também produzem informações, embora como atividade complementar à prossecução das suas missões, até porque, e segundo Clemente (2007), a sua proatividade e eficácia dependem de um sistema de informações que as capacite a lidar com a incerteza e riscos que impendem sobre a sua atividade.

Importa ainda referir que segundo o n.º 1 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 184/2014 de 29 de dezembro que aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas, define que o CISMIL é responsável pela produção de informações militares, isto é, de “informações necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas e à garantia da segurança militar”.

### **2.2.2. SINTEL.**

De acordo com a NEP n.º AULOOS/DIP/02/05 de 2014, o sistema de informações policiais da PSP, designado pelo acrónimo SINTEL, está estruturado em três níveis: estratégico, operacional e tático.

Conforme resulta da Figura 6 (Anexo 4), o nível estratégico é desenvolvido pelo Departamento de Informações Policiais (DIP) integrado na Unidade Orgânica de Operações e Segurança da Direção Nacional da PSP, e visa a produção de informações que apoiam a tomada de decisão estratégica da PSP, incumbida à DNPPSP.

O nível operacional é composto pelas unidades operacionais do SINTEL que são os

Núcleos de Informações Policiais (NIP) integradas na área operacional de cada comando territorial, cuja função recai sobre a produção de informações que apoiam a tomada de decisão operacional dos comandos territoriais.

E ao nível tático correspondem as subunidades operacionais, as Sslnf responsáveis por munir o comando das divisões policiais onde estão integradas, das informações necessárias à tomada de decisão.

Embora esta organização possa sugerir que a produção de informações obedece a um canal hierárquico, em termos funcionais cada nível do SINTEL continua sujeito ao dever de obediência da cadeia hierárquica da PSP.

Porém, e por forma a garantir uma livre, célere e atempada partilha de informações, o SINTEL estabelece o canal técnico de informações que atua paralelamente à hierarquia policial, sem prejuízo do dever de comunicação hierárquico. Assim, a utilização do canal técnico de informações decorre entre o NIP e o DIP, entre os NIPs dos diferentes Comandos Territoriais, e entre as Sslnf e os NIP dos comandos territoriais em que se encontram inseridas, tal como demonstram as setas curvas da Figura 6 (Anexo 4).

Como tal, e no caso específico da Sslnf, a produção de informações é orientada apenas pelas necessidades do comando da Divisão. Pese embora possa partilhar dados e notícias recolhidos no âmbito das suas funções, e que se revelem importantes às necessidades do nível operacional e/ou estratégico.

Não olvidamos que o objetivo da PSP, em termos gerais, é sempre o mesmo: a manutenção da segurança pública. Como tal, a produção informacional deverá ser orientada de acordo com as necessidades dos decisores cada nível do SINTEL, e que concorrem para a prossecução da segurança.

Nesse sentido, o nível estratégico do SINTEL define, todos os anos, as áreas de interesse permanente (AIP), que são áreas da competência da PSP para onde deve ser dirigido o esforço de pesquisa. Dentro destas, deverão de igual modo ser definidas as necessidades prioritárias de informações (NPI), isto é, orientações de pesquisa que definem o que é prioritário no âmbito de atuação de cada AIP.

Atualmente, as AIP versam sobre áreas de atuação policial tão díspares como a dos fenómenos e dinâmicas criminais, segurança pessoal e proteção de infraestruturas críticas, insegurança e violências urbanas, contestação social, extremismos, segurança dos ativos policiais, reputação institucional, terrorismo e radicalização, e segurança dos espetáculos desportivos e violência associada ao desporto.

### **2.3. Produto**

Para Bonilla (2004) as informações são uma forma especial de conhecimento de valor informativo, basilar à concretização de uma determinada intenção. Como tal, as informações enquanto produto devem ser capazes de servir a tomada de decisão dos consumidores de informações, isto é, dos decisores.

Nesse sentido, Fernandes (2014) defende que o produto das informações deve ser equilibrado nos atributos indicados na Tabela 1 (Anexo 5).

Como Evans (2012) defende, as informações são um instrumento essencial à tomada de decisão estratégica, operacional e tática. Assim, no que concerne à atividade policial, e conforme explanado no subcapítulo anterior, o SINTEL prevê a produção de informações aos níveis estratégico, operacional e tático.

As informações estratégicas são as que servem as necessidades de informação do nível de decisão estratégica da PSP, nomeadamente no que concerne à definição dos objetivos estratégicos para a instituição e na delineação de estratégias conducentes à sua concretização (JCS, 2018). Tratam-se de informações que, embora acompanhem os fenómenos criminais, e visam monitorizar ameaças e identificar e avaliar riscos que pendam sobre a sua missão, revestem a natureza prospetiva. Isto é informações que ao explorarem o futuro, envolvido na incerteza, incorporam a transdisciplinaridade nos seus processos, atendendo que os atores e as variáveis influenciam as decisões cujas consequências se virão a verificar nesse futuro (Durance & Godet, 2008). Todavia, importa sublinhar que objetivo da prospetiva não é a previsão do futuro, porque esse é incerto. Pelo contrário, visa estudar as diferentes possibilidades de futuro, e munir os decisores do conhecimento necessário para as enfrentar caso se venham mesmo a verificar.

As informações operacionais têm por intuito dar exequibilidade à estratégia definida pelo nível estratégico, através de ações concretas (Navarro, 2007). Os seus principais consumidores de informação são os comandantes operacionais (comandantes territoriais e da UEP), embora também possam servir a tomada de decisão estratégica da DNPS, e visam prosseguir as NPI das AIP.

Por último, as informações táticas são as que apoiam o processo decisório ao nível da decisão tática (MDN, 2007). Têm nos comandantes de divisão policial o principal consumidor informacional e visam, de forma direta, auxiliar a concretização das estratégias desses comandantes e, de forma indireta, prosseguir as NPI das AIP referentes à divisão policial onde se inserem.

## **2.4. Processo**

Compreendido o conceito de informações enquanto produto e organização, vejamos agora como se é desenvolvida sua produção.

### **2.4.1. O tradicional ciclo de produção de informações.**

Tradicionalmente este processo era visto como um ciclo de cinco fases sequenciais: planeamento e direção, pesquisa, processamento, análise e produção, e finalizado com a difusão do produto informacional aos consumidores informacionais visados. Uma vez terminado, seria iniciado novamente, tal como resulta da Figura 7 (Anexo 6) (Fernandes, 2014).

Todavia, a doutrina tem vindo a proclamar várias lacunas referentes ao tradicional ciclo de produção de informações.

O ambiente atual em que as informações são produzidas é dinâmico e complexo, sujeito à incerteza e a riscos. Está em constante mutação, pelo que a natureza cíclica da produção de informações é incapaz de fornecer uma interpretação oportuna deste tipo de ambientes (Omand, 2014).

Porque os decisores necessitam de informações úteis e atempadas para lidar com os desafios desse ambiente (Bayley, 2016; Treverton, 2010), torna-se fundamental que a produção resulte de um processo multidisciplinar, capaz de descrever eficientemente esta realidade e, conseqüentemente oferecer as condições adequadas à tomada de decisão (Fernández, 2004; Ratcliffe, 2016). Uma ideia há muito defendida por Morin (1991) sobre os perigos de simplificar o que é complexo: a arrogância de acreditar que é possível conhecer tudo sobre tudo, cega a capacidade de lidar com a incerteza e os riscos dela provenientes.

A produção informacional é uma atividade sensível, desde logo porque ao partir de dados e notícias sobre pessoas e as suas atividades, poderá contender com direitos fundamentais previstos e protegidos pela Lei. Além de que está sob o constante escrutínio de vários tipos de atores, como os cidadãos, Órgãos de Comunicação Social (OCS), ou os Tribunais. Deve, portanto, este processo ocorrer dentro do quadro legal instituído e, como tal, incluir a supervisão e conseqüente responsabilização por eventuais ilegalidades ocorridas durante a produção (Gill & Phythian, 2016; 2018).

Outra das críticas apontadas ao ciclo tradicional refere-se ao carácter sequencial das suas fases e, conseqüente exclusão da interatividade, isto é, da possibilidade de interagirem entre si ou até mesmo se sobreporem, como, por exemplo, a passagem direta

da pesquisa de dados e notícias para a fase da análise, negligenciando a fase do processamento (Fernandes, 2014).

Por último, o tradicional ciclo descarta a possibilidade de haver repetição de fases, isto é, a iteratividade. Por exemplo, se no início da análise surgirem novos dados que contrariem os que já foram pesquisados, torna-se necessário repetir a fase da pesquisa (Fernandes, 2014). Desse modo, a produção informacional é um processo iterativo (Hulnick, 2006; Lowenthal, 2008; Gill & Phythian, 2018).

#### **2.4.2. A produção de informações.**

Face a tudo o quanto foi aqui exposto, consideramos que a produção de informações não é cíclica, mas interativa e iterativa, devendo ainda decorrer segundo o quadro legal em que se insere, bem como sob um controlo de supervisão.

Nesse sentido, consideramos que deverá desenvolver-se em seis fases e nos moldes indicados na Figura 8 (Anexo 7):

1. *Planeamento de Direção*: responsabilidade dos consumidores do produto informacional em definir e comunicar as suas necessidades de informação aos produtores de informações. Isto pressupõe uma relação equilibrada de colaboração, compreensão e respeito mútuo entre decisores e produtores (MDN, 2007), livre de influências motivadas por interesses, desconfianças e pressões dos órgãos detentores de poder (Gill, 2010).
2. *Pesquisa*: fase de exploração ativa e constante onde se busca, de forma orientada, dados e notícias a serem alvo de análise. Para o efeito, podem recorrer a vários tipos de fontes: humanas (HUMINT); tecnológicas (TECHINT), como as que fornece imagens (IMINT), dados científicos e técnicos (MASINT) ou sinais (SIGINT); ou de acesso público (OSINT), como por exemplo a internet (Phythian, 2013).
3. *Processamento*: os dados e notícias pesquisados são agora tratados, organizados e convertidos num formato passível de ser utilizado pelos analistas (Bonilla, 2004).
4. *Análise*: fase em que se dá a produção de informações pelos analistas (Chopin & Oudet, 2016) e de acordo com metodologias e técnicas analíticas estruturadas que, segundo Heuer e Pherson (2011) são técnicas de confrontação de análises individuais perante outras análises, com vista à discussão das diferentes conclusões e produção da informação.
5. *Difusão*: do produto informacional para os decisores que o solicitaram e/ou dele necessitam. No dizer de Johnson (2017), é difundido para os decisores, a quem o produto informacional deverá influenciar no processo decisório.
6. *Avaliação ou feedback*: onde os decisores informam se a informação recebida foi útil e oportuna, e se entregue num formato adequado à sua compreensão (Lowenthal, 2008;

Davies, Gustafson & Rigden, 2013). Trata-se de uma fase de importância salutar para elucidar os produtores informacionais (órgãos de pesquisa, processamento e análise) se estão a trabalhar de acordo com as necessidades informacionais dos decisores.

Findo este capítulo, realizamos que a área das informações é incomensurável. Não obstante o muito que ficou por dizer, e que tão pouco é explorado pela doutrina portuguesa, foi nosso intuito abordar o essencial à compreensão do nosso estudo.

Assim, percebemos que as informações são um conjunto de órgãos e serviços que mediante um processo multidimensional, dinâmico, interativo e iterativo, produzem essa forma especial de conhecimento que capacita a tomada de decisão policial.

## **Capítulo III. Modelos de Policiamento**

O terceiro e último capítulo da parte teórica da presente investigação serve o propósito principal de clarificar o POI.

Não obstante, serão igualmente explorados o policiamento tradicional, policiamento de proximidade (PP) e policiamento orientado pelos problemas (POP), por forma a estabelecer uma comparação entre objetivos, características e formas de atuação que conduza à ilação sobre o tipo de relação que se deverá estabelecer entre os três: exclusividade ou inclusão.

### **3.1. Policiamento Tradicional**

A realidade do séc. XXI encarrega as FS de um esforço de adaptação e melhoria constantes ao nível da sua organização e gestão e das suas práticas (Poiares, 2013).

Um exemplo desse esforço foi o abandono do policiamento tradicional, caracterizado por uma forma de exercer segurança que privilegia a reação, em detrimento da prevenção, onde estratégias gerais de policiamento são aplicadas de igual forma em toda a área de responsabilidade policial (Sherman, 2011).

Na linha de Skogan e Frydl (2004), o policiamento tradicional assenta em táticas policiais como: i) a presença física ostensiva de elementos policiais nas ruas; ii) patrulhamento aleatório por toda a área de responsabilidade; iii) reação rápida às solicitações do cidadão; iv) aposta na investigação criminal como meio de resolução dos crimes; e v) a ameaça de detenção como forma de dissuasão à atividade criminal.

Dadas as suas características, o policiamento tradicional revela-se impróprio à superação dos desafios da nova realidade, desde logo porque ao ter no poder coercivo da lei o principal meio de resolução das ocorrências policiais, negligencia outras formas de resolução dos problemas que afetam a sociedade.

Nesse sentido, Goldstein (1979), alerta que o seu carácter impessoal o incapacita a responder aos problemas comunitários. Para Weisburd e Eck (2004), a distribuição aleatória de uma forte presença policial pelas áreas de responsabilidade é uma estratégia ineficiente, devido ao excessivo consumo de recursos policiais e desconsideração das idiossincrasias locais. E na linha de Elias (2018), trata-se de uma forma de policiar desadequada à realidade social e que exige um maior esforço orçamental da Polícia e do Estado.

Como tal, começaram a desenvolver-se iniciativas de mudança nas formas de prestar segurança.

### **3.2. Policiamento Comunitário ou de Proximidade**

De acordo com Oliveira (2006), a distinção entre os conceitos de policiamento comunitário e PP é uma questão semântica: na doutrina anglo-saxónica é mais comum a utilização do primeiro, e na doutrina francesa o conceito de PP.

Na verdade, ambos os conceitos inserem-se em diferentes modelos de polícia que, segundo Poiares, são “formas de organização das estruturas policiais nos diversos contextos históricos, políticos, sociais e geográficos” (2016, p. 115).

No mesmo sentido, Elias (2018) entende tratar-se de conceitos opostos, desde logo por pertencerem a diferentes modelos de polícia distinguíveis pelo tipo de administração estatal adotada. Assim, nas administrações descentralizadas vigora o policiamento comunitário, implementado a partir da comunidade, onde Polícia e comunidade colaboram para identificar os problemas que afetam esta última e para delinear estratégias de atuação adequadas à sua resolução. E nas administrações centralizadas, onde se insere o PP, as estratégias policiais são definidas a partir do poder político, tal como acontece em Portugal, onde o PP resulta da iniciativa do Governo.

Como a definição de cada um desses conceitos se revela uma árdua tarefa e propícia a discórdias (Skogan & Frydl, 2004), e porque o objetivo do presente subcapítulo prende-se com a caracterização da filosofia da proximidade, e não tanto a distinção concetual, adotamos a perspetiva de Oliveira (2006), que reconhece semelhanças estruturais e filosóficas em ambos os conceitos.

Deste modo, utilizaremos o conceito de PP para nos referirmos à filosofia da proximidade.

O PP surge como uma reação ao policiamento tradicional, e vários são os autores que utilizam a seguinte afirmação de Sir Robert Peel para o caracterizar: “a Polícia é o povo e o povo é a Polícia”, em 1829 (Cordner, 2014, p. 148).

Embora não existam certezas quanto à sua origem, certo é que a frase de Peel reflete muito daquilo que é o PP. Para melhor compreender a afirmação, vejamos o que a literatura entende quanto à sua concetualização.

Para Trojanowicz e Bucqueroux (1990), o PP é uma filosofia e estratégia organizacional caracterizada pela proximidade estabelecida entre Polícia e comunidade, com o intuito de resolver os problemas relacionados com o crime, insegurança e incivildades.

A necessidade dessa proximidade assenta no facto de a segurança ser um direito de todos e, como tal, a Polícia não deve ser a única responsável pela sua garantia (Monjardet, 1996). Como tal, Normandeau (1998) advoga uma identificação e resolução de problemas comunitários através da colaboração entre Polícia e comunidade. Bittner (2003) corrobora ao realizar que a Polícia não se pode isolar da comunidade, quando o que pretende é garantir a sua segurança, como tal, advoga a extensão dessa proximidade a todos os níveis societários: criminal, saúde, educação, autarquias locais, associações públicas como as que defendem as minorias, entre outras instituições públicas e privadas que possam ajudar a Polícia a garantir a segurança.

Destarte, Skolnick e Bayley (2006) preconizam o PP como o produto das relações de confiança e proximidade estabelecidas entre Polícia e comunidade, onde o patrulhamento apeado, por exemplo, desempenha um importante papel no estabelecimento dessa confiança, por fomentar um maior contacto entre ambos os lados da relação. Esta confiança enforma no sentido que Reiner (2010) aponta sobre a importância do consentimento e colaboração da comunidade como forma de obter o reconhecimento da legitimidade policial.

Face ao exposto, percebe-se que, ao invés do policiamento tradicional, o PP baseia a sua ação na prevenção, advogando uma maior proximidade entre Polícia e comunidade, na busca de um duplo objetivo: a resolução dos problemas que assolam a comunidade, e a recuperação e manutenção da legitimidade da Polícia aos olhos daquela.

De acordo com Brodeur (2017), o PP é uma estratégia proativa que permite criar sinergias entre Polícia e cidadão, onde os atores interagem e colaboram, gerando assim uma atuação policial mais adequada às necessidades da comunidade e, conseqüentemente, o aumento do reconhecimento da legitimidade da atuação policial.

Daqui, teoricamente, resultará uma simbiose perfeita entre Polícia e cidadão, na busca pela segurança e bem-estar social, e que vem corroborar a afirmação de Peel sobre a Polícia e a comunidade serem um só.

### **3.3. Policiamento Orientado pelos Problemas**

Na década de 60 do séc. XX, os Estados Unidos da América (EUA) viveram tempos de grande contestação social devido aos movimentos de luta contra o racismo, discriminação sexual, e guerra no Vietname. Porque a Polícia privilegiava a reação em detrimento da prevenção, respondia de forma agressiva e desadequada às manifestações sociais. Acresce ainda que, durante a década, problemas sociais como o aumento do desemprego conduziram ao aumento de 100% dos índices de criminalidade denunciada e, conseqüentemente, um aumento de solicitações à Polícia para as quais não conseguia dar

resposta. Toda esta conjuntura levou a que a opinião pública começasse a questionar a eficácia do policiamento tradicional (Ratcliffe, 2016).

Face a isto, encetaram-se reformas para melhorar a organização e gestão das instituições policiais, contudo, e como Goldstein observa, estavam mais focadas nas melhorias internas da Polícia do que nos resultados da sua atuação, criando aquilo que designou pela síndrome dos “meios sobre os fins” (1979, p. 238).

Com base nesse pressuposto, Goldstein (1990) cria o POP como forma de potenciar a eficácia policial na resolução dos problemas comunitários, e não tanto as melhorias internas.

Brodeur (2012) sintetiza o trabalho de Goldstein em três ideias-chave, segundo as quais a Polícia: i) deve perceber que o policiamento é apenas um meio para atingir os seus objetivos e, como tal, é nos problemas e na sua resolução que se deve focar; ii) deve considerar outras formas de resolver os problemas além dos meios judiciais; e iii) adaptar essas formas de resolução dos problemas às suas capacidades e características.

Eck e Spelman (1987) referem que o POP assenta em três princípios: i) o empírico, que reflete uma grande variedade de problemas que afeta a comunidade e com os quais a Polícia tem que lidar; ii) o normativo, que postula que o objetivo da Polícia deve abandonar o paradigma reativo e concentrar-se na resolução das causas desses problemas; iii) e o científico, segundo o qual os problemas devem ser resolvidos segundo métodos científicos e comprovados empiricamente.

Relativamente aos dois primeiros elementos, Braga et al. (1999) consideram que o POP está relacionado com a criminologia ambiental, mormente a teoria do *broken Windows*<sup>4</sup>, por salientar a importância da modificação das características físicas e sociais da urbe para a diminuição dos sentimentos de insegurança.

Resulta assim que os problemas da comunidade são o conjunto de condições ou acontecimentos que exigem a intervenção policial, possuindo uma natureza multidisciplinar e não apenas criminal e que, na maioria das vezes, são problemas da Polícia por não haver outro meio de os resolver (Skogan & Frydl, 2004). Assim, a forma de resolução dos problemas comunitários pode e deve ser estendida além das funções policiais. O poder coercivo da lei não é a única forma de resolução dos problemas, como tal, a Polícia deve atender a outras formas intervenção, como as parcerias com a comunidade, tribunais ou autarquias locais.

---

<sup>4</sup> Segundo esta teoria, as degradações urbanas (como a falta de iluminação pública) e as incivildades sociais (como a prostituição) são responsáveis pelo sentimento de insegurança e medo das populações locais, conduzindo o cidadão ao isolamento, e criando condições de anonimato e diminuição do controlo social propícios à prática de crimes (Wilson & Kelling, 1982).

No que concerne ao elemento científico, Goldstein (1979) havia defendido que a operacionalização do POP deveria passar pela identificação dos problemas comunitários, análise dos problemas com vista à compreensão da sua natureza e origem, seguida da delimitação de respostas adequadas à sua resolução e, finalmente, a avaliação dessas respostas a fim de comprovar o seu sucesso ou fracasso.

De acordo com Clarke e Eck (2005), esse processo é baseado no método das ciências sociais (pesquisa-ação) que postula a colaboração de investigadores de áreas científicas distintas, para que um determinado tipo de intervenção seja melhorado até atingir o seu sucesso.

Assim, e com base na teoria de Goldstein, Eck e Spelman (1987) desenvolveram o modelo SARA para operacionalizar o POP na Polícia de Newport News, no estado norte-americano da Virgínia. Segundo este modelo, a resolução de problemas é alcançada através de um processo de quatro fases, onde a participação e colaboração comunitária é presença assídua, e que se caracteriza do seguinte modo evidenciado na Tabela 2 (Anexo 8).

Neste sentido, Clarke e Eck (2005) defendem que o modelo SARA, como pesquisa-ação que é, visa acima de tudo obter o sucesso para a resolução de problemas. Assim, o processo só será eficaz se todas as fases forem escrupulosamente cumpridas, cabendo à fase da avaliação verificar essa situação, ou reclamar a necessidade de refazer alguma(s) dessas fases até que seja encontrada a solução ideal, tal como resulta da Figura 9 (Anexo 8).

### **3.4. Policiamento Orientado pelas Informações**

Entre as décadas de 80 e 90 do séc. XX, a Polícia Britânica viveu tempos conturbados. Além de se basear nas características do policiamento tradicional, as rápidas mudanças provocadas pela globalização acarretaram o surgimento de novas formas de crime como o terrorismo ou a criminalidade organizada transnacional, questionando assim a capacidade de garantia securitária policial (Ratcliffe, 2003).

Os novos tempos exigiam uma Polícia mais eficaz e eficiente, e é desta necessidade que Jerry Ratcliffe desenvolve o POI, não só para capacitar a Polícia a adaptar-se à nova realidade social e criminal, como também para fazer face às restrições financeiras que cada vez mais abalam o policiamento moderno (Ratcliffe, 2002).

Como Tilley (2008) defende, o POI é uma forma eficaz de lidar com essa nova realidade, por incorporar os métodos e as tecnologias de informação modernos na produção de informações destinadas à garantia da segurança.

Assim, e tal como Fernandes (2014) refere, a ideia do POI resulta de dois relatórios elaborados no Reino Unido: o *Helping with enquiries: Tackling crime effectively*, de 1993<sup>5</sup>, e o *Policing with Intelligence*, de 1997<sup>6</sup>. O primeiro proclama a mudança do paradigma de policiamento reativo para um policiamento proativo, onde a utilização das informações viabiliza uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos policiais (Audit Commission, 1993). Já o segundo, veio advogar a importância da utilização das informações no policiamento, enquanto instrumento capaz de munir a Polícia de mais e melhor informação para lidar com os problemas de segurança (HMIC, 1997).

Destarte, releva-se necessário compreender o conceito de POI.

Apesar de ainda não possuir uma definição universalmente aceite, Clemente (2009, p. 97) entende-o como um “modelo de ação policial em que o produto informacional dirige o esforço de patrulhamento, para dissuadir a prática de incivilidades”.

Os produtos informacionais do POI capacitam as FS a responder e a reagir eficazmente às ameaças, por permitir a sua antecipação através da produção de informações que incidem quer sobre o crime e as condições que propiciam o seu surgimento, quer sobre as ameaças que afetam a segurança (Carter & Carter, 2009).

Por outro lado, Ratcliffe (2003) concetualiza o POI como um modelo de produção de informações criminais para apoiar a tomada de decisão policial no combate à criminalidade. As informações criminais, são assim um instrumento que fomenta a eficácia e a eficiência do policiamento (Mohler et al, 2015), uma vez que, de acordo com Gill e Phythian (2018), a essência do POI é o combate aos criminosos, prevenindo e interrompendo a sua atividade.

Subjaz daqui uma querela que assola a literatura de informações: o POI é desenvolvido com vista ao combate à criminalidade ou às ameaças como um todo?

Para responder às questões levantadas, vejamos como é perspetivado o POI e a sua forma de operacionalização por dois autores proeminentes nesta matéria: Jerry Ratcliffe e Jeremy Carter.

---

<sup>5</sup> A *Audit Commission* foi uma agência independente criada pelo Reino Unido com o intuito de fiscalizar a eficácia e gestão económica dos serviços públicos, no sentido de propor formas de rentabilizar o investimento do Estado naqueles serviços. Em abril de 2015 foi substituída pelo *Public Sector Audit Appointments Ltd*, *National Audit Office*, *Financial Reporting Council* e *Cabinet Office*. Retirado de: <https://www.gov.uk/government/organisations/audit-commission>.

<sup>6</sup> A *Her Majesty's Inspectorate of Constabulary*, atualmente denominado por *Her Majesty's Inspectorate of Constabulary and Fire & Rescue Services*, é um serviço de inspeção independente, que fiscaliza a eficácia e eficiência dos serviços policiais, de bombeiros e de salvamento britânicos. Retirado de: <https://www.justiceinspectors.gov.uk/hmicfrs/>.

### 3.4.1. Modelo Carter e Carter

Carter e Carter (2009) perspetivam o POI como um modelo de negócios e, como tal, almeja produzir informações de qualidade que capacitam as FS a tomar decisões de forma rápida e eficaz, e que protejam a segurança.

Nesse sentido, desenvolveram um modelo de caracterização e implementação do POI, posteriormente aprimorado por Carter (2013), e que assenta nos seguintes princípios e características:

1. *Objetivo operacional*: ameaças. Adotando uma filosofia de “todas as ameaças, todos os crimes, todos os danos” (Carter, 2013, p. 150), os serviços de informação produzem informações de segurança que abarquem todas as ameaças que poderão contender com a atividade policial, nos seus diferentes níveis: estratégico, operacional e tático;
2. *Foco geográfico*: multi-jurisdicional, o que preconiza uma colaboração e partilha de informações intra FS (dentro da própria FS e com outras FSS) e inter FS (como a comunidade, outras instituições públicas ou empresas privadas) por forma a recrudescer as fontes de informações;
3. *Componente analítica*: análise de informações em *lato sensu* e não apenas limitado à análise criminal, onde serão atendidos todo o tipo de fontes e métodos de produção informacional. De salientar ainda a importância do *feedback* do produto informacional dado pelo decisor, enquanto manancial de orientações à produção de informações;
4. *PP e POP como fundação do POI*: o POI beneficia e integra das melhores práticas desenvolvidas pelo PP e pelo POP, que constituem uma miríade de características que configuram uma mais-valia para a sua atuação;
5. *POI como um modelo Bottom-up*: onde a produção de informações é iniciada pela recolha de dados e notícias pela comunidade e pelo patrulheiro. Depois de obtido o produto informacional, é apresentado ao decisor para a tomada decisão adequada à mitigação das ameaças.

Com a Figura 10 (Anexo 9) a esquematizar a forma de funcionamento deste modelo, percebemos que segundo a orientação dada pelo *feedback* do decisor, os serviços de informações convertem os dados e notícias provenientes das mais variadas fontes (elementos policiais, fontes abertas, comunidade, outras instituições públicas ou privadas) em informações de segurança, que serão posteriormente utilizadas pelo decisor policial para a delineação de estratégias de prevenção das ameaças.

### 3.4.2. Modelo Ratcliffe

Ratcliffe (2016) entende o POI como um modelo de negócios baseado na gestão dos recursos policiais segundo as prioridades estabelecidas pelas informações, tal como uma filosofia de gestão que salienta a importância da partilha informacional e a definição de soluções estratégicas para os problemas da criminalidade.

Nesse sentido, operacionaliza o POI com base nos seguintes princípios:

1. *Objetivo operacional*: criminalidade. Desde o seu surgimento, o conceito de POI tem sofrido algumas mutações, pelo que a definição apresentada por Ratcliffe (2003) já se transmutou. Nesse sentido, o POI tem vindo a ser defendido como um modelo de policiamento e, como tal, visa a produção de informações que auxiliem a tomada de decisão policial na definição de estratégias conducentes à concretização dos objetivos institucionais. Destarte, e porque as FS não lidam apenas com a criminalidade, o conceito de POI está a direcionar-se para uma abordagem de "todos os crimes, todos os riscos e todos os danos" (Ratcliffe, 2016, p. 108).
2. *Foco geográfico*: intra-jurisdicional. Embora admita que a interpretação do ambiente criminal do séc. XXI pressupõe a utilização de um vasto conjunto de fontes de informação inter e extrapoliciais, Ratcliffe (2016) alerta que a colaboração entre as FS e comunidade e outras instituições policiais e não policiais reclama a reorganização cultural e estrutural das organizações policiais. Desde logo ao nível da colaboração e partilha de informações entre a Polícia e estes parceiros.
3. *Componente Analítico*: análise criminal. Não obstante, o autor alerta que a literatura de informações é assoberbada por confusões conceituais, tais como a que opõe os conceitos de análise de informações e análise criminal. No seu entendimento, ambos os conceitos significam o mesmo enquanto instrumento de produção de informações, sejam elas criminais ou não. Como tal, defende que a utilização de um ou outro conceito quer significar o mesmo e que, futuramente, haverá a fusão de ambos os conceitos.
4. *PP e POP como fundação do POI*: embora reconheça o valor e utilidade do PP e POP, o autor considera tratarem-se de filosofias de policiamento diferentes da do POI e, por conseguinte, não se devem miscigenar. Defende, portanto, a implementação e vigência isolada do POI no seio das FS, bem como o abandono dos paradigmas do PP e do POP, por considerar que a adoção dos três tipos de policiamento em simultâneo é incomportável.
5. *POI como um modelo top-down*. Para Ratcliffe (2016) a operacionalização do POI depende de uma liderança policial forte e sensibilizada para a importância da inclusão das informações no policiamento. Como tal, compete aos decisores orientar os analistas criminais no processo de produção de informações, com vista à prevenção, diminuição e interrupção da criminalidade e de danos.

Com base nestes princípios e características, Ratcliffe (2016) desenvolveu o modelo 3-i (três “i’s), assente nas relações de interpretação, influência e impacto que se estabelecem entre três atores: ambiente criminal, análise criminal e decisor.

Segundo este modelo (Figura 11, Anexo 9), entre a análise criminal e o ambiente criminal estabelece-se uma relação unilateral de interpretação, onde o primeiro interpreta o segundo com vista à produção informacional. Com esse produto, a análise criminal influencia o decisor na definição de estratégias de ação. E, por fim, estas estratégias serão adequadas à produção de impactos positivos no contexto de atuação policial, isto é, à diminuição da criminalidade.

Todavia, e como o próprio conceito de POI está em constante evolução, Ratcliffe (2016) sugere que para a análise criminal influenciar a tomada de decisão, deve produzir informações que satisfaçam as intenções e necessidades do decisor. Como tal, o decisor deve comunicar e partilhar as suas intenções com os analistas criminais para que estes saibam que tipo de informações produzir. Estaremos então perante um modelo 4-i (Figura 12, Anexo 9).

### **3.5. A relação entre o POI, PP e o POP**

Do exposto, vimos que Ratcliffe e Carter e Carter divergem quanto à relação que se estabelece entre o POI, PP e POP. De facto, apesar de todos eles configurarem alternativas ao policiamento tradicional (Tilley, 2008), existem diferentes perspetivas sobre a relação que se estabelece entre eles.

Para Sheptycki (2005), o POI é uma ferramenta para o policiamento, e não um modelo em si mesmo. Clark e Eck (2005) defendem-no como uma metodologia de produção informacional, incapaz de orientar o policiamento. E, para Elias (2018), trata-se de uma ferramenta de apoio ao PP.

Por outro lado, autores como Ratcliffe (2016) e Carter e Fox (2018) defendem o POI como uma filosofia de policiamento em si mesma, por configurar uma forma de policiamento e de organização interna da Polícia. No mesmo sentido, Buckley (2014), Carter e Carter (2009), Chappell e Gibson (2009), Lee (2010) e McGarrell et al. (2007), alegam que o POI nasce das boas práticas desenvolvidas pelo PP e pelo POP, pelo que não entra em conflito com nenhum deles, devendo antes beneficiar das suas características.

Assim, e de acordo com Brogden e Nijhar (2005), Buckley (2014), Bullock (2013), Delpeuch e Ross (2016), Peterson (2005) e Tonry, Morris, e Ghiretti (2003), concordamos que o POI é um modelo em si mesmo e que pode coexistir simultaneamente com o PP e o

POP, já que apesar de se operacionalizarem de diferentes formas, partilham do mesmo objetivo: a garantia da segurança.

Resulta deste enquadramento que o policiamento tradicional é incapaz de responder aos desafios securitários do séc. XXI. Como tal, foram desenvolvidos novos modelos de policiamento para capacitar as FS de uma ação eficaz e eficiente: PP, POP e POI.

O PP salienta a importância de uma proximidade salutar entre FS e comunidade, com um duplo objetivo: a resolução dos problemas securitários e o reconhecimento populacional da legitimidade da ação policial. De forma semelhante, o POP advoga essa importância na identificação das raízes dos problemas, por forma a delinear estratégias de ação onde a colaboração da comunidade se revela essencial. E o POI, defende a proficuidade das informações como instrumento da tomada de decisão e como forma de recrudescer a eficiência e eficácia policial.

Ressalvamos ainda o facto de o PP, POP e POI não serem mutuamente exclusivos, podendo a exploração combinada dos três modelos potenciar a exploração das mais-valias de cada um.

## **Capítulo IV. Método**

A emergência das ciências policiais resulta da necessidade de adaptar as FS à realidade securitária do séc. XXI, motivo pelo qual recorrem à investigação científica para melhorar e evoluir a atuação policial (Elias, 2018).

A investigação científica é uma atividade de busca de conhecimento sobre um determinado tema que, Quivy e Campenhoudt (2008) descreve ao comparar com a atividade do pesquisador de petróleo: pautada por procedimentos validados face ao objetivo visado.

Como tal, obedece ao método científico porquanto conjunto de regras e procedimentos que descrevem as etapas necessárias à condução da investigação (Santo, 2015).

Assim, a presente investigação científica exploratória, descritiva e correlacional adotou o método quantitativo cuja natureza estatística permite a obtenção de resultados mais sólidos, fidedignos e suscetíveis de generalização (Santo, 2015). Tal como recorreu ao método qualitativo, através da realização de entrevistas por forma a colmatar as lacunas literárias sobre a organização e funcionamento da SInfo da DPS (doravante designada apenas por SInfo).

Destarte, o presente capítulo visa explanar os procedimentos e etapas de investigação que fundamentarão as conclusões desta dissertação.

### **4.1. Modelo Conceptual e Hipóteses**

O novo conhecimento resulta da investigação científica orientada pelo método científico, partindo de teorias comprovadas cientificamente que podem conflitar ou divergir sobre a perspetivação do mesmo fenómeno (Crano, Brewer & Lac, 2015).

Apesar das diferenças dos modelos de operacionalização do POI explanados no capítulo anterior (Tabela 3, Anexo 10), a operacionalização do POI deve respeitar as idiossincrasias do contexto, informações e decisor policial. Como tal, o modelo concetual que fundamenta a presente investigação (modelo adaptado) apresenta as características inscritas na Tabela 4 (Anexo 10).

O modelo adaptado resulta assim da interação entre três agentes (contexto, informações e decisor) operada através de quatro relações (interpretação, influência, intenção e impacto). Recorrendo à Figura 1, passemos à descrição do modelo adaptado.

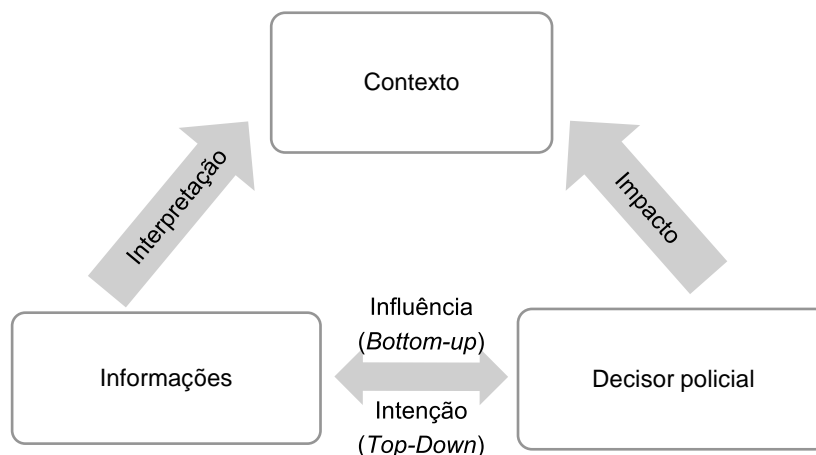


Figura 1. Modelo adaptado

O **contexto** refere-se à área de responsabilidade policial que, segundo o modelo de Carter e Carter, é constituído por todo o tipo de eventos que ameacem, ou possam vir a ameaçar a segurança. E sobre o qual atuam diferentes atores, como as Forças e Serviços de Segurança (FSS), a comunidade, OCS, instituições públicas e o setor privado.

As **informações**, enquanto serviços de produção, **interpretam** o contexto sob a perspetiva multi-jurisdicional do modelo Carter e Carter, recolhendo dados e notícias de fontes: i) policiais, da própria FS ou de outras FSS; ii) comunitárias, diretamente a partir do cidadão ou, de forma indireta através dos elementos do PP; iii) abertas, como as redes sociais ou os OCS; iv) de outras instituições públicas como escolas, hospitais, autarquias locais ou as Finanças; e v) de instituições privadas, como as de segurança privada, instituições privadas sem fins lucrativos ou até mesmo empresas privadas.

Para Ratcliffe (2016), o **decisor policial** é todo o elemento policial que possui interesse, motivação e capacidade de atuar sobre o contexto para garantir a segurança. Como a seta bidirecional da Figura 1 evidencia, entre este e as informações deve existir uma relação equilibrada de proximidade, onde o primeiro promove as condições necessárias à produção de informações policiais, e o segundo influencia a tomada de decisão policial.

Sendo a responsabilidade pela criação e manutenção dessa relação um ónus de ambas as partes, tona-se necessário um modelo de gestão *Top-down* (Ratcliffe, 2016) e *Bottom-up* (Carter & Carter, 2009).

De acordo com o modelo de Ratcliffe, o decisor policial deve orientar a produção informacional (*Top-down*). Para tal, deve: i) comunicar as suas **intenções** bem como *feedback* sobre a utilidade das informações (Davis, 2007); ii) prover a autonomia e liberdade da produção informacional, bem como os meios e condições necessárias; iii) aceitar que o produto informacional recebido, ainda que contrário aos seus interesses individuais, resulta de uma atividade séria e imparcial; iv) perceber que as informações são

apenas um instrumento de apoio à tomada de decisão (Leigh, 2007) que fornece hipóteses de soluções, alerta para os riscos, fornece cenários e abre possibilidades de decisão (Cardoso, 1980); e v) não utilizar os seus poderes de fiscalização e supervisão para manipular as informações produzidas, no sentido de coincidirem com as suas ideias e interesses individuais.

Por outro lado, é responsabilidade das informações **influenciar** a decisão policial sendo para tal necessário um modelo *Bottom-up*. Nesse sentido, compete às informações: i) satisfazer as necessidades informacionais do decisor; ii) antecipar essas necessidades, alertando o decisor para ameaças de que não tenha conhecimento; iii) munir o decisor de informações que lhe permita rentabilizar os recursos; iv) pautar a sua atividade por valores de profissionalismo, imparcialidade e transparência, por forma a promover a confiança do decisor nos seus produtos (Betts, 2003); v) mostrar ao decisor policial como pode entender e utilizar os seus produtos para influenciar o contexto (Davis, 1992); e, iv) entregar os seus produtos num formato simples, claro e objetivo, evitando, se possível, o desinteresse do decisor policial na sua leitura e utilização (Hulnick, 1986).

E por fim, o **impacto** caracteriza a utilização de informações pelo decisor na delineação de planos de ação adequados à concretização dos seus objetivos (Ratcliffe, 2016).

Face ao exposto, pretendemos com esta dissertação perceber se **as informações são utilizadas no policiamento da Divisão de Sintra**. O objetivo principal é diagnosticar se o trabalho desenvolvido pela SInfo configura o POI, como tal foi particularizado em três objetivos específicos:

1. Revisão de literatura/Perceber o que é o POI;
2. Estudar o tipo de atividade desenvolvida pela SInfo;
3. Diagnosticar se a mesma se enquadra no POI.

Para Crano, Brewer e Lac (2015), as hipóteses de estudo são relações entre os conceitos teóricos retirados da revisão de literatura, que visam orientar a investigação na busca de respostas à pergunta de partida. Assim, e porque o modelo adaptado resulta da interação estabelecida entre as quatro relações operadas pelos três agentes, optamos por definir as hipóteses de estudo, por forma a coincidirem com a verificação de existência dessas relações e, conseqüentemente, dos agentes.

Para interpretar o contexto de atuação policial, BJA (2005; 2009), Delpeuch e Ross (2016), GIWG (2003; 2005) e IACP (2002) defendem que as informações, enquanto processo, devem ser capazes de interpretar todas as ameaças que afetam a segurança. Para tal, devem recorrer a vários tipos de fontes, além das de natureza policial, para permitir alargar o espectro dos dados e notícias pesquisados (Buckley, 2014; Carter & Carter, 2009; Chappell & Gibson, 2009; Lee, 2010; McGarrell et al., 2007).

Dado o exposto, formulamos a seguinte hipótese:

H<sub>1</sub>: A SIInfo faz análise de contexto.

Porque Evans (2009; 2012), Evans e Kebbel (2012), Ratcliffe (2003; 2016) e OSCE (2017) defendem que as informações devem ser capazes de influenciar o decisor policial no cumprimento da sua missão, delineamos a seguinte hipótese:

H<sub>2</sub>: As informações produzidas pela SIInfo influenciam a tomada de decisão.

Conforme Carter (2013), Carter e Carter (2009), Gill e Phythian (2018) e Ratcliffe (2016) referem, as informações devem ser utilizadas pelo decisor para causar impactos positivos no contexto. Destarte, e tendo por base o conjunto de atribuições policiais definidas pela LSI e a LOPSP, elaboramos a seguinte hipótese:

H<sub>3</sub>: As informações da SIInfo contribuem para a garantia da segurança.

Por último, para que as informações consigam adequar os seus produtos às necessidades informacionais do decisor policial, é fulcral orientar a sua atividade de acordo com as intenções deste último. Como tal, e segundo Cardoso (1980), Carter e Carter (2009), Carter (2013), Davis (2007), Leigh (2007), e Ratcliffe (2016), é responsabilidade do decisor policial manifestar as suas intenções, motivo pelo qual produzimos a seguinte hipótese:

H<sub>4</sub>: O decisor partilha as suas intenções e necessidades de informação com a SIInfo.

## **4.2. Instrumentos de Recolha de Dados**

### **4.2.1. Questionário.**

No contexto de mensurabilidade do método quantitativo, o questionário é uma das ferramentas de obtenção de dados que permite recolher dados de um grande grupo de pessoas (amostra), selecionado por representar as características comuns que definem o grupo mais abrangente onde aquele se insere (universo) (Sarmiento, 2013). Permite, portanto, não só obter respostas sobre as opiniões, atitudes, perceções e comportamentos da amostra, como generalizá-las para o universo (Crano, Brewer, & Lac, 2015), e verificar hipóteses teóricas (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Como a concretização dos objetivos desta dissertação depende da adoção de instrumentos de recolha adequados (Fortin et al., 2009), recorreremos ao questionário para aferir se a SIInfo configura o modelo adaptado do POI. Face à inovação do tema bem como à escassez de investigações científicas sobre o POI na PSP, foi construído um questionário de raiz com base nos pressupostos do modelo adaptado (Fortin et al., 2009).

A estrutura do instrumento de medida nas diferentes vertentes, medido numa escala tipo Likert de 5 níveis para as dimensões (1: Discordo totalmente; 2: Discordo; 3: Não

concordo nem discordo; 4: Concordo; 5: Concordo totalmente ou, nalguns casos 1: Nada conhecedor; 2: Pouco conhecedor; 3: Moderadamente conhecedor; 4: Muito conhecedor; 5: Extremamente conhecedor), faz-se representar pela Tabela 5 (Anexo 11).

Desse modo, está constituído por três grupos. O primeiro contém 6 questões alusivas aos dados sociodemográficos dos inquiridos (idade, género, habilitações literárias, funções atuais e posto profissional) (Fortin, Côte, & Filion, 2009). O segundo é composto por um grupo de questões elaboradas para avaliar o grau de conhecimento dos inquiridos sobre o POI, por forma a garantir que os inquiridos têm conhecimento sobre o tema (Haro et al, 2016). E o terceiro possui 38 questões que medem o grupo das dimensões dos modelos, visando dar resposta às hipóteses desta dissertação (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Podendo ser aplicado através de vários meios como o pessoal ou a via *on-line*, o inquirido por questionário é um instrumento de autoadministração, e como tal, a dispensa da presença do inquiridor possibilita uma rápida aplicação e, conseqüentemente, obtenção de resultados (Ghiglione & Matalon, 2001), principalmente quando aplicados eletronicamente (Charles, 1998). Nesse sentido, optamos por aplicar um questionário eletrónico, através da aplicação *google.forms*, onde foi garantida a obtenção do consentimento do inquirido bem como garantida a confidencialidade das respostas.

O potencial decorrente da utilização dos questionários é elevado, em termos de geração de dados quantitativos e como resultado da sua facilidade de implementação. Todavia, esta premissa alavancadora das suas vantagens pode incorrer num problema de “variância do método comum” (VMC) (Podsakoff, MacKenzie, & Podsakoff, 2012; Podsakoff, MacKenzie, Lee, & Podsakoff, 2003).

Esta diacronia decorre da autoadministração do questionário, pois a opinião dos inquiridos pode não refletir a veracidade em relação ao fenómeno em estudo, devido à influência sobre a forma como as questões são elaboradas, o que potencialmente compromete os dados obtidos (Gorrell, Ford, Madden, Holdridge, & Eaglestone, 2011).

Para obstar alguns dos problemas da VMC, e conseqüentemente consolidar as estimativas de confiabilidade e validades dos constructos (Podsakoff, MacKenzie, & Podsakoff, 2012) algumas medidas foram estabelecidas: i) quanto ao *design* do instrumento, optou-se por constituir o questionário por secções; ii) a ambiguidade e formato da escala foi tratada com a manutenção da mesma escala nas diferentes questões; iii) a medição dos construtos foi realizada em locais e momentos diferentes, apesar de o instrumento de medição ser o mesmo.

Acresce a este conjunto de problemas um outro relativo à utilização de uma fonte comum: a mesma pessoa origina dados para as variáveis dependentes e independentes (Eichhorn, 2014; Podsakoff, MacKenzie, & Podsakoff, 2012). Neste caso, uma vez que não

se aplicou nenhum inquérito por questionário, procedeu-se à realização de entrevistas a um conjunto de especialistas na área da SInfo.

Por outro lado, a redação dos itens foi consolidada pela realização de um pré-teste, junto de um pequeno número de indivíduos pertencentes ao universo estudado, com características semelhantes e próximas da realidade dos indivíduos (idade, habilitações literárias, função e posto). Na sua redação evitou-se a adjetivação, a interrogação, palavras formais, e palavras ou expressões homónimas, por forma a garantir a maior compreensibilidade do questionário por todos os elementos.

#### **4.2.2. Entrevistas.**

Como a SInfo desenvolve uma atividade muito própria cujo *knowhow* se encontra desprovido de bibliografia, optamos por complementar o método quantitativo com o qualitativo (Haro et al, 2016). A utilização conjunta destes métodos configura um manancial de vantagens para a criação do conhecimento científico (Santo, 2015), desde logo porque as entrevistas permitem explorar o domínio subjetivo dos inquiridos (Resende, 2016), bem como obter uma maior riqueza de informação através diálogo presencial com os inquiridos, foram selecionados oito elementos policiais com conhecimento especializado (Sarmiento, 2013) sobre o tipo de atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela SInfo desde a sua criação.

Atendendo ao tipo de relação que detêm com a SInfo, foram selecionados para inquirição:

- Categoria A (Comando atual): atual comandante em suplência (A1), e CAO da DPS (A2);
- Categoria B (Antigo comando): antigo CAO da DPS aquando da criação da SInfo (B1); e antigos comandantes da DPS (B2 e B3);
- Categoria C (Elementos da SInfo): dois analistas (C1 e C2) e chefe da SInfo (C3).

Nesse sentido, foram construídos três guiões de entrevista para cada categoria de entrevistados, cujas questões apesar de diferirem na formulação, tiveram o mesmo propósito: a verificação as hipóteses deste estudo.

Para aferir as experiências e conhecimentos dos entrevistados, privilegamos as entrevistas semiestruturadas que, não obstante partirem de um guião predefinido com perguntas abertas, permitem que o inquirido alargue ainda mais o âmbito das suas respostas (Resende, 2016). Por forma a potenciar essa liberdade de resposta, foram realizadas presencialmente e nos locais de trabalho dos inquiridos (Guerra, 2006). Tal como gravadas em formato áudio, mediante a devida autorização do entrevistado, para posterior tratamento analítico (Flick, 2005).

Feita a transcrição das entrevistas, foram devolvidas aos inquiridos para garantir não só a exatidão das informações prestadas (Coutinho, 2018), como também para elucidar a sensibilidade do seu teor.

Face a essa sensibilidade, foi obtido o consentimento de informado para utilização das entrevistas na presente investigação, com a advertência de que as transcrições integrais das entrevistas não serão publicadas por forma não prejudicar a atividade policial da SInfo, e consequentemente da PSP.

#### **4.3. Caracterização da Divisão Policial de Sintra.**

A SInfo é uma secção que depende hierárquica e diretamente do comandante da DPS, o que justifica a diferença do acrónimo SsInf utilizado no capítulo I, e a utilização do acrónimo SInfo doravante.

Os motivos conducentes à escolha da SInfo como objeto de estudo da presente dissertação prendem-se com o facto de a autora já ter estagiado naquela divisão policial e como tal, constatado a serventia da utilização das informações policiais no policiamento, bem como pelo seu interesse académico pelo tema das informações.

De acordo com a informação contida em Anexo 12, a DPS dispõe de 573 elementos com funções policiais e de 70 meios auto, dos quais apenas 4 carros-patrolha, 4 motocicletas e 9 outros veículos estão ativos.

##### **4.3.1. Caracterização dos participantes.**

Para aplicação do questionário, selecionamos uma amostra de 231 elementos policiais do universo de 573 que prestam serviço na DPS. Esta amostra corresponde a um erro amostral de 5%, para um nível de confiança de 95%. Considerando o número total de respostas válidas, a taxa de resposta é de 91,7%, o que em o contexto de inquérito por questionário por *e-mail*, é *per se* um excelente resultado.

Analizando a literatura, apesar das divergências a nível de valores mínimos (50%, é o ponto de partida), em termos medianos a taxa de resposta é de 60% (ou 55,6% em média). Este facto permite que sustentar a validade e a fiabilidade dos resultados (Babbie, 1990; Baruch, 1999 & De Vaus, 1986; Dillman, 1978, 2000; Fowler, 1984; Rea & Parker, 1992; Rogelberg & Stanton, 2007; Roth & BeVier, 1998) e contraria a tendência de reduzidas taxas de respostas apresentada pelo estudo de Yetter e Capaccioli (2010).

A caracterização sociodemográfica da amostra (Tabela 8, Anexo 13) evidencia 30 elementos do género feminino (14,3%) e 181 do género masculino (85,7%), com média de idades de 35,93 e DP de 8,428, e de 39,45 ± 8,92, respetivamente.

Dos 211 inquiridos, 181 elementos possuem ensino secundário, o que equivale a 85,8% da amostra, 18 possuem licenciatura (8,5%), 8 possuem mestrado (3,8%), e 2 possuem o ensino básico, tal como 2 possuem outros cursos e/ou formações, apresentando ambos a menor representatividade de 0,9%.

Quanto às funções desempenhadas, o serviço operacional é o mais representativo com 163 respostas, o que equivale a 77,3% da amostra, seguido pelo serviço administrativo e pelas funções de chefia e comando, com 24 respostas (11,4%), cada um.

No que concerne ao posto policial, obtivemos 104 respostas de Agentes, equivalendo a 49,3% da amostra, 66 respostas de Agentes Principais (31,3%), 31 respostas de Chefes (14,7%), uma resposta de Chefe Principal (0,5%), 5 de Subcomissários (2,4%), 3 de Comissários (1,4%) e uma de Subintendente (0,5%).

#### **4.4. Instrumentos de Análise de Dados**

O processo de análise de dados envolveu dois métodos distintos. No método qualitativo procedemos à análise temática das entrevistas. E no método quantitativo, os questionários foram analisados com recurso à análise fatorial exploratória (AFE), medição da consistência interna das escalas, validação do questionário, e ao teste de medição do modelo conceptual.

##### **4.4.1. Análise fatorial exploratória.**

Enquanto método estatístico empírico multivariado que identifica a estrutura e analisa a interdependência das variáveis, a AFE tem por objetivos: i) criação de uma teoria estrutural; ii) identificação e construção de fatores que meçam constructos similares; e, iii) estimação de scores das variáveis latentes para subsequente análise estatística (Damásio, 2012; Martinez & Ferreira, 2009; Pestana & Gajero, 2014; Thompson, 2007).

Uma das condições de aplicabilidade da AFE é a existência de correlação entre as variáveis, como medida de associação entre par de variáveis. Para tal a sua medição é efetuada pela análise de Kaiser-Meyer-Ohlin (KMO) e pelo teste de esfericidade de Bartlett.

O valor de KMO, representativo da qualidade da análise fatorial varia entre 0 e 1 (Pestana & Gajero, 2014), enquanto para o teste de esfericidade serão os valores de significância estatisticamente significativos ( $p\text{-value} \leq 0,05$ ), pelo que os mesmos poderão ser extraídos da matriz.

O teste de esfericidade de Bartlett e o KMO (Tabela 10, Anexo 14) demonstram que a análise fatorial é considerada muito boa (KMO = 0,931), sendo que o teste de esfericidade tem associado um nível de significância de  $p\text{-value} = 0,000$  ( $\text{sig} \leq 0,05$ ). Esta evidência

estatística rejeita a hipótese de a matriz de correlação ser igual à identidade, pelo que existe correlação entre as variáveis.

Em função destes valores, de acordo com Pestana e Gajairo (2014) é possível executar a análise fatorial.

No que concerne aos fatores e, apesar de ser ter procedido à definição de dimensões *a priori*, em função da literatura, as variáveis foram submetidas a uma análise fatorial.

Na sua vertente descritiva, com a avaliação dos coeficientes, dos níveis de significância, da solução inicial, e na sua vertente Matriz de correlações, com a análise do teste de esfericidade de Bartlett e de KMO, o método de extração de resultados foi a análise de componentes principais, com rotação *Varimax* e scores Bartlett (Pestana & Gajairo, 2014).

Com o processo de depuração, excluíram-se da AFE final 15 itens (Tabela 9, Anexo 14), restando apenas 23 itens. Destes elementos constituíram-se oito fatores (Tabela 12, Anexo 14), com *eigenvalues* (valores próprios) superiores a 1, que representam 70,2% da variância total explicada (Tabela 11, Anexo 14), o que corresponde aos pressupostos estabelecidos pela literatura (Fabrigar, Wegener, MacCallum, & Strahan, 1999; Osborne, Costello, & Kellow, 2008; Pestana & Gajairo, 2014; Yong & Pearce, 2013).

#### **4.4.2. Validação.**

O processo de validação encerra em si mesmo diferentes momentos de avaliação, porquanto é um processo moroso. Para tal são várias as etapas a concluir: i) repetibilidade e reprodutibilidade (corresponde ao teste e re-teste); ii) avaliação da consistência interna nos dois momentos; iii) avaliação da validade discriminante com a análise da curva ROC e pela comparação das médias e, iv) avaliação de conteúdos.

Na primeira etapa aplicou-se o questionário num primeiro momento, sendo que passadas duas semanas procedeu-se a reaplicação do mesmo.

Da análise dos dados (Tabela 14, Anexo 15), constata-se uma correlação intraclasse de 0,830 ( $p\text{-value} = 0,02 \leq 0,05$ ) o que demonstra uma boa correlação.

Por outro lado, as estatísticas descritivas de ambos os scores no primeiro e segundo momento demonstram proximidade entre os valores dos dois scores (Tabela 15, Anexo 15)

Na segunda etapa deste processo obtiveram-se os alfas de Cronbach entre todas as questões em cada um dos momentos. Para ambos os momentos, a consistência interna é muito boa (Tabela 16, Anexo 15).

Posteriormente realizar-se-á a avaliação global da consistência interna com toda a amostra final.

A análise da ROC (*Receiver Operator Characteristic Curve*) avalia o antagonismo entre sensibilidade e especificidade, bem como a exatidão do teste, tendo em conta o inquérito por questionário, e o posicionamento dos elementos policiais que, se tivessem oportunidade, potencialmente trocariam de posição relativamente ao sistema vigente. A análise da ROC foi executada através do score das 38 questões em função da questão “está familiarizado com o POI?” (Tabela 17, Anexo 15).

A última etapa foi consolidada pela validação das questões por elementos policiais de que as 38 questões representam os elementos base sobre o tema em estudo.

#### **4.4.3. Medidas de consistência interna.**

A medição da consistência interna por intermédio da técnica estatística Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ) permite a verificação da correlação que se espera obter entre a escala utilizada e outras que avaliem a mesma característica. Em termos globais o  $\alpha$  apresenta um valor de 0,956 (Tabela 18, Anexo 16), o que revela uma consistência interna muito boa, porque o coeficiente médio de todas as estimativas de consistência interna está muito próximo de um (Maroco & Garcia-Marques, 2006; Pestana & Gajairo, 2014).

A nível de fatores, a consistência interna varia entre a boa para os fatores interpretação ( $\alpha = 0,800$ ), influência ( $\alpha = 0,869$ ), e impacto ( $\alpha = 0,807$ ), e a muito boa para o fator intenção ( $\alpha = 0,932$ ) (Tabela 18, Anexo 16).

#### **4.4.4. Análise de conteúdo.**

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas previamente definidas (Bardin, 2004), para identificar e especificar o conteúdo das comunicações (Ghiglione & Matalon, 2001).

Das várias formas de fazer análise de conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 2008), existe a análise temática, que permite identificar, sintetizar e relacionar uma grande quantidade de dados (Maguire & Delahunt, 2017).

Porque a concretização do objetivo das entrevistas acarretou mais de nove horas de informação (com uma duração média de 66 minutos por entrevista), foram submetidas a análise de temática, cuja natureza flexível capacita a interpretação das entrevistas através da identificação dos seus temas (Vaismoradi, Turunen, & Bondas, 2013).

Para Braun e Clarke (2006), um tema é algo que caracteriza as ideias presentes nas entrevistas, e como tal necessita de ser desconstruído nos vários temas secundários que o compõem. Acrescentando ainda que devido à flexibilidade da análise temática, a

categorização dos temas pode decorrer do conjunto dos dados das entrevistas, ou ser orientada pelo quadro teórico da investigação, opção esta que tomamos.

De acordo com Duarte (2004), a análise temática processou-se da seguinte forma: i) leitura de todas as entrevistas por forma a identificar as suas ideias centrais e quiçá, os temas; ii) codificação das passagens textuais das entrevistas que identificam essas ideias; iii) categorização dos temas principais e secundários; iv) elaboração do quadro categorial; v) elaboração da grelha categorial que organiza as categorias (temas principais e secundários) e as codificações (excertos das entrevistas que caracterizam as categorias); e vi) relato sobre as opiniões e experiências dos entrevistados, organizados de forma coerente e lógica como se de uma conversa entre eles se tratasse.

Por forma a garantir a validade interna da análise temática foram cumpridos os critérios de exaustividade (todas as codificações corresponderam um tema) e de exclusividade (cada codificação correspondeu apenas a um tema) (Bardin, 2004).

Finalmente, os procedimentos encetados na análise temática podem assumir uma natureza fechada ou aberta. Nos primeiros são utilizadas categorias de análise previamente definidas em estudos anteriores, e os segundos aplicam-se em investigações inovadoras cujo quadro teórico justifica a criação de uma nova grelha categorial (Ghiglione & Matalon, 2001). Assim, a grelha categorial utilizada na presente dissertação resulta da própria análise temática das oito entrevistas realizadas.

#### **4.5. Testes de Medição para o Modelo Concetual e Comparação entre Grupos**

Nesta análise pretender-se-á saber qual o impacto das variáveis no modelo conceptual, bem como averiguar se existem diferenças estatisticamente significativas nas variáveis em estudo, relativamente a aspetos como: i) o maior ou menor conhecimento do POI; ii) se está ou não familiarizado com o mesmo; e iii) outros atributos: género, idade, habilitações académicas, posto e função.

Dada a ausência de normalidade dos dados ( $p\text{-value} \leq 0,05$ ) (Tabela 19, Anexo 17) e a tipologia das variáveis recorre-se a testes não paramétricos, como o teste de Mann-Whitney – Prova U e o teste de Kruskall-Wallis – KW. No que concerne à associação linear entre as variáveis, optar-se-á pelo coeficiente de correlação de Spearman ( $\rho$ ).

#### **4.6. Procedimentos**

Para aplicar os questionários e as entrevistas foram cumpridos os seguintes procedimentos e cumprimento de deveres institucionais e legais:

1. Construção do pré-teste ao questionário (Anexo 23), do questionário (Anexo 24) e do guião das entrevistas (Anexo 25);
2. Envio de ofício ao Exmo. Sr. Diretor de Estágio e Direção de Ensino do ISCPSP a solicitar os pedidos de autorização à DNPSP para a aplicação do questionário pré-teste e do questionário (Anexo 26), bem como para realização das entrevistas (Anexo 27);
3. Uma vez recebido o despacho de autorização para a aplicação de questionário (Anexo 28) e de realização de entrevistas (Anexo 29), foi difundida, via email, a hiperligação *google.forms* do questionário pelo efetivo DPS ([https://docs.google.com/forms/d/1q\\_EhkbdOIBAHy5iv5HnGRYvv11xK66UXMa55Ox\\_FrFA/edit](https://docs.google.com/forms/d/1q_EhkbdOIBAHy5iv5HnGRYvv11xK66UXMa55Ox_FrFA/edit)) bem como solicitada, pela mesma via, a marcação de entrevista presencial;
4. O questionário foi aplicado entre 25 de março e 3 de abril de 2019, e as entrevistas realizadas entre 22 de março e 29 de março de 2019.
5. A transcrição das entrevistas foi devolvida aos entrevistados bem como solicitado, via email (Anexo 30), o consentimento de informado (Anexo 31) o qual foi prestado pela mesma via;
6. Os dados do questionário foram introduzidos em programa próprio para o seu tratamento Statistical Program for Social Sciences (SPSS) version 25 (IBM), e em Excel 2017 (Microsoft Office) e os das entrevistas categorizados em temas principais e secundários (Anexo 21), e codificados em grelha categorial (Anexo 22);
7. Finalmente, procedeu-se à análise dos dados.

## **Capítulo V. Apresentação e Discussão de Resultados**

O presente capítulo visa apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos da aplicação dos questionários e das entrevistas.

### **5.1. Entrevistas**

Da análise temática feita às entrevistas foi possível construir um quadro categorial composto por três categorias: interpretação do contexto, relação entre decisor policial e SIInfo, e garantia de segurança.

Seguindo a ordem dos temas principais e secundários referidos no quadro categorial, passemos à análise e discussão dos resultados obtidos, devidamente explanados na grelha categorial elaborada para esse fim.

O tipo de **fontes de informações policiais** utilizadas pela SIInfo depende de vários fatores. Se em tempos utilizavam “informações dadas informalmente, pelos próprios elementos policiais” (B2), atualmente é pouco o “que nos chega da rua por parte dos patrulheiros” (C2). Se possuem recursos adequados como uma viatura descaracterizada “era mais fácil, havia mais partilha de informação. Íamos aos postos da GNR e pedíamos informações que nos eram dadas” (C2), tal como com a “Polícia Municipal” (C2), mas hoje em dia “como não temos carro, só conseguimos pedir informações via telefone e claro que eles ficam mais desconfiados e não partilham tanto” (C2). E se o comandante de Divisão está sensibilizado para a promoção da partilha de informação pelo efetivo, enceta medidas como a determinação de reuniões de “coordenação semanal que incluía todos os coordenadores MIPP de todas as esquadras da Divisão, e o chefe da Brigada de IC dos crimes contra património” (B3), mas como os comandantes mudam “as reuniões deixaram de se fazer” (C3).

Hodiernamente, a partilha de informações por elementos policiais é uma das grandes dificuldades da atividade da SIInfo, desde logo com o NIP, com o qual “se calhar 90% das informações não circula” (C3) apesar de “tudo que é feito aqui é sempre transmitido para o NIP” (C3). Desse modo, as fontes de informações policiais utilizadas pela SIInfo resultam de bases de dados policiais como o “SEI (...) e o SCOT” (C1), de pesquisas nos locais pela SIInfo para fazer “avaliação de risco” (B1), do que “é extraído do expediente” (A2), e de “relatórios do Oficial de Serviço, a análise dos relatórios do Supervisor e das ocorrências do carro patrulha, porque nem todas as ocorrências que vêm nos relatórios, são expressas em expediente” (A1).

Quanto às **fontes de informações não policiais**, podem ser alertas de “pessoas” (A1), fontes abertas como “notícias nos OCS” (A2), as “redes sociais” (B2), ou os *sites* de venda: “Ebay, OLX, Custo Justo” (C3). Contudo, “com o carro era fácil, p.e. eu ia às Finanças e obtinha a informação” (C2), tal como “nas escolas” (C2), o que lhes permitia ter “muitas fontes fora da Polícia, pessoas idosas, pessoas conhecidas no bairro que tinham noção do que se passava (...) atualmente perdemos por completo esse contacto” (C3).

Para desempenhar a sua **atividade**, a SIInfo possui “um chefe e oito agentes e cada agente tem uma determinada tarefa” (C1). Tarefas como “a evolução das estatísticas: se o roubo evoluiu ou diminuiu, os ilícitos mais importantes ou que têm mais peso na divisão” (A1). Dão resposta aos pedidos da Direção-Geral de Reinserção Social, “e são só 2 elementos a fazer para a Divisão toda, já estamos habituados, conhecemos os indivíduos, temos informações arquivadas sobre eles etc., e só com isso poupamos trabalho a 7 ou 8 elementos” da DPS (C2).

Elaboram *briefings* diários “relativamente àquilo que se passou nas últimas 24h e que se vai passar nas 24h seguintes, exceto fim de semana que se reporta a 72h” (B3), o que permite ter a “informação diária e organizada” (B2), bem como “toda a informação pertinente, em formato simples” (B3). E também *briefings* semanais sobre itens de interesse: “todas as sextas-feiras a SIInfo emite a todo o dispositivo os indivíduos que a Divisão tem mais interesse em ver localizados, tal como viaturas, normalmente envolvidas em práticas criminais ou potencialmente passíveis de se envolverem nessas práticas” (B3), para que o efetivo possa dar o alerta dessas situações à EIC.

Estas tarefas são desenvolvidas pela SIInfo por “uma questão de sobrevivência, se mostrarmos outro trabalho além das informações, quando vier um comandante que não esteja sensibilizado para as informações, já terá motivos para não acabar connosco” (C2).

Todavia, também produzem informações que “alertam a esquadra da área, ou a EIC ou a EIFP para um determinado tipo de fenómenos” (A2),

E fazem análise de riscos a eventos de diversão como a que criou “três cenários (alterações de OP dentro do recinto, alterações OP fora do recinto, furtos/roubos durante o evento). Depois criámos outro cenário, o das condições meteorológicas. E esse cenário foi o que aconteceu: houve temporal e não houve festa nenhuma” (C3), ou a “provas desportivas (ciclismo, jogos de futebol, atletismo, e outras modalidades)” (B1), que embora elaboradas sem formação permitia identificar “p.e., se havia obras, pedras, paus, e (...), estradas que estavam cortadas nessa altura” (B1).

Relativamente à **influência**, isto é, à responsabilidade da SIInfo em satisfazer as necessidades informacionais do decisor policial, “nós antecipamos, os nossos analistas são bons nisso. E quando o nosso comandante nos pede alguma coisa, já temos isso feito” (C3).

Para o planeamento de operações policiais, “é-nos pedido em termos de análise qual o tipo de fenómenos que ultimamente tem acontecido” (C1), para ajudar “o CAO no planeamento do policiamento” (C2).

Porque os recursos “não são infinitos” (B1), a opinião unânime é que “é impossível hoje em dia, numa conjuntura de escassez de recursos não termos informações que nos permitam rentabilizá-los” (B3).

Por último, também a SIInfo pode orientar o decisor na sua missão, já que “a primeira grande consequência de um trabalho de informações ainda numa fase embrionária foi (...) dar prioridade às zonas onde nós assinalamos que de facto as coisas estão a acontecer” (B2), ao contrário da “noção empírica que supostamente, achávamos nós muito correta, de onde as coisas aconteciam” (B2).

Resumidamente, o trabalho da SIInfo “sem qualquer dúvida, é uma mais valia para a tomada de decisão para a parte do comando” (A1), pois é “graças à SIInfo e às pessoas que lá estão, ao número de pessoas que lá estão, ao nível de capacitação que eles já têm dada a sua prática, que conseguimos ter um retrato do que se passou ou do que se está a passar” (A2).

No que concerne à **intenção**, à responsabilidade do decisor policial em orientar a atividade da SIInfo, que atualmente está “sob o comando do comandante de Divisão, e não do CAO” (C1), é consensual que “tem de haver um grande empenhamento do comandante, porque criar uma coisa daquelas e depois deixá-la em gestão corrente, não é uma boa abordagem” (B2).

Assim, e porque é necessário “estabelecer quais são as nossas preocupações, atender que elas são dinâmicas, tal como comunicá-las à SIInfo” (B3), há comunicação de necessidades informacionais pelo comandante de Divisão: “o comandante de Divisão viu a notícia que pusemos no *briefing*, e na apresentação do *briefing* disse que tínhamos de sinalizar aqueles indivíduos (...) com a alteração de comandante de Divisão, disseram para deixarmos de seguir esse fenómeno” (C3). Tal como pelo CAO: “quando recebo o relatório de Oficial de serviço ao COMETLIS, p.e. sobre uma viatura furtada (...) faço recolha dessa informação e remeto para a SIInfo: «atenção a essa viatura, tentar monitorizar pelas características, porque pode andar pela nossa área»” (A1).

Definitivamente há produção de informações, e ainda que algumas possam “não estar de acordo de acordo com as ideias que os comandantes já tinham para decidir, a maior parte aceita as nossas informações” (C2).

Pese embora a provisão de condições autonomia e liberdade de trabalho para que a SIInfo “sem que seja necessário que alguém lhes diga alguma coisa, (...) começa logo a fazer uma pesquisa para verificar se esse fenómeno também se pode passar no município de Sintra” (A2), há falta de meios: “há computadores na Divisão, que são utilizados só para

passar autos de contraordenação ou para fazer guias de entrega, e nós temos aqui computadores obsoletos com que não conseguimos trabalhar” (C3), tal como “devíamos ter uma viatura descaracterizada, para algumas situações em que é necessário deslocarmo-nos a confirmar determinadas matérias que nos enviam” (C1) e em termos de formação “alguns têm, outros são autodidatas e têm uma formação em que aprendem uns com os outros, e com a prática” (A2).

Apesar da falta de meios ser “transversal à PSP” (C3), e de “com o pouco que têm fazem muito” (A2), a colmatação dessa necessidade “depende do próprio comandante de Divisão (...) se houvesse uma boa gestão do material informático, muitas dessas falhas eram suprimidas (C3)”. Não havendo, os próprios elementos da SInfo tentam contornar os obstáculos, como por exemplo: “eu arranjei 3 ou 4 computadores” (C1).

E ao nível do *feedback* do efetivo da DPS, a SInfo recebe “muito pouco, temos quase que andar a pedir para nos dizerem alguma coisa” (C2). Contudo, o “comandante de Divisão ainda vai dando” (C2), e no caso dos comandantes de esquadra, é “consoante as pessoas: uns agradecem e dizem que se verificou o que tínhamos dito, e como tal, conseguimos prevenir, outros não dizem nada” (C2).

Portanto, deveria haver a promoção da sensibilização “para as informações, partindo dos comandantes de Divisão e comandantes de esquadra dizer que a partilha de informações é essencial e dar valor à informação que é passada” (C3), tal como para “sensibilizar esse dispositivo, que é mais produtivo trabalhar de acordo com qualquer coisa, do que andar aí à sorte” (B1).

Como não há, e para contornar as dificuldades, “nós próprios procuramos o feedback da utilidade dos nossos produtos, ou perguntamos diretamente, ou descobrimos através das redes sociais” (C2), ou fazemos “algum tipo de esforço de pesquisa em casa ou nos telemóveis” (A2).

Quanto ao **objetivo das informações** produzidas, os elementos da SInfo desenvolvem “áreas de trabalho predefinidas. O SINTEL da PSP tem as AIP 1, 2, 6, 7 e 8, nós aqui tentamos estar dentro delas e dentro das informações que se fazem a nível do COMETLIS e da nossa Divisão” (C2). Como tal, “trabalhamos com todo o tipo de ameaças” (C2).

Embora não produzam informações sobre as AIP do SINTEL, estão atentos a vários tipos de fenómenos como por exemplo nas visitas de entidades políticas à DPS, preocupam-se em perceber se haverá grupos “extremistas relativamente à entidade” (A1) que possam perturbar a visita. Ou fenómenos de “terrorismo, p.e., na altura em que ficou na moda, aqui em Mem Martins morava um terrorista muito famoso, que tinha fugido para combater pelo Estado Islâmico” (C2). Monitorizam “indivíduos perigosos procurados e fenómenos internacionais” (C1).

Colaboram com o Núcleo de armas e explosivos (NAE) do COMETLIS em “áreas sensíveis de matéria radioativa. Temos uma muito grande aqui em Mem Martins, a Resiquímica. É matéria radioativa que têm lá” (C3), ou em casos como “um senhor que estava a vender armas às peças, chegámos à identificação dele (...) fizemos relatório disso e demos conhecimento ao NAE e ao NIP” (C3). Também com a Segurança Privada, apesar de terem feito “alguns relatórios sobre vigilantes” (C3) em colaboração com o Núcleo de Segurança Privada do COMETLIS, “não é uma área que trabalhemos muito, porque não temos aqui grande vida noturna” (C3). O mesmo acontece na AIP da contestação social: “informações sobre ordem pública, quase que não fazemos, mas isso é porque não coincide com as necessidades da Divisão” (C2).

Ao nível da colmatação das necessidades informacionais da DPS, apesar de terem começado por trabalhar “muito na área das informações criminais, porque era aquilo que mais interessava à Divisão” (B1), as incivildades não eram negligenciadas, tanto que “num ano chegámos a ter 15 000 crimes, mas em termos ocorrências não criminais registamos quase 30 000” (B2).

E assim continua, “a SInfo trabalha todo o tipo de matérias” (A2) porque o simples “caso de um ajuntamento de jovens que se junta atrás do bairro e faz barulho ou pinta uns *graffitis*, não configura um crime, mas pode provocar insegurança” (A2).

Produzem informações para apoiar a realização de eventos religiosos como “procissões” (A2), desportivos como os jogos “de futebol (Real Sport Clube)” (A1), ou de diversão como “p.e. no controlo de agrupamento de pessoas num espetáculo” (A2).

Informações que contribuam para a “proteção do nosso pessoal, se é um grupo que está armado, se fez assaltos armados...quando o nosso pessoal fizer abordagens já está precavido” (A1), ou sobre “a área de alguns agentes com atitudes desviantes” (C1). A atividade grupal, os “*gangs*” também (C2).

Fazem avaliações de risco a infraestruturas críticas como as “esquadras de risco, que têm maior ou menor grau de perigosidade” (A1), ou à “casa do Passos Coelho quando se tornou Primeiro-Ministro” (C1), e Altas Entidades: “fizemos a quase todas as deslocações de Primeiro-Ministro e Presidente da República à nossa área” (C1).

Colaboram com a EIFP na fiscalização policial a estabelecimentos: “antes de lá se deslocarem, nós vamos primeiro fazer uma análise prévia ao estabelecimento” (C1), bem como na fiscalização de feiras “com entidades externas, quando pretendem fazer fiscalização e pedem apoio da PSP, nós fazemos a análise prévia aos objetivos dessa entidade” (C1).

E ao nível da segurança rodoviária, se em tempos as reuniões semanais entre SInfo, MIPP, IC e “o Chefe da Brigada da Fiscalização de Trânsito” (B3) permitiam que as diferentes funções de cada interveniente fossem complementadas, hoje em dia limitam-se

aos “relatórios trimestrais onde fazíamos as artérias que tinham mais acidentes, a gravidade desses acidentes, etc. mas a nível estatístico, nada a nível de informações” (C3).

Para finalizar, temos a **utilização das informações na garantia da segurança**. Das oito entrevistas realizadas foi possível constatar casos “que são comprovativos de que as informações fazem falta, e que funciona e que tem uma utilidade imediata, fora as questões a médio e longo prazo” (B2).

Embora as informações da SInfo não versem apenas sobre o crime, “a questão da criminalidade é, se calhar, paradigmática” (B1). Um caso recente de “uma análise aprofundada” (C1) feita pela SInfo a propósito de “uma vaga muito grande de roubos na área de Queluz” (C1), evidencia como ela é “efetivamente uma componente essencial ao planeamento operacional” (B3) ao ter contribuído para o planeamento da operação policial que “reduziu os roubos para menos de metade no mês a seguir” (C1).

Desde que a SInfo foi criada “nós baixamos a criminalidade durante 6 ou 7 anos seguidos. E baixamos a um ritmo que era quase o dobro da média” (B1) muito por causa do “trabalho feito pela SInfo” (B1).

O incidente do Bairro da Jamaica do Seixal e as consequências “críticas em termos de segurança” (A2) que provocou por toda a área do COMETLIS, mostra como na área da DPS foram minimizadas graças ao contributo da SInfo, pois ao “conseguirem antecipar” (A1) situações como “p.e. aquela dos contentores incendiados” (A2) permitiram orientar o “policiamento para determinado tipo de locais” (A2).

No rescaldo desse incidente surgiram manifestações contra o racismo que, apesar de terem sido no centro da cidade de Lisboa, foram frequentadas por muitos habitantes da área da DPS. Como a SInfo consegue “antecipar acontecimentos potencialmente complicados” (B2), fez uma “análise de tudo o que aconteceu” (A2) e alertou para a chegada de muitos manifestantes a uma estação ferroviária, junto à qual iria haver uma operação policial: “quando chegamos ao terreno já estávamos com essa informação, felizmente não houve nada, mas já estávamos precavidos que poderia haver ali alguma coisa” (A1).

As próprias avaliações de risco feitas pela SInfo incluem “um tópico dedicado a recomendações operacionais” (B3) que podem ser acolhidas “integralmente, parcialmente, ou absolutamente nada” (B3) pelo decisor policial, mas “normalmente o comandante de Divisão ou os Subcomissários, aproveitam essas recomendações operacionais para o seu planeamento operacional” (B3).

Outro exemplo foi o caso dos *meets*: “lembra-se de ter ouvido falar sobre problemas causados pelos *meets* na Divisão de Sintra? Não, porque não houve problemas. Houve pelo menos 10 ou 12, mas ninguém falou neles porque não deu problemas” (B2).

Também na visita do presidente da China ao Palácio de Queluz, a SInfo conseguiu “detetar antecipadamente que no último dia da visita ia haver um protesto de um movimento anti-china pela libertação do Tibete” (C2). Como “houve deteção precoce da situação, tivemos tempo para planear, para preparar o pessoal” (B2), e como tal “conseguiu-se evitar um possível problema mediático” (C2).

Como último exemplo, e em seguimento à avaliação de risco feita à casa do antigo Primeiro-Ministro Passos Coelho, “fizemos por iniciativa própria uma avaliação de risco, por causa da filha que ele tinha e estudava numa escola” (C3) da área da DPS. O relatório produzido foi enviado “para o NIP, para o C1, chegou à DN, da DN foi difundido para a UEP e veio um agradecimento do Sr. Superintendente Lucas, a agradecer e a dizer que o trabalho tinha sido excelente” (C3).

Em síntese, os resultados da análise temática permitem verificar que a SInfo interpreta o contexto de atuação policial ( $H_1$ ) sob a perspetiva multi-jurisdicional do modelo Carter e Carter, isto é, recorrendo a fontes informacionais de natureza policial e não policial (Buckley, 2014; Carter & Carter, 2009; Chappell & Gibson, 2009; Lee, 2010; McGarrell et al., 2007), e produzindo informações sobre todo o tipo de ameaças que afetam a segurança (BJA, 2005; 2009; Delpeuch & Ross, 2016; GIWG, 2003; 2005; IACP, 2002).

A  $H_2$  também é verificada, pois as informações produzidas pela SInfo influenciam a tomada de decisão do comandante de Divisão e dos comandantes de esquadra, o que evidencia um modelo de gestão *Bottom-up* e é corroborado pela literatura (Evans, 2009; 2012; Evans & Keibel, 2012; OSCE, 2017; Ratcliffe, 2003; 2016).

As informações produzidas pela SInfo são utilizadas pelo comandante da DPS e pelos comandantes de esquadra na definição de estratégias de garantia de segurança, o que lhes permite causar impactos positivos no contexto de atuação policial. Nesse sentido, também a  $H_3$  é verificada de acordo com o postulado por Carter (2013), Carter e Carter (2009), Gill e Phythian (2018) e Ratcliffe (2016).

Por fim, a  $H_4$  não é verificada. Apesar de o comandante da DPS, e alguns comandantes de esquadra, manifestarem as suas necessidades informacionais, bem como o *feedback* sobre a utilidade do produto da SInfo (Davis, 2007), não há um modelo *Top-down* tal como defendido por Ratcliffe (2016). O que evidencia uma falta de orientação da cadeia hierárquica superior ao nível da promoção de condições de trabalho adequadas à produção de informações: a gestão de recursos materiais, a promoção da sensibilização do efetivo da divisão para a importância das informações no desempenho das suas funções, e o incentivo à partilha de informações por todo o efetivo. De outro modo, a promoção de uma cultura de informações.

## 5.2. Questionários

A análise do modelo conceptual é precedida por avaliação das características descritivas através das medidas de tendência central (média), dispersão (desvio-padrão), e de associação linear entre variáveis (coeficiente de correlação *rho* de *Spearman*), para os atributos (variáveis sociodemográficas) e para as componentes do modelo. Numa fase posterior seguem os testes de comparação intra-grupos referente a cada uma das dimensões do modelo e dos elementos que gravitam em torno do mesmo.

### 5.2.1. Análise descritiva e correlacional.

Antes de iniciar a análise descritiva e correlacional, importa esclarecer que, tal como verificado no capítulo anterior, dos oito fatores resultantes da AFE final, apenas quatro estão diretamente relacionados com os pressupostos do modelo concetual (interpretação, impacto, intenção e influência). Assim, os restantes quatro fatores (formação, bases de dados policiais, SINTEL-PSP e Comunicação) serão tidos como elementos gravitantes do modelo, pese embora a sua relevância para o entendimento da relação que se estabelece entre os quatro fatores principais.

Em termos médios, e como se pode constatar pela Figura 14 e Tabela 20 (Anexo 18), verifica-se que o valor global dos fatores e características do modelo apresentam um resultado positivo (média e mediana superior a 3,1 numa escala de 5 pontos), com exceção do fator intenção (média de 2,745 e mediana 2,750, numa escala de 5 pontos, e DP = 0,982).

Os valores médios registam-se em relação à base de dados policiais (doravante designado por base de dados), e ao fator interpretação (valores médios próximos de 4). O que sugere que na interpretação do contexto de atuação policial da DPS, a SInfo recorra a bases de dados policiais como fonte de informação policial, tal como proposto pela H<sub>1</sub>, e como decorre da literatura (Buckley, 2014; Carter & Carter, 2009; Chappell & Gibson, 2009; Lee, 2010; McGarrell et al., 2007), bem como da análise temática das entrevistas.

Por outro lado, o baixo resultado do fator intenção sugere a falta de orientação da produção informacional pelo decisor, isto é, a ausência de um modelo *Top-down* tal como foi proposto por Ratcliffe (2016), o que não permite verificar a H<sub>4</sub>.

Os resultados da análise dos coeficientes de correlação de *Spearman* interdimensional, constam da Tabela 21 (Anexo 18). O recurso ao *rho* de *Spearman* ( $\rho$ ) para medir a associação linear entre as variáveis, resulta do facto de os fatores não apresentarem evidência estatística de seguirem uma distribuição normal ( $p\text{-value} \leq 0,05$ ),

e nem serem simétricos ( $|AS| \leq 1,96$ ) para os fatores interpretação, impacto, base de dados, formação e comunicação (Tabela 20, Anexo 18).

Na análise das correlações constata-se que as variáveis atributo apresentam correlações estatisticamente significativas, mas às quais se atribui uma classificação de muito fraca ou fraca<sup>7</sup>. A idade apresenta uma correlação positiva com a interpretação ( $\rho = 0,163$ ,  $p\text{-value} = 0,018 \leq 0,01$ ) e com a intenção ( $\rho = 0,168$ ,  $p\text{-value} = 0,014 \leq 0,01$ ), o que sugere que os indivíduos com mais idade valorizam a interpretação e a intenção resultante da operacionalização do POI na Divisão de Sintra, o que poderá indiciar um de dois aspetos: i) que a experiência de campo lhes permite aferir a mais-valia deste processo, sendo que o mesmo decorre das entrevistas, pois ao evidenciarem uma década de atividade da SIInfo, sugere que os elementos policiais mais antigos terão tido mais oportunidades de presenciar a utilidade das informações no policiamento, e como tal, valorizar mais a interpretação e intenção; ou ii) e dado os baixos resultados do fator intenção, que a dinâmica que se poderia esperar do processo é ainda um mito e não um facto consumado.

No que concerne às habilitações literárias, a única associação linear positiva, mas muito fraca, que prevalece é com a intenção ( $\rho = 0,143$ ,  $p\text{-value} = 0,039 \leq 0,05$ ). Isto significa que a um maior nível habilitacional dos inquiridos corresponde uma maior consciencialização em termos de intenção. O que poderá ser explicado pelo facto de a parte da amostra com maior nível de habilitações literárias corresponder aos oficiais de Polícia que, não só são sensibilizados para a importância das informações durante a sua formação académica, como também pelo facto de contactarem mais com a SIInfo em virtude do tipo de funções que desempenham, o que lhes permite constatar de perto a utilidade do produto informacional da SIInfo para o processo decisório.

Resulta, portanto, que a  $H_4$  poderia ser verificada, mas apenas para os oficiais de Polícia e elementos que desempenham funções de chefia, e ao nível da comunicação das suas necessidades informacionais e do *feedback* (Davis, 2007).

A mesma justificação aplica-se ao facto de os resultados demonstrarem, apesar dos níveis de correlação entre variáveis se encontrarem em patamares diferenciados (muito fraca e fraca), que o Posto e as Funções atuais têm uma associação linear com a interpretação ( $\rho = 0,243$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ;  $\rho = 0,189$ ,  $p\text{-value} = 0,006 \leq 0,01$ , respetivamente), intenção ( $\rho = 0,215$ ,  $p\text{-value} = 0,002 \leq 0,01$ ;  $\rho = 0,216$ ,  $p\text{-value} = 0,002 \leq 0,01$ , respetivamente) e influência ( $\rho = 0,204$ ,  $p\text{-value} = 0,003 \leq 0,01$ ;  $\rho = 0,179$ ,  $p\text{-value}$

---

<sup>7</sup> De acordo com Lomax e Hahs-Vaughn (2012), Mâroco (2011), e Pestana e Gajairo (2014), o coeficiente de correlação varia entre -1 e 1, sendo classificada da seguinte forma (considerando módulo do valor do coeficiente): i) 0 a 0,2 – correlação linear muito baixa; 0,2 a 0,40 – baixa; 0,4 a 0,7 – moderada; 0,7 a 0,9 – alta; 0,9 a 1 – muito alta; 1 – perfeita.

=0,009 ≤ 0,01, respetivamente). Melhor dizendo, os indivíduos que ocupam postos mais elevados e/ou estão em funções de chefia, orientam a produção de informações, nomeadamente através da manifestação das suas necessidades informacionais e do *feedback* da utilidade dos produtos da SInfo, capacitando-a assim, a produzir informações que não só interpretem o contexto como também influenciem a tomada de decisão. O que também é sugerido pelas entrevistas, quando referem que apesar de o comandante da DPS, e alguns comandantes de esquadra, manifestarem as suas intenções e o *feedback*, a maior parte do efetivo policial não o faz, o que contraria o proposto por Davis (2007).

Como defende Ratcliffe (2016), o decisor policial é todo o elemento policial com capacidade e motivação para a utilização das informações da SInfo no policiamento, pelo que só os elementos que desempenham funções de chefia permitem verificar a intenção (H<sub>4</sub>) (Davis, 2007), a interpretação (H<sub>1</sub>) (BJA, 2005; 2009; Delpeuch & Ross, 2016; GIWG, 2003; 2005; IACP, 2002) e a influência (H<sub>2</sub>) (Evans, 2009; 2012; Evans & Kebbel, 2012; Ratcliffe, 2003; 2016; OSCE, 2017).

Por seu turno, a familiarização com o POI e o conhecimento prévio do tema tem uma associação linear estatisticamente significativa nas mesmas dimensões. Não obstante, a primeira tem uma associação linear inversa (ou negativa), a segunda tem uma associação direta (ou positiva). Por outras palavras, quando ocorre um aumento nos níveis de familiarização com o POI, diminui os níveis de interpretação ( $\rho = -0,302$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ), de intenção ( $\rho = -0,292$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ), influência ( $\rho = -0,287$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ), formação ( $\rho = -0,184$ ,  $p\text{-value} = 0,008 \leq 0,01$ ) e impacto ( $\rho = -0,178$ ,  $p\text{-value} = 0,010 \leq 0,01$ ) do processo, o que é justificável pelo facto de a familiarização com o POI não traduzir, *per se*, o conhecimento necessário para verificar a H<sub>1</sub> (interpretação), H<sub>2</sub> (influência), H<sub>3</sub> (impacto) e H<sub>4</sub> (intenção e formação).

Já o nível de conhecimento sim, de tal forma que apresenta uma correlação estatisticamente positiva com a: i) interpretação ( $\rho = 0,362$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ); ii) influência ( $\rho = 0,319$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ); iii) intenção ( $\rho = 0,316$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ); iv) impacto ( $\rho = 0,225$ ,  $p\text{-value} = 0,001 \leq 0,01$ ) e, v) formação ( $\rho = 0,322$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ).

O fator interpretação estabelece associações positivas moderadas com a influência ( $\rho = 0,644$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ), o impacto ( $\rho = 0,628$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ), e a intenção ( $\rho = 0,429$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ). Ou seja, verifica-se uma correlação positiva entre os quatro tipos de relações propostas pelo modelo concetual, uma vez que sendo a interpretação do contexto de atuação policial orientada pelas intenções do decisor (H<sub>4</sub>), capacita a SInfo na produção de informações que influenciam a tomada de decisão (H<sub>2</sub>) (Davis, 2007) na orientação do policiamento para uma maior garantia de segurança (H<sub>3</sub>)

(Carter, 2013; Carter & Carter, 2009; Gill & Phythian, 2018; Ratcliffe, 2016). Todavia, a correlação baixa que o fator interpretação estabelece quer com a formação ( $\rho = 0,394$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ) quer com a base de dados ( $\rho = 0,205$ ,  $p\text{-value} = 0,003 \leq 0,01$ ), evidencia que a SInfo não se limita a pesquisar dados e notícias nas fontes de informações policiais, porque a formação base do efetivo policial não fornece a necessária sensibilização para a partilha de informações.

Assim, a SInfo recorre não só a fontes policiais como a fontes de natureza não policial, conforme o proposto pela literatura (Buckley, 2014; Carter & Carter, 2009; Chappell & Gibson, 2009; Lee, 2010; McGarrell et al., 2007) e o decorrente das entrevistas, o que permite verificar a  $H_1$ .

De igual forma, o anteriormente exposto justifica a associação positiva que se estabelece entre o impacto e os fatores interpretação, influência ( $\rho = 0,594$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ) e intenção ( $\rho = 0,533$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ). Isto porque, apesar de o impacto apresentar uma correlação linear baixa com a formação ( $\rho = 0,312$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ), e muito baixa com a base de dados ( $\rho = 0,145$ ,  $p\text{-value} = 0,035 \leq 0,05$ ), a garantia da segurança é alcançada nos termos defendidos por Carter (2013), Carter e Carter (2009), Gill e Phythian (2018) e Ratcliffe (2016). Desse modo, e tal como também resulta das entrevistas, a  $H_3$  é verificada. Importa ainda salientar que os fatores impacto e SINTEL ( $\rho = 0,137$ ,  $p\text{-value} = 0,047 \leq 0,05$ ) apresentam uma correlação muito baixa, o que é justificado pelo facto de o principal objetivo da SInfo ser o de satisfação das necessidades informacionais da DPS. Nesse sentido, as entrevistas auxiliam a interpretação desta correlação, ao evidenciar que os produtos informacionais da SInfo podem alimentar o SINTEL, mas de forma indireta. Destarte, também esta correlação permite verificar a  $H_3$  nos moldes atrás mencionados.

Quanto à intenção, verifica-se uma associação linear moderada positiva com a influência ( $\rho = 0,592$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$ ), o que sugere que quanto maior a manifestação de intenções e *feedback* sobre o produto informacional da SInfo, maior a confiança gerada nesse produto e, conseqüentemente, a influência que ele exerce sobre a tomada de decisão (Carter & Carter, 2009; Carter, 2013; Davis, 2007; Ratcliffe, 2016).

Por outro lado, a correlação muito baixa que a intenção estabelece com a formação ( $\rho = 0,174$ ,  $p\text{-value} = 0,011 \leq 0,05$ ), mostra uma insuficiente sensibilização do efetivo para a manifestação das suas necessidades informacionais, evidenciando assim uma lacuna da estratégia do comandante da DPS ao nível da promoção das necessárias condições para a produção informacional.

Isto porque, o processo de sensibilização para as informações deve ser iniciado na formação policial e continuando ao longo da carreira policial. O modelo *Top-down* tal como

pensado por Ratcliffe (2016), sugere que é responsabilidade dos elementos com funções de chefia/comando promover essa sensibilidade junto do seu efetivo, o que não se verifica nesta correlação entre intenção e formação, nem nos resultados da análise temática.

De outro modo, o modelo *Top-down* defendido pelo modelo Ratcliffe é compensado pela relação direta que se estabelece entre SInfo e alguns decisores (oficiais de polícia e elementos que desempenham funções de chefia), e não pela orientação da cadeia hierárquica superior. Como tal, a H<sub>4</sub> não pode ser verificada, tal como constatado nas entrevistas e ao abrigo do defendido por Ratcliffe (2016).

O mesmo é verificado através da correlação positiva baixa e muito baixa que se estabelece entre o fator influência e os fatores formação e base de dados ( $\rho = 0,280$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,01$  e  $\rho = 0,137$ ,  $p\text{-value} = 0,046 \leq 0,05$ , respetivamente). Isto é, quanto maior a sensibilidade do decisor para a utilidade das informações, maior a partilha de dados e notícias no SEI, o que potenciará a produção de informações capazes de influenciar a tomada de decisão.

### 5.2.2. Testes de medição concetual.

Como método de trabalho, dar-se-á início à consolidação de resultados para o modelo de quatro fatores (modelo inicial), e em seguida para o modelo de oito fatores resultante da aplicação da AFE (modelo pós-AFE).

Na análise dos resultados do modelo inicial (Tabela 22, Anexo 19), apresentam-se dois modelos para as variáveis interpretação, impacto, influência e intenção. Apesar dos dois modelos apresentarem resultados significativos, e terem em comum a exclusão da intenção do modelo, constata-se que o modelo 2 (M2) explica em 55,5% ( $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,05$ ), que um maior impacto e influência contribuem de forma positiva para o modelo e para o fator interpretação.

A inclusão da influência explica os 9% ( $R^2$  change) da variância única da interpretação, mantendo resultados significativos para cada uma das dimensões (impacto:  $\beta = 0,412$ ;  $p\text{-value} \leq 0,05$ ; influência:  $\beta = 0,405$ ;  $p\text{-value} \leq 0,05$ ).

Apesar de ambos os modelos serem no seu global estatisticamente significativos (M1:  $F = 185,108$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,05$ ; M2:  $F = 131,944$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,05$ ), emerge que em sintonia com o critério do  $R^2$  se opte pelo M2, considerando-se para o efeito o impacto, a influência e a interpretação.

A exclusão da intenção do modelo que apresentava correlações moderadas com a interpretação, impacto e influência, poderá estar relacionada com a deficiência de linhas orientadoras ao nível estratégico da DPS, pelo que a estratégia *Top-down* de Ratcliffe (2016) se dilui, não se constituindo num fator *per se*, e contrariando o preconizado por

Cardoso (1980), Carter e Carter (2009), Carter (2013), Davis (2007), Leigh (2007), e Ratcliffe (2016).

Assim e tal como tem vindo a ser discutido ao longo deste capítulo, nomeadamente na análise temática das entrevistas e na análise descritiva e correlacional dos questionários, a  $H_4$  não é verificada.

Do conjunto destes resultados projeta-se o modelo configurado na Figura 2:

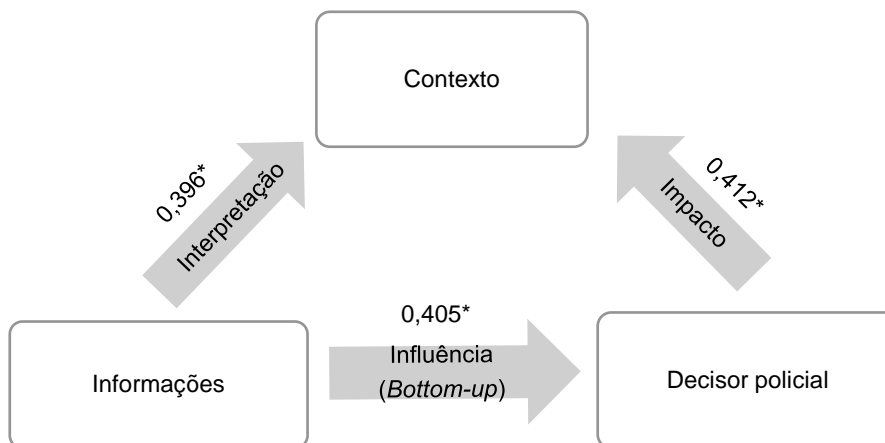


Figura 2. Medição do modelo conceptual inicial

Os resultados da projeção do modelo pós-AFE são expressos na Tabela 23 (Anexo 19). A similaridade de resultados faz-se sentir também com a consideração de oito fatores, no que diz respeito à inclusão do impacto e da influência, bem como da rejeição da intenção e neste caso, também da comunicação.

Assim sendo, observam-se resultados significativos em cada um dos modelos, sendo que a opção incide sobre o modelo 4 (M4) por apresentar um  $R^2$  *adjusted* (59,7%) mais elevado, o que corresponde a um maior ajustamento ao contexto.

Neste caso a inclusão sucessiva de fatores, incrementa a explicação da variância única da interpretação e conseqüentemente do modelo. Por outro lado, as dimensões surgem como significativas (impacto:  $\beta = 0,354$ ;  $p\text{-value} \leq 0,05$ ; influência:  $\beta = 0,367$ ;  $p\text{-value} \leq 0,05$ ; formação:  $\beta = 0,150$ ;  $p\text{-value} \leq 0,05$ ; base de dados:  $\beta = 0,143$ ;  $p\text{-value} \leq 0,05$ ), o que contribui para o modelo a nível global também ser significativo (M4:  $F = 78,708$ ,  $p\text{-value} = 0,000 \leq 0,05$ ) (Figura 15, Anexo 19)

Independentemente do modelo gerado, e tendo em conta as hipóteses previamente estabelecidas e as conclusões decorrente do modelo inicial e do modelo pós AFE, constata-se que os coeficientes beta para a influência e impacto são relativamente próximos e que a intenção é um fator sem relevo na presente análise.

Este facto verifica a  $H_2$  (influência) tendo em conta que Evans (2009; 2012), Evans e Kebbel (2012), Ratcliffe (2003; 2016) e OSCE (2017) defendem a capacidade de influência

das informações sobre o decisor policial no cumprimento da sua missão. Tal como verifica a H<sub>3</sub> (impacto) ao evidenciar que as informações da SInfo são utilizadas pelo decisor para causar impactos positivos no contexto (Carter, 2013; Carter & Carter, 2009; Gill & Phythian, 2018; Ratcliffe, 2016). Acresce que estas verificações também são observadas na análise temática das entrevistas.

A desconsideração do fator intenção é justificada com o que tem vindo a ser defendido: não há um modelo *Top-down* tal como pensado por Ratcliffe (2016) e como tal a H<sub>4</sub> não pode ser verificada.

### 5.2.3. Análise comparativa intra-grupos de fatores.

As variáveis atributo podem por si mesmas constituírem-se como uma fonte de informação. Por este motivo, procedeu-se a uma análise diferencial dos resultados obtidos para os fatores em função do género, idade, posto, função atual, familiarização com o POI e nível de conhecimento sobre o tema. Para o efeito recorrer-se-á a testes não paramétricos, na medida em que as variáveis não têm distribuição normal, nem são simétricas.

O teste Mann-Whitney, com valor p-value > 0,05 para todas as dimensões, permite afirmar que não existe evidência estatística de diferenças estatisticamente significativas entre os géneros, em termos médios (Tabela 24, Anexo 20).

À semelhança do género, as habilitações literárias não apresentam resultados estatísticos que definam diferenças entre as médias nas respostas dos inquiridos com mais ou menos habilitações literárias, como se pode constatar pela aplicação do teste de Kruskal-Wallis (valor de p-value > 0,05) que consta da Tabela 25 (Anexo 20).

O mesmo se verifica no que concerne às funções atuais, pese embora a evidência estatística demonstrar que existem diferenças quanto à formação (p-value = 0,049 ≤ 0,05, Tabela 26, Anexo 31).

Neste contexto, averiguou-se entre que funções derivam essas diferenças. Para tal, procurou-se verificar se as variâncias são homogéneas, através do teste *Levene* (Tabela 27, Anexo 20), e como tal foi constatado (p-value > 0,05), aplicou-se o Teste *Scheffé* (Tabela 28, Anexo 20). Decorrente da sua análise, as diferenças estatisticamente significativas ocorrem entre os elementos policiais do serviço administrativo e a chefia/comando, com uma diferença média de -0,85417 e um p-value de 0,010.

Para um cabal esclarecimento destas diferenças, importa perceber que a maioria das funções de chefia/comando são desempenhadas por oficiais de Polícia cuja formação académica inclui a disciplina das informações (tal como já explanado na análise descritiva e correlacional). Por outro lado, observa-se na DPS que as funções administrativas são

maioritariamente desempenhadas por elementos policiais mais antigos, cuja formação base não se coaduna com a realidade policial atual. Acresce ainda que estes elementos desempenham funções dentro das instalações policiais, pelo que a escassez de contacto direto com a atividade operacional dificulta a atualização e adequação da formação base à realidade hodierna.

No que se refere ao posto, optou-se por fazer análise agrupando os valores em três grupos homogéneos: agentes, chefes e oficiais de Polícia. Tendo por base esta premissa, a Tabela 29 (Anexo 20), evidencia diferenças estatisticamente significativas na interpretação, intenção, influência e formação ( $p\text{-value} \leq 0,05$ ). Após a verificação da homogeneidade das variâncias (Tabela 30, Anexo 20), aplicou-se o teste *Scheffé* para aferir entre que grupos as diferenças se registam (Tabela 31, Anexo 20).

Desse modo, a Tabela 31 (Anexo 20) mostra que quanto à interpretação e à formação as diferenças são estatisticamente significativas entre o grupo dos agentes e dos chefes (diferenças médias de -0,36607 com  $p\text{-value} = 0,021$  e -0,51011 com  $p\text{-value} = 0,024$ , respetivamente). Esta diferença é justificada pelo nível de sensibilidade de cada grupo para as informações, especialmente no que concerne à partilha de informações. Como preconiza a relação interpretação do modelo adaptado, uma das fontes informacionais utilizadas pela SInfo é o efetivo policial (Buckley, 2014; Carter & Carter, 2009; Chappell & Gibson, 2009; Lee, 2010; McGarrell et al., 2007), que, neste caso, é constituído por chefes e agentes. As entrevistas sugerem que os agentes são os que menos informações partilham, pelo que as diferenças que se estabelecem quanto à interpretação entre os agentes e os chefes, são explicadas pelo menor nível de sensibilidade dos primeiros, face aos segundos. Dito de outro modo, os chefes possuem maior sensibilidade para as informações porque, devido às funções de chefia, ou de coadjuvação ao comandante de esquadra, que desempenham, estão mais próximos do núcleo da função decisória e como tal, percebem melhor a importância da partilha de informações.

Por outro lado, a Tabela 31 (Anexo 20) também evidencia que quanto à intenção a diferença média é negativa e regista-se entre os agentes e os oficiais (-0,94081 com sig de 0,028). Como tem vindo a ser interpretado quer das entrevistas quer dos questionários, a  $H_4$  (intenção) não é verificável porque ao nível da comunicação de necessidades informacionais, bem com do *feedback* da utilidade das informações da SInfo (Davis, 2007), só os oficiais (e nem todos, tal como resulta das entrevistas) é que procedem dessa forma. Como Ratcliffe (2016) defende, decisor policial tanto pode ser o agente como o oficial, logo, para que a  $H_4$  seja verificada, é necessário que também os agentes manifestem as suas intenções e o *feedback* do produto informacional. Quanto mais não seja, por intermédio da cadeia hierárquica, isto é, do comandante de esquadra.

Na análise intergrupar, e no que concerne à influência, não foi detetada qualquer evidência estatística de diferenças entre os elementos policiais.

A familiarização com o POI é um elemento base para a definição do posicionamento dos inquiridos. Na realidade, a evidência estatística sugere a existência de diferenças entre os grupos com conhecimento (Sim), ou a falta dele (Não), no que respeita à interpretação ( $U = 2337,5$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), impacto ( $U = 3000,9$ ,  $p\text{-value} = 0,010$ ), intenção ( $U = 2388$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), influência ( $U = 2424,5$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ) e formação ( $U = 2989$ ,  $p\text{-value} = 0,008$ ) (Tabela 32, Anexo 20).

Este posicionamento é justificado pelo facto de que quem respondeu afirmativamente à questão, estar mais capaz de responder à  $H_1$  (interpretação),  $H_2$  (influência),  $H_3$  (impacto),  $H_4$  (intenção e formação). O contrário verifica-se quando não há familiarização com o POI, o que também está relacionado com a sensibilidade do efetivo para as informações, tal como resulta das entrevistas: a ausência de sensibilidade para as informações traduz-se no desconhecimento sobre o POI.

Por último, de acordo com a Tabela 33 (Anexo 20), existem diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes níveis de conhecimento quanto à interpretação, intenção, influência, formação e base de dados ( $H_{(3)} = 29,486$ ;  $H_{(3)} = 21,391$ ;  $H_{(3)} = 22,041$ ;  $H_{(3)} = 22,225$ ;  $H_{(3)} = 13,812$ , respetivamente, com  $p\text{-value} \leq 0,05$ ). Após a análise do teste *Levene* (Tabela 34, Anexo 20), procedeu-se a análise do Post-Hoc *Scheffé* para interpretação e base de dados, e do *Games-Howell* para influência (Tabela 35, Anexo 20).

Como seria expectável as diferenças médias estatisticamente significativas registam-se para a interpretação entre nenhum com moderado ( $-0,5135$ ,  $p\text{-value} = 0,048$ ), nenhum com muito conhecimento ( $-0,89072$ ,  $p\text{-value} = 0,001$ ) e entre pouco e muito conhecimento ( $-0,55653$ ,  $p\text{-value} = 0,03$ ). Estas posições extremadas repercutem-se também na influência (nenhum com moderado:  $-0,75238$ ,  $p\text{-value} = 0,023$ ; nenhum com muito conhecimento:  $-1,0333$ ,  $p\text{-value} = 0,005$  e pouco e muito conhecimento:  $-0,59255$ ,  $p\text{-value} = 0,021$ ). No que concerne à Base de dados as diferenças apenas se manifestam entre os níveis de nenhum e muito conhecimento ( $-0,79032$ ,  $p\text{-value} = 0,040$ ).

Estas diferenças sugerem que quem possui um maior nível de conhecimento sobre o POI, está mais capacitado de responder à  $H_1$  (Interpretação e Base de dados) e à  $H_2$  (influência).

Em suma, os resultados dos questionários sugerem o mesmo que os das entrevistas: a verificação das  $H_1$ ,  $H_2$  e  $H_3$ , e a negação da  $H_4$ . Vejamos então, uma por uma.

A SInfo utiliza um espectro alargado de fontes informacionais (Buckley, 2014; Carter & Carter, 2009; Chappell & Gibson, 2009; Lee, 2010; McGarrell et al., 2007) para interpretar

todo o tipo de ameaças que impendem sobre a segurança (BJA, 2005; 2009; Delpuech & Ross, 2016; GIWG, 2003; 2005; IACP, 2002), como tal, a H<sub>1</sub> é verificada.

As informações produzidas pela SIInfo influenciam a tomada de decisão de todos os decisores, tal como o proposto pelo modelo Carter e Carter sobre a existência de um modelo de gestão *Bottom-up* (Evans, 2009; 2012; Evans & Keibel, 2012; Ratcliffe, 2003; 2016; OSCE, 2017), o que permite verificar a H<sub>2</sub>.

A H<sub>3</sub> também é verificada porque as informações produzidas pela SIInfo são utilizadas no policiamento para causar impactos positivos no contexto de atuação policial, tal como é postulado por Carter (2013), Carter e Carter (2009), Gill e Phythian (2018) e Ratcliffe (2016).

Por fim, a H<sub>4</sub> não é verificada porque o modelo *Top-down* instituído na PSP e, consequentemente na DPS, não se coaduna com o modelo *Top-down* de Ratcliffe (2016), isto é, uma cadeia de comando que promova uma cultura de informações capaz de sensibilizar o efetivo para a utilidade das informações no policiamento (Ratcliffe, 2016).

## CONCLUSÕES

Este capítulo encerra a presente investigação que teve como principal linha orientadora, saber se as informações são utilizadas no policiamento da Divisão de Sintra.

Como tal, serão explanadas as conclusões decorrentes da concretização dos objetivos e hipóteses, as limitações da investigação e sugestões de investigações futuras.

Porque o objetivo geral desta dissertação foi verificar se o POI é operacionalizado na DPS, dissecámo-lo em três objetivos específicos, cuja concretização nos permitiu concluir os factos que seguidamente elencamos.

Primeiro, foi efetuada a devida revisão de literatura para perceber como pode o POI ser operacionalizado. Resultaram dois modelos de operacionalização que, não obstante divergirem em alguns aspetos, convergem nos seus propósitos. E daqui resultou o modelo adaptado, caracterizado pelas relações de interpretação, intenção, influência e impacto, que se estabelecem entre o contexto de atuação policial, as informações e o decisor policial.

Segundo, para perceber os contornos da atividade desenvolvida pela SInfo, começamos por perceber o *workflow* das informações policiais na PSP numa primeira fase, para depois proceder da mesma forma ao nível da SInfo. Desse modo, foi possível perceber que as condições disponibilizadas pela instituição não são adequadas à operacionalização do POI, porque:

1. Não há uma sensibilização generalizada para as informações ao longo de toda a hierarquia policial e cadeia de comando, capaz de promover uma cultura de informações policiais, nomeadamente ao nível da partilha informacional;
2. Não há um sistema de informações consistente e uniformizado. Apesar de previsto pelo SINTEL, não há uma estratégia definida pelo topo da hierarquia no sentido de operacionalizar e uniformizar os serviços de produção informacional ao nível de comando tático;
3. Há uma contradição entre o Despacho 20 e a NEP do SINTEL ao nível das funções das SsInf. Uma vez que o Despacho 20 tem dez anos de existência e foi pensado de acordo com a realidade policial vivenciada pela PSP de então, definiu um conjunto de atribuições mais orientadas para a proteção das informações do que para a produção informacional. Enquanto que a NEP do SINTEL, sendo mais recente e, como tal, pensada de acordo com uma realidade mais aproximada à atual, prevê as SsInf como serviços de produção informacional ao nível do comando tático. Nesse sentido, defendemos que o Despacho 20 necessita de ser reformulado e adaptado à realidade atual, bem como que às SsInf incumbe as funções previstas pela NEP do SINTEL, não obstante a sua principal missão

ser a de satisfação das necessidades informacionais dos decisores policiais da Divisão Policial;

4. A operacionalização do POI depende da sensibilidade e interesse pessoal de comandantes que reconhecem a utilidade das informações no policiamento e na gestão dos recursos que cada vez mais escasseiam. O que não deve ser percebido como uma contrariedade à filosofia uniformizada e hierarquizada da PSP, mas como um exemplo que alerta para a importância de sensibilizar toda a instituição.

Terceiro, e partindo das características definidas pela literatura quanto à aplicabilidade do POI, foram realizadas entrevistas a elementos policiais que desenvolvem a atividade da SInfo, e a atuais e antigos comandantes da DPS, bem como aplicado um inquérito por questionário aos elementos policiais daquela Divisão, com o intuito de diagnosticar se o POI é operacionalizado na DPS.

Os resultados das entrevistas e questionários foram profícuos ao responderem de forma unânime às hipóteses desta investigação.

Foi confirmada a  $H_1$  porque a SInfo interpreta o contexto de atuação policial nos moldes definidos pelo modelo adaptado do POI: sob uma perspetiva multi-jurisdicional, utiliza fontes informacionais de cariz policial e não policial para interpretar todo o tipo de ameaças que impendem sobre a segurança.

Verifica-se a existência de um modelo de gestão *Bottom-up*, segundo o qual as informações influenciam a tomada de decisão quer ao nível da orientação do policiamento, quer ao nível da gestão de recursos. Pese embora os principais consumidores de informações da SInfo serem o comandante da DPS e os comandantes de esquadra, a SInfo influencia a tomada de decisão policial de todo o efetivo da DPS de duas formas: diretamente para os comandantes e, indiretamente por intermédio destes, os chefes e agentes. Deste modo, a  $H_2$  também é confirmada;

Essa influência capacita os comandantes a delinearem e concretizarem as estratégias que permitem não só potenciar a utilização dos recursos como também garantir a segurança, pelo que a  $H_3$  é confirmada.

Apesar de se verificar a autonomia e liberdade de trabalho da SInfo, a confiança e aceitação do seu produto informacional pelo comando da DPS e comandantes de esquadra, bem como a comunicação das suas intenções e do *feedback* sobre a utilidade do produto informacional da SInfo, não se verifica o modelo de gestão *Top-down* defendido pelo modelo adaptado porque:

1. Embora a formação policial inclua a disciplina de informações que promove a sensibilização para as informações, esse processo não é incentivado pelo comando da DPS nem pelos comandantes de esquadra, o que prejudica a partilha de informações;

2. A partilha de necessidades e do *feedback* sobre a utilidade do produto informacional, limitam-se aos elementos que desempenham funções de chefia/comando;
3. A atividade da SInfo é condicionada pelo panorama de escassez de meios da PSP, mas também pela falta de gestão por parte do comando da DPS.
4. Não existe provisão de formação técnica na área das informações. Os elementos da SInfo sujeitam-se ao autodidatismo para poder corresponder ao que lhes é exigido.

No que concerne aos dois últimos argumentos elencados, importa ainda referir que não obstante a falta de meios e condições para o desenvolvimento da sua atividade, a SInfo persiste em contornar esses obstáculos em prol da produção de informações que auxiliam o decisor na delineação de estratégias de garantia de segurança.

Todavia, são aspetos que carecem de melhoria, desde logo porque a falta de formação técnica reduz a produtividade dos elementos da SInfo, tal como o facto de desempenharem tarefas que não lhes competem para justificarem a sua existência perante a chegada de novos comandantes de divisão. Facto este que também revela que é a própria SInfo que orienta a sua atividade, por não haver orientação superior.

Por tudo o quanto foi exposto, a  $H_4$  não é confirmada de forma integral.

Por fim, e por forma a verificar se as informações são utilizadas no policiamento da DPS constatámos que, embora não se verifique de forma completa os critérios de aplicabilidade do POI, a DPS possui uma SInfo capaz de produzir informações que se revelam úteis ao policiamento daquela divisão. Este facto é demonstrado pela capacidade de ultrapassar os obstáculos que se colocam à operacionalização do POI, e de satisfazer as necessidades da DPS.

Dessa forma, concluímos que a eficácia do policiamento da DPS é potenciada pela utilização das informações policiais da SInfo, pelo que naquela divisão policial, o POI está mais próximo da realidade do que da utopia.

A elaboração da presente investigação deparou-se com alguns obstáculos. Desde logo, a imensidão do tema fez com que tivessem que ser tomadas opções sobre que aspetos elencar nesta dissertação. Pelo que, decorrente de algumas limitações (como por exemplo, páginas), muito ficou por explorar.

O facto de não haver uma doutrina de informações na PSP fez com que recorrêssemos à pouca literatura portuguesa e à vasta literatura internacional que percecionam as informações de acordo com as idiosincrasias da sua realidade: anglo-saxónica, francesa e espanhola. Como tal, as várias contrariedades da literatura internacional atrasaram a elaboração do quadro teórico que sustenta esta dissertação.

Por fim, a sensibilidade do tema condicionou alguns aspetos como por exemplo, a decisão de não publicar a transcrição das entrevistas.

Dadas as dificuldades encontradas na elaboração desta dissertação, sugerimos mais investigação na área das informações que contribuam para a criação de uma doutrina académica e institucional de informações capaz de sensibilizar a PSP para a importância das informações, bem como de criar as necessárias condições de operacionalização do POI.

Pois não esqueçamos que a era da informação carrega uma variedade de ameaças à segurança, que antecipadas pelas informações potenciam a eficácia, eficiência e a proatividade policial.

## BIBLIOGRAFIA

- Ackoff, R. L. (1989). From data to wisdom. *Journal of Applied Systems analysis*, 16(1), 3-9. Retrieved from <http://faculty.ung.edu/kmeltton/documents/datawisdom.pdf>.
- Agrell, W. (2002). When everything is intelligence - nothing is intelligence. *The Sherman Kent Center for Intelligence Analysis Occasional*, 1(4), 1-6. Retrieved from <https://www.cia.gov/library/kent-center-occasional-papers/vol1no4.htm>.
- Alberts, D. S., & Hayes, R. E. (2006). *Understanding command and control*. Washington: DoD Command and Control Research Program.
- Ansoff, H. I., Kipley, D., Lewis, A. O., Helm-Stevens, R., & Ansoff, R. (2018). *Implanting strategic management* (3<sup>rd</sup> ed.). Cham: Palgrave Macmillan.
- Arcos, R., & Antón, J. (2010). Reservas de Inteligencia: hacia una Comunidad ampliada de Inteligencia. *Inteligencia y seguridad: Revista de Análisis y Prospectiva*, 8, 11-38. doi: 10.52111/iys.8.article2
- Arendt, H. (1970). *On violence*. Florida: A Harvest/HBJ book.
- Arnott, D. (2002). *Decision biases and decision support systems development* (Working Paper. No. 2002/04). Melbourne: Decision Support Systems Laboratory, Monash University.
- Audit Commission (1993). *Helping with enquiries: Tackling crime effectively*. Police paper nº. 12. London: HMSO.
- Babbie, E. (1990). *Survey research methods* (2<sup>nd</sup> ed.). Belmont: Wadsworth Publishing Co Inc.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Edições 70.
- Baron, J. (2008). *Thinking and deciding* (4<sup>th</sup> ed.). New York: Cambridge University Press.
- Baruch, Y. (1999). Response rate in academic studies: a comparative analysis. *Human Relations*, 52(4), 421-438. doi: 10.1177/001872679905200401
- Bayley, D. H. (2016). The complexities of 21st century policing. *Policing*, 10(3), 163-170. doi: 10.1093/police/paw019
- Bellavita, C. (2008). Changing Homeland Security : What Is Homeland Security? *Homeland Security Affairs*, 4(2), 1-30. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10945/25115>.
- Bellinger, G., Castro, D., & Mills, A. (2004). *Data, information, knowledge, and wisdom*. Retrieved from <https://homepages.dcc.ufmg.br/~amendes/SistemasInformacaoTP/TextosBasicos/Data-Information-Knowledge.pdf>.
- Berger, G. (1957). Sciences humaines et prévision. *La Revue des Deux Mondes*, 3, 417-426. Retrieved from: <https://doi.org/10.1051/medsci/2012281s101>
- Berger, G. (1959). L'attitude prospective. *De La Prospective Textes Fondamentaux de La*

- Prospective Française 1955-1966* (2<sup>ème</sup> éd.), 87–92. Retrieved from [http://www.lapropective.fr/dyn/francais/memoire/texte\\_fondamentaux/attitude-prospective-g-berger-1959.pdf](http://www.lapropective.fr/dyn/francais/memoire/texte_fondamentaux/attitude-prospective-g-berger-1959.pdf).
- Betts, R. K. (2003). Politicization of intelligence: Costs and benefits. In R. K. Betts, & T. Mahnken (Eds.), *Paradoxes of Strategic Intelligence: essays in honor of Michael I. Handel* (pp. 57–76). London: Frank Cass.
- Bittner, E. (2003). *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp.
- Bonilla, D. (2004). El ciclo de inteligencia y sus límites. *Cuadernos constitucionales de la cátedra fadrique furió ceriol*, 48, 51-66. Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2270935>.
- Bonilla, D. (2004). Estudios sobre inteligencia: fundamentos para la seguridad internacional. In D. N. Bonilla (Coord.), *Cuadernos de estrategia*, 127 (pp. 11-31). Madrid: Instituto español de estudios estratégicos.
- Braga, A. A., Brunson, R. K., & Drakulich, K. M. (2019). Race, Place, and Effective Policing. *Annual Review of Sociology*, 45, 6.1–6.21. doi: 10.1146/annurev-soc-073018-022541
- Braga, A. A., Weisburd, D. L., Waring, E. J., Mazerolle, L. G., Spelman, W., & Gajewski, F. (1999). Problem-oriented policing in violent crime places: A randomized controlled experiment. *Criminology*, 37(3), 541–580. doi: 10.1111/j.1745-9125.1999.tb00496.x
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in Psychology*, 3(2), 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Brodeur, J. (2005). Le renseignement: distinctions préliminaires. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 47(1), 15–44. doi: 10.3138/cjccj.47.1.15
- Brodeur, J. (2012). *Como reconhecer um bom policiamento*. São Paulo: Edusp.
- Brodeur, J. (2017). Trust and expertise in policing. *European Law Enforcement Research Bulletin*, 2, 105-120. Retrieved from <https://bulletin.cepol.europa.eu/index.php/bulletin/article/view/208>.
- Brogden, M., & Nijhar, P. (2005). *Community policing. National and internacional models and aproaches*. Portland: Willan Publishing.
- Buckley, J. (2014). *Managing intelligence, a guide for law enforcement*. Florida: CRC Press.
- Builder, C. H., Bankes, S. C., & Nordin, R. (1999). *Command concepts. A theory derived from the practice of command and control*. Santa Monica, CA: Rand National Defense Research Institute.
- Bullock, K. (2013). Community, intelligence-led policing and crime control. *Policing and society: An International Journal of Research and Policy*, 23(2), 125-144, doi: 10.1080/10439463.2012.671822

- Bureau of Justice Assistance [BJA] (2005). *Intelligence-led policing: the new intelligence architecture*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Bureau of Justice Assistance [BJA] (2009). *Navigating your agency path to intelligence-led policing*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Caetano, M. (1996) *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* (6ª ed.), Tomo I. Coimbra: Almedina.
- Cardoso, P. (1980). *As informações em Portugal*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Carter, D. (2009). *Law enforcement intelligence: A guide for state, local, and tribal law enforcement agencies* (2<sup>nd</sup> ed.). Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Carter, D. L., & Carter, J. G. (2009). Intelligence-led policing: conceptual and functional considerations for public policy. *Criminal Justice Policy Review*, 20(3), 310-325. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1805/3856>.
- Carter, J. G. (2013). *Intelligence-led policing. A policing innovation*. Texas: LFB Scholarly Publishing ILC.
- Carter, J. G., & Fox, B. (2018). Community policing and intelligence-led policing: an examination of convergent or discriminant validity. *Policing: An International Journal*. doi: 10.1108/PIJPSM-07-2018-0105
- Casselmann, R. M., & Samson, D. (2007). Aligning knowledge strategy and knowledge capabilities. *Technology Analysis and Strategic Management*, 19(1), 69–81. <https://doi.org/10.1080/09537320601065324>
- Chappell, A. T., & Gibson, S. (2009). Community policing and homeland security policing: friend or foe? *Criminal Justice Policy Review*, 20(3), 326-343. doi: 10.1177/0887403409333038
- Charles, C. M. (1998). *Introduction to educational research* (3ª ed.). New York: Longman.
- Chopin, O., & Oudet, B. (2016). *Renseignement et sécurité*. Malakoff: Armand Colin.
- Clarke, R. V., & Eck, J. E. (2005). *Crime analysis for problem solvers in 60 small steps*. Washington DC: Center for Problem Oriented Policing.
- Clausewitz, C. von. (2010). *On war*. (Vol. 1). Portland: The Floating press.
- Clemente, P. (2005). A polícia de informações em Portugal. In G. M. Silva, & M. M. G. Valente (Coord.), *Volume comemorativos - 20 anos Instituto Superior De Ciências Policiais e de Segurança Interna* (pp. 361-381). Coimbra: Almedina.
- Clemente, P. (2007). As informações policiais - Palimpsesto. In G. M. da Silva, & M. M. G. Valente (Coord.), *Estudos de homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp. 381–405). Coimbra: Edições Almedina.
- Clemente, P. (2009). Polícia: O caminho... In M. M. G. Valente (Coord.). *Estudos comemorativos dos 25 anos do ISCP/SP em homenagem ao Superintendente-chefe Afonso de Almeida* (pp. 87–107). Coimbra: Almedina.

- Clemente, P. (2010). Polícia e segurança: breves notas. *Lusíada. Política internacional e segurança*, (4), 139-169 Retrieved from <http://hdl.handle.net/11067/1005>.
- Clemente, P. (2012). Políticas de segurança - Desafios e rumos. In A. S. Lara (Coord.), *Caos Urbano* (pp. 91–116). Lisboa: Pactor.
- Coakley, T. P. (1993). *Command and control for war and peace*. Washington, DC: National Defense University Press.
- Colman, A. M. (2015). *A Dictionary of Psychology*. Oxford University Press. doi: 10.1093/acref/9780199657681.001.0001
- Cooper, P. (2017). Data, information, knowledge and wisdom. *Anaesthesia & Intensive Care Medicine*, 18(1), 55-56. doi: 10.1016/j.mpaic.2016.10.006.
- Cordner, G. (2014). Community policing. In: M. D. Rouse & R. J. Kayne (Coord.), *The oxford handbook of police and policing* (pp. 148-171). New York: Oxford University Press.
- Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia da investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Crank, J. P. (2015). *Understanding police culture* (2nd ed.). New York: Routledge.
- Crano, W., Brewer, M., & Lac, A. (2015). *Principles and methods of social research* (3rd ed.). New York: Routledge.
- Criminal Intelligence Service Canada (2000). *Strategic Early Warning for Criminal Intelligence: Theoretical Framework and Sentinel Methodology*. Ontario: Criminal Intelligence Service Canada.
- Cunha, M. P., Kaivo-oja, J., Mendonça, S., & Ruff, F. (2004). Wild cards, weak signals and organizational improvisation. *Futures*, 36(2), 201-218. doi: 10.1016/S0016-3287(03)00148-4
- Damásio, A. R. (2012). *O erro de Descartes. Emoção, razão e o cérebro humano* (3ª ed.). São Paulo: Companhia das letras.
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 11(2), 213-228.
- David, F. R., & David, F. (2017). *Strategic management: Concepts and cases. A competitive advantage approach* (16<sup>th</sup> ed), London: Pearson.
- Davies, P., Gustafson, K., & Rigden, I. (2013). The intelligence cycle is dead, long live the intelligence cycle. In M. Phynthian (Ed.), *Understanding the intelligence cycle* (pp. 67-86). New York: Routledge.
- Davis, J. (1992). The Kent - Kendall Debate of 1949. *Studies in Intelligence*, 35(2), 91-103. Retrieved from <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol35no2/pdf/v35i2a06p.pdf>.
- Davis, J. (2007). Intelligence analysts and policymakers: Benefits and dangers of tensions in the relationship. In L. K. Johnson (Ed.), *Strategic Intelligence. The intelligence cycle:*

- the flow of secret information from overseas to the highest councils of government* (Vol. 2, p. 143-163). Westport: Praeger Security International.
- Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio (2017). Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional. Diário da República, 1ª Série, 100, 2521-2524.
- Delpuech, T., & Ross, J. (2016). Findings of the CODISP project - concept and tools for the development of ILP. *European police science and research bulletin*, 14, 18-25. Retrieved from <https://www3.cepol.europa.eu:8443/xmlui/handle/123456789/7387>.
- Despacho n.º 20/GDN/2009 de 15 de dezembro (2009), Unidades territoriais da Polícia de Segurança Pública. Organização e competências. *Direção Nacional da PSP*. Lisboa: DNPSP.
- DeVaus, D. (1992). *Surveys in social research* (3<sup>rd</sup> ed.). London: George, Allen & Unwin.
- Dillman, D. (1978). *Mail and telephone surveys*. New York: John Wiley & Sons.
- Dillman, D. (2000). *Mail and internet surveys: the tailored designed method* (2<sup>nd</sup> ed.). New York: John Wiley & Sons.
- DNPSP. (2008). *Balanço Social da PSP 2008*. Lisboa: DNPSP.
- DNPSP. (2008). *Relatório de atividades da PSP 2008*. Lisboa: DNPSP.
- DNPSP. (2015). *Relatório de atividades da PSP 2015*. Lisboa: DNPSP.
- DNPSP. (2017). *Balanço Social da PSP 2017*. Lisboa: DNPSP.
- Drucker, P. (2011). *People and performance. The best of Peter Drucker on management*. New York: Routledge.
- Drucker, P. (2012). *Management: Tasks, Responsibilities, Practices*. Oxon: Routledge.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, (24), 213-225. doi: 10.1590/0104-4060.357
- Durance, P., & Godet, M. (2008). *A prospetiva estratégica para as empresas e os territórios* (Cadernos do LIPSOR, nº 20), Paris.
- Eck, J., & Spelman, W. (1987). *Problem-solving: problem-oriented policing in Newport News*. Washington, DC: National Institute of Justice.
- Eichhorn, B. R. (2014). *Common method variance techniques* (Working Paper AA11-2014). Cleveland, OH: Cleveland State University – Department of Operations Supply Chain Management.
- Elias, L. (2007). Policiamento de proximidade. Princípios e fundamentos para a implementação de estratégias de prevenção criminal. In G. M. da Silva, & M. M. G. Valente (Coord.), *Estudos de homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp. 465–536). Coimbra: Edições Almedina.
- Elias, L. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).

- Elias, L. (2013). A Externalização da Segurança Interna: as dimensões global, europeia e lusófona. *Relações Internacionais*, 40, 09-29. Retrieved from [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri40/n40a02.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri40/n40a02.pdf).
- Elias, L. (2018). *Ciências policiais e segurança interna. Desafios e prospetiva*. Lisboa: ISCPSI.
- Ericson, R., & Haggerty, K. (1997). *Policing the Risk Society*. Toronto: University of Toronto Press.
- Evans, J., & Kebbell, M. (2012). The effective analyst: a study of what makes an effective crime and intelligence analyst. *Policing and Society* 22(2), 204–219. doi: 10.1080/10439463.2011.605130
- Evans, M. (2012). The diamond matrix: a science-driven approach to policing with crime intelligence. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 6(2), 133-143. doi: 10.1093/police/par063
- Evans, R. (2009). Influencing decision-makers with intelligence and analytical products. In J. H. Ratcliffe (Ed.) *Strategic Thinking in Criminal Intelligence* (2<sup>nd</sup> ed.). Sydney: Federation Press.
- Fabrigar, L. R., Wegener, D. T., MacCallum, R. C., & Strahan, E. J. (1999). Evaluating the use of exploratory factor analysis in psychological research. *Psychological Methods*, 4(3), 272-299. doi: 10.1037/1082-989X.4.3.272
- Felgueiras, S., & Pais, L. G. (2016). Police decision-making at major events: a research programme. *European Police Science and Research Bulletin*, 15, 67–80. Retrieved from <https://www3.cepol.europa.eu:8443/xmlui/handle/123456789/7399>.
- Fernandes, L. F. (2005). Sun Tzu. A arte (e a ciência) da Polícia. In G. M. Silva & M. M. G. Valente (Coord.), *Volume comemorativo dos 20 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna* (pp. 329–356). Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L. F. (2006). A Prevenção da Criminalidade. In M. M. G. Valente (Coord.) (Ed.), *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 69–117). Coimbra: Edições Almedina.
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.
- Fernández, F. V. (2004). Coyuntura internacional en la que actúan los servicios de inteligencia. In D. N. Bonilla (Coord.), *Cuadernos de estrategia*, 127 (pp. 43-69). Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fortin, M. F., Côte, J., & Filion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fowler, F. (2009). *Survey research methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (4<sup>a</sup> ed.). Oeiras: Celta Editora.

- Gill, P. (2010). Theories of intelligence. In L. K. Johnson (Ed.), *The Oxford handbook of national security intelligence* (pp. 43–58). New York: Oxford university press.
- Gill, P., & Phythian, M. (2016) What Is Intelligence Studies? *The International Journal of Intelligence, Security, and Public Affairs*, 18(1), 5-19. doi: 10.1080/23800992.2016.1150679
- Gill, P., & Phythian, M. (2018). *Intelligence in an insecure world* (3<sup>rd</sup> ed.) Cambridge: Polity Press.
- Gill, P., Marrin, S., & Phythian, M. (2009). *Intelligence theory: Key questions and debates*. New York: Routledge.
- Global Intelligence Working Group [GIWG] (2003). *National Criminal Intelligence Sharing Plan*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Global Intelligence Working Group [GIWG] (2005). *Guidelines for establishing and operating fusion centers at the local, state, tribal and federal level*. Washington DC: U.S. Department of Homeland Security.
- Godet, M. (2000). The art of scenarios and strategic planning. *Technological Forecasting and Social Change*, 65(1), 3–22. doi: 10.1016/S0040-1625(99)00120-1.
- Godet, M. (2006). *Creating futures: Scenario Planning as a strategic management tool* (2<sup>nd</sup> ed.). Washington, DC: Economica.
- Godet, M. (2012). To predict or to build the future?. *The Futurist*, 46–49. Retrieved from <http://en.lapropective.fr/dyn/anglais/articles/to-predict-or-to-build-the-future.pdf>.
- Godet, M., & Roubelat, F. (1996). Creating the future: the use and misuse of scenarios. *Long Range Planning*, 29(2), 164–171. doi: 10.1016/0024-6301(96)00004-0
- Goldstein, H. (1979). Improving policing: a problem-oriented approach. *Crime & Delinquency*, 25(2), 236-258. doi: 10.1177/001112877902500207
- Goldstein, H. (1990). *Problem-Oriented Policing*. New York: McGraw-Hill.
- Goldstein, H. (2018). On problem-oriented policing: the Stockholm lecture. *Crime Science*, 7(1), 1-9. doi: 10.1186/s40163-018-0087-3
- Gómez, J. G. (2011). La prospectiva en el ámbito de la inteligencia. In J. J. F. Rodríguez, D. S. Pascual, J. P. Grajera, & R. Monsalve (Coords.), *Cuestiones de inteligencia en la sociedad contemporánea, II seminario internacional "inteligencia, seguridad y defensa: de la transformación a la consolidación de la comunidad de inteligencia* (pp. 93–101). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Gorrell, G., Ford, N., Madden, A., Holdridge, P., & Eaglestone, B. (2011). Countering method bias in questionnaire-based user studies. *Journal of Documentation*, 67(3), 507-524. doi: 10.1108/002204111111124569
- Gottschalk, P. (2010). *Policing organized crime: Intelligence Strategy Implementation*. Florida: CRC Press.

- Graça, P. (2009). Os Intelligence studies nas relações internacionais. In P. B. Graça (Ed.), *Estudos de Intelligence* (pp. 8-21). Lisboa: ISCSP.
- Greene, J. R. (2007). *The encyclopedia of police science* (3ª Ed., Vol. 1). New York: Routledge.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de uso*. Estoril: Príncipia Editora.
- Harari, Y. N. (2017) *Homo Deus: A Brief History of Tomorrow*. London: Vintage.
- Haro, F., Serafim, J. Cobra, J., Faria, L., Roque, M., Ramos, M., Carvalho, P. & Costa, R. (2016). *Investigação em ciências sociais. Guia prático do estudante*. Lisboa: Pactor.
- Heene, A. (1997). The Nature of Strategic Management. *Long Range Planning*, 30(6), 933–938. doi:10.1016/S0024-6301(97)00082-4
- Henriques, J. M. N. (2017). *Os Serviços de Informações nos Sistemas Democráticos – Supervisão e Controlo da Actividade das Agências de Informações*. (Tese de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Heuer, R., & Pherson, R. (2011). *Structured analytic techniques for intelligence analysis*. Washington: CQ Press.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2012). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- HMIC (1997). *Policing with intelligence*. London: Her Majesty's Inspectorate of Constabulary.
- Hulnick, A. (1986). The intelligence producer - policy consumer linkage: A theoretical approach. *Intelligence and National Security*, 1, 212–233. doi: 10.1080/02684528608431850
- Hulnick, A. (2006). What's wrong with the Intelligence Cycle. *Intelligence and National Security*, 21(6), 959-979. doi:10.1080/02684520601046291
- Hulnick, A. (2010). The dilemma of open sources intelligence: is OSINT really intelligence? In L. K. Johnson (Coord.), *The Oxford handbook of national security intelligence* (pp. 229-241). New York: Oxford University Press.
- Hulnick, A. (2013). Intelligence theory. Seeking better models. In M. Phynthian (Ed.), *Understanding the intelligence cycle* (pp. 150-160). New York: Routledge.
- Ifrac, L. (2010). *L'information et le renseignement par Internet*. Paris: Que sais-je.
- Innerarity, D. (2012). *The future and its enemies - in defense of political hope*. California: Stanford University Press.
- International Association of Chiefs of Police [IACP] (2002). *Criminal intelligence sharing: A national plan for intelligence-led policing at the local, state and federal levels. Recommendations from the Intelligence Summit*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.

- ISO 31010:2009 Risk Management – Risk Assessment Techniques. (2009). International Organization for Standardization.
- ISO 73:2009 Risk Management - Vocabular. (2009). International Organization for Standardization.
- Jacquard, R. (1986). *La guerre du mensonge: histoire secrète de la désinformation*. Paris: Plon.
- Jifa, G. (2013). Data, information, knowledge, wisdom and meta-synthesis of wisdom-comment on wisdom global and wisdom cities. *Procedia Computer Science: Special Issue of First International Conference on Information Technology and Quantitative Management*, 17, 713-719. doi: 10.1016/j.procs.2013.05.092
- Johnson, L. K. (2007). Appendix D. Categories of finished intelligence and the major products. In L. K. Johnson (Ed.) *Strategic Intelligence. The Intelligence Cycle: The Flow of Secret Information from Overseas to the Highest Councils of Government* (Vol. 1-5, Vol. 2, pp. 239-240). Westport: Praeger Securities International.
- Johnson, L. K. (2017) *National Security Intelligence* (2<sup>nd</sup> ed.). Cambridge: Polity press.
- Joint Chiefs of Staff (JCS) (2018). *DOD Dictionary of military and associated Terms*. Washington, DC: Office of the Chairman of the Joint Chiefs of Staff.
- Jouvenel, H. de. (2000). A brief methodological guide to scenario building. *Technological Forecasting and Social Change*, 65(1), 37–48. doi:10.1016/S0040-1625(99)00123-7
- Kahn, D. (2009). An historical theory of intelligence. In P. Gill, S. Marrin, & M. Phynthian (Eds.), *Intelligence theory. Key questions and debates (Studies in Intelligence)* (Vol. 30, p. 250). Abingdon: Routledge.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), 263–291. doi: 10.2307/1914185
- Kent, S. (1965). *Strategic intelligence for American world policy*. Connecticut: Archon books.
- Kippenberger, T. (1999). Scenarios: The search for foresight. *The Antidote*, 4(22), 40. doi:10.1016/j.humov.2015.06.005
- Knight, F. (1921). *Risk, uncertainty and profit*. Iowa: The Riverside Press.
- Lara, A. (2015). *Ciência Política - Estudo da Ordem e da Subversão* (8<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Laudon, K. C., & Laudon, J. P. (2018). *Management information system*. (15<sup>th</sup> ed.) London: Pearson.
- Lee, J. V. (2010). Policing after 9/11: Community policing in the age of homeland security. *Police Quarterly*, 13(4), 347-366. doi: <https://doi.org/10.1177/1098611110384083>
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. *Diário da República*, Série I A, n.º 155.
- Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro (1984), Lei Quadro do Sistema de Informações da

- República Portuguesa (LQSIRP), alterada pela Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto (2014). *Diário da República*, Série I, n.º 155. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (2008), Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), alterada pela Lei n.º 57/2015 de 23 de junho (2015). *Diário da República*, Série I, n.º 125. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto (2007), Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública, *Diário da República*, Série I, n.º 168. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 9/2007 de 19 de fevereiro (2007), Lei Orgânica do SG-SIRP, SIS e SIED, alterada pela Lei n.º 50/2014 de 13 de agosto (2014), *Diário da República*, Série I, n.º 155. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto (2008), Lei de Segurança Interna, alterada pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio (2017). *Diário da República*, Série I, n.º 100. Lisboa: Assembleia da República.
- Leigh, H. (2007). The accountability of security and intelligence agencies. In L. K. Johnson (Ed.), *The Handbook of Intelligence Studies* (pp. 67–81). New York: Routledge.
- Lomax, R. G., & Hahs-Vaughn, D. L. (2012). *An introduction to statistical concepts* (3<sup>th</sup> ed.). New York: Routledge.
- Lowenthal, M. M. (2008). *Intelligence: from secrets to policy* (4<sup>th</sup> ed.) Washington, DC: CQ Press.
- Maguire, M., & Delahunt, B. (2017). Doing a thematic analysis: A practical, step-by-step guide for learning and teaching scholars. *AISHE-J: The All Ireland Journal of Teaching and Learning in Higher Education*, 9(3). Retrieved from: <http://ojs.aishe.org/index.php/aishe-j/article/view/335>
- Mamede, P. H. de S. A. (2014). *O lugar da prospetiva na estratégia*. (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Manning, P. (2001). Theorizing policing. *Theoretical Criminology*, 5(3), 315–344. doi: 10.1177/1362480601005003002
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de psicologia*, 4(1), 65-90. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.12/133>.
- Martinez, L. F., Ferreira, A. I. (2010). *Análise de dados com SPSS: Primeiros passos* (3<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Massumi, B. (2007). Potential politics and the primacy of preemption. *Theory & Event*, 10(2), 19. doi: 10.1353/tae.2007.0066

- McGarrell, E., Freilich, J., & Chermak, S. (2007). Intelligence-led policing as a framework for responding to terrorism. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 23(2), 142-158. doi: <https://doi.org/10.1177/1043986207301363>
- MDN (2007). *Informações, contra-informação e segurança*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Menezes, A. P. V. da S. C. de. (2012). *Sistemas de informações nacionais: Contributos para a percepção da eficácia*. (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Mohler, G., Short, M., Malinowski, S., Johnson, M., Tita, G., Bertozzi, A., & Brantingham, P. (2015). Randomized controlled field trials of predictive policing. *Journal of the American Statistical Association*, 110(512), 1399-1411. doi: 10.1080/01621459.2015.1077710
- Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la police: sociologie de la force publique*. Paris: Éditions de la découverte.
- Moore, D. (2007). *Critical thinking and intelligence analysis*. Washington, DC: Government Printing Office.
- Morgado, S., & Ferraz, R. (2016). Social Media: Facebook e a Gestão Policial no Planeamento de Grandes Eventos. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*. Special Number 1 – QRMCNM, 27-47. Retrieved from <http://u3isijournal.isvouga.pt/index.php/ijmcmn>.
- Morgado, S., & Alves, R. (2019). Core capabilities: Body-worn cameras in Portugal. *European Law Enforcement Research Bulletin*, (18/Winter 2019) (ifirst), 1-16. Retrieved from: <https://bulletin.cepol.europa.eu/index.php/bulletin/article/view/342/308>.
- Morgado, S., & Mendes, S. (2016). O futuro numa década: Os desafios económicos e securitários de Portugal. *Politeia – Revista do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna*. Estudos Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Ano X-XI-XII: 2013-2014-2015, (1: Studio varia), 9-35.
- Morin, E. (1991). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Navarro, M. (2004). Necesidad, funcionamiento y misión de un servicio de Inteligencia para la seguridad y la defensa. In D. N. Bonilla (Coord.), *Cuadernos de estrategia*, 127 (pp. 60-87). Madrid: Instituto español de estudios estratégicos.
- Navarro, M. (2007). *Glosario de inteligencia*. Madrid: Ministerio de defensa.
- NEP n.º AUOOS/DIP/02/05 de 30 de dezembro de 2012. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- NEP n.º AUOOS/DO/01/24 de setembro de 2016. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- NEP n.º AUOOS/DO/01/26 de 21 de outubro de 2016. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Nonaka, I. (1988). Toward middle-up-down management: accelerating information creation. *MIT Sloan Management Review*, 29(3), 9. Retrieved from

<https://ai.wu.ac.at/~kaiser/birgit/Nonaka-Papers/Toward-middle-up-down-mgmt-1988.pdf>.

- Normandeau, A. (1998). *Une police professionnelle de type communautaire*. Tomme I. Montréal: Éditions du Méridien.
- Northouse, P. (2018). *Leadership: theory and practice*. (8<sup>th</sup> ed.). California: SAGE Publications.
- Northouse, P. G. (2016). *Leadership. Theory and practice. Organization studies* (7<sup>th</sup> ed.). California: SAGE Publications.
- Office of the Director of National Intelligence. (2008). *Information sharing strategy*. Washington, DC: United States Intelligence Community.
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento. A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Oliveira, J. F. de. (2015). *A manutenção da ordem pública em democracia*. Lisboa: ISCPSI.
- Oliveira, M., & Pais, L. G. (2010). Tomada de decisão na adolescência: do conflito à prudência. In (Ed.) & A. C. Fonseca (Eds.), *Crianças e adolescentes: uma abordagem multidisciplinar* (pp. 131–188). Coimbra: Almedina.
- Omand, D. (2014). The cycle of intelligence. In R. Dover, M. Goodman, & C. Hillebrand (Eds.), *Routledge Companion to Intelligence Studies* (pp. 59-70). London: Routledge.
- Osborne, J., Costello, A. & Kellow, J. (2008). Best practices in exploratory factor analysis. In J. Osborne (Ed.) *Best practices in quantitative methods* (pp. 86-99). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- OSCE (2017). *OSCE Guidebook Intelligence-Led Policing* (Vol. 13.). Viena: Transnational Threats Department/Strategic Police Matters Unit.
- Pais, L. G. (2001). Acerca da avaliação psicológica em contexto forense. *Sub Judice: Justiça e Sociedade*, 22/23, 91–97.
- Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. (Tese de doutoramento, não publicada). Universidade do Porto: Porto.
- Pereira, C. A. Q. (2013). *Análise criminal e sistemas de informação* (Trabalho de investigação individual do curso de Estado-Maior Conjunto 2012/2013). Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Perry, W., McInnis, B., Price, C., Smith, S., & Hollywood, J. (2013). *Predictive policing: the role of crime forecasting in law enforcement operations*. Washington: Rand Corporation.
- Pestana, A. M. S. (2009). *Secções de informações - Estudo em quatro divisões policiais no comando metropolitano de Lisboa (5ª divisão policial, divisão policial de Loures, divisão de segurança aeroportuária e divisão policial Vila Franca de Xira)* (Dissertação de licenciatura não publicada). ISCPSI: Lisboa.

- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais - a complementaridade do SPSS* (6ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Peterson, M. (2005). *Intelligence-led policing: the new intelligence architecture*. Washington, DC: Bureau of Justice Assistance.
- Phythian, M. (2013). Beyond the intelligence cycle?. In M. Phynthian (Ed.), *Understanding the intelligence cycle* (pp. 17-23). New York: Routledge.
- Pigeau, D. R., & McCann, C. (2002). Re-conceptualizing command and control. *Canadian Military Journal*, 3(1), 53–64. Retrieved from <http://cradpdf.drdc-rddc.gc.ca/PDFS/unc17/p519041.pdf>.
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., & Podsakoff, N. P. (2012). Sources of method bias in social science research and recommendations on how to control it. *Annual Review of Psychology*, 63, 539-569. doi: 10.1146/annurev-psych-120710-100452
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Lee, J. Y., & Podsakoff, N. P. (2003). Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, 88(5), 879-903. doi: 10.1037/0021-9010.88.5.879
- Poiares, N. (2013). *Mudar a polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa*. Lisboa: Bnomics.
- Poiares, N. (2016). *A letra e os espíritos da lei. A violência doméstica em Portugal. Por um Direito que dá voz ao silêncio das vítimas*. Lisboa: Chiado Editora.
- Polic, M. (2009). Decision making: between rationality and reality. *Interdisciplinary description of complex systems*, 7(2), 78–89. Retrieved from [https://www.researchgate.net/publication/46533912\\_Decision\\_Making\\_Between\\_Rationality\\_and\\_Reality](https://www.researchgate.net/publication/46533912_Decision_Making_Between_Rationality_and_Reality).
- Prunckun, H. (2019). *Counterintelligence theory and practice* (2<sup>nd</sup> ed.). Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ratcliffe, J. (2002). Intelligence-led policing and the problems of turning rhetoric into practice, *Policing and society: an international journal of research and policy*, 12(1), 53-66, doi: 10.1080/10439460290006673
- Ratcliffe, J. (2003). Intelligence-led policing. *Trends & issues in crime and criminal justice*, 248, 1–4. Retrieved from <https://aic.gov.au/publications/tandi/tandi248>.
- Ratcliffe, J. (2008). Intelligence-led policing. In R. Wortley, & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental criminology and crime analysis* (2<sup>nd</sup> ed.) (pp. 263–282). Portland: Willan publishing. doi:10.4324/9781315709826
- Ratcliffe, J. (2016). *Intelligence-led Policing* (2<sup>nd</sup> ed.). New York: Routledge.

- Rea, L., M. & Parker, R. A. (1992). *Designing and conducting survey research: A comprehensive guide*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Recomendação do Conselho nº 2001/C 356/01, de 6 de dezembro de 2001. Conselho da União Europeia.
- Reiner, R. (2010). *The politics of police* (4ª Ed.). New York: Oxford University Press.
- Resende, R. (2016). Técnica de investigação qualitativa: ETCI. *Journal of Sport Pedagogy & Research*, 2(1), 50-57. Retrieved from: <https://www.researchgate.net/publication/305488949>
- Ribeiro, A. (2017). *Teoria geral da estratégia: o essencial ao processo estratégico*. Lisboa: Edições Almedina.
- Rogelberg, S., & Stanton, J. (2007). Understanding and dealing with organizational survey nonresponse. *Organizational Research Methods*, 10, 195–209.
- Roman, G. (1997). *The command or control dilemma. When technology and organizational orientation collide* (Maxwell Paper, Number 8). Alabama: Maxwell Air Force Base.
- Roth, P. L., & BeVier, C. A. (1998). Response rates in HRM/OB survey research: Norms and correlates, 1990–1994. *Journal of Management Studies*, 24(1), 97–117. doi: 10.1016/S0149-2063(99)80055-5
- Santo, P. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais - Génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Santo, P. (2015). *Introdução à metodologia das ciências sociais - Génese, fundamentos e problemas* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Saris, W., & Gallhofer, I. (2007). The structure of open-ended and closed survey items. In *Design, evaluation, and analysis of questionnaires for survey research* (pp. 121- 135). New Jersey: Wiley.
- Sarmiento, M. (2013). *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada* (3ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sheptycki, J. (2005). Transnational policing. *The canadian review of policing research*, 1, 1–7. Retrieved from <http://crpr.icaap.org/index.php/crpr/article/view/31/48>.
- Sherman, L. (2011). Police and crime control. In M. Tonry (Coord.), *The Oxford Handbook of Crime and Criminal Justice* (pp. 509–537). New York: Oxford University Press.
- Simon, H. A. (1955). A behavioral model of rational choice. *The Quarterly Journal of Economics*, 69(1), 99–118. doi:10.2307/1884852
- Simon, H. A. (1990). Invariants of human behaviour. *Annual Review of Psychology*, 41, 1–19. doi:10.1146/annurev.biochem.64.1.721
- Skogan, W., & Frydl, K. (2004). *Fairness and effectiveness in policing: the evidence*. Washington, DC: The National Academies Press.

- Skolnick, J., Bayle, D. (2006). *Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo*. São Paulo: Edusp.
- Snyder, F. (1993). *Command and control. The literature and commentaries*. Washington: National Defense University Press.
- Taleb, N. (2015). *A lógica do cisne negro. O impacto do altamente improvável*. (9ª ed.). Rio de Janeiro: Best Business.
- Thompson, B. (2007). Factor analysis. In G. Ritzer (Ed.), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. doi:10.1002/9781405165518.wbeosf003
- Tilley, N. (2008). Modern approaches to policing: community, problem-oriented and intelligence-led. In T. Newburn (Coord.), *Handbook of Policing* (2<sup>nd</sup> ed.) (pp. 373-403). London: Willan Publishing.
- Toffler, A. (1980). *The third wave*. New York: William Morrow and Company.
- Toffler, A. (1998). *O choque do futuro* (E. F. Alves, Trad.) (6ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Tonry, M., & Morris, N. (2003). *Policiamento moderno*. São Paulo: Edusp.
- Torres, J. (2005) A investigação criminal na PSP. In M. J. Pereira & J. Neves (Coord.), *Estratégia e gestão policial em Portugal* (pp. 574 - 636). Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- Torres, J. (2015). *Gestão de riscos: no planeamento, execução e auditoria de segurança*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Treverton, G. F. (2010). Addressing “complexities” in homeland security. In L. K. Johnson (Ed.), *The Oxford Handbook of National Security Intelligence* (pp. 343–58). New York: Oxford university press.
- Trojanowicz, R., & Bucqueroux, B. (1990). *Community Policing: a contemporary perspective*. Cincinnati, OH: Andersen.
- Tzu, S. (2012). *A arte da guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vaismoradi, M., Turunen, H., & Bondas, T. (2013). Content analysis and thematic analysis: Implications for conducting a qualitative descriptive study. *Nursing & health sciences*, 15(3), 398-405.
- Valente, M. (2017). *Teoria geral do direito policial* (5ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Vaz, A. (2015). As Informações policiais. In J. B. Gouveia (Coord.), *Revista de Direito e Segurança*, 3(5) (pp. 39-54). Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Waltz, E. (2003). *Knowledge management in the intelligence enterprise*. London: Artech House.
- Warner, M. (1985). Wanted: a definition of Intelligence. *Studies in intelligence*, 46(3), 15–22.

Retrieved

from

- <https://pdfs.semanticscholar.org/b7e8/cdcd6a62641de2d49afc59b07361c9df7db3.pdf>.
- Weber, M. (2008). *Conceitos básicos de sociologia*. (R. E. F. Frias, & G. G. Delaunay, Trads.) (5ª ed). São Paulo: Centauro Editora.
- Weisburd, D., & Eck, J. (2004). What can police do to reduce crime, disorder, and fear? *The annals of the american academy of political and social science*, 593(1), 42-65. doi: 10.1177/0002716203262548
- Weisburd, D., & Neyroud, P. (2014). Police Science: Toward a new paradigm. *Journal of Current Issues in Crime, Law & Law Enforcement*, 7(2), 227–246. Retrieved from <https://www.ncjrs.gov/>.
- Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2012). Crime prevention and public policing. In B. C. Welsh, & D. P. Farrington (Eds.), *The Oxford handbook of crime prevention* (pp. 3–19). New York: Oxford University Press. doi: 10.1093/oxfordhb/9780195398823.013.0001
- Wheelen, T. L., Hunger, J. D., Hoffman, A. N. & Bamford, C. E. (2018). *Strategic Management and Business Policy. Globalization, Innovation and Sustainability* (15<sup>th</sup> ed.), London: Pearson.
- Wilson, J., & Kelling, G. (1982). Broken windows: the police and neighbourhood safety. *Atlantic monthly*, 249(3), 29-38. doi:10.1108/PIJPSM-07-2018-0105
- Yetter, G., & Capaccioli, K. (2010). Differences in responses to web and papaer surveys among school professionals. *Behavior Research Methods*, 42(1), 266-272. doi: 10.3758/BRM.42.1.266
- Yong, A. G., & Pearce, S. (2013) A beginner's guide to factor analysis: Focusing on exploratory factor analysis, *Tutorials in Quantitative Methods for Psychology*, 9(2), 79-94. doi: 10.20982/tqmp.09.2.p079

## ANEXOS

### ANEXO 1. Organização hierárquica da PSP

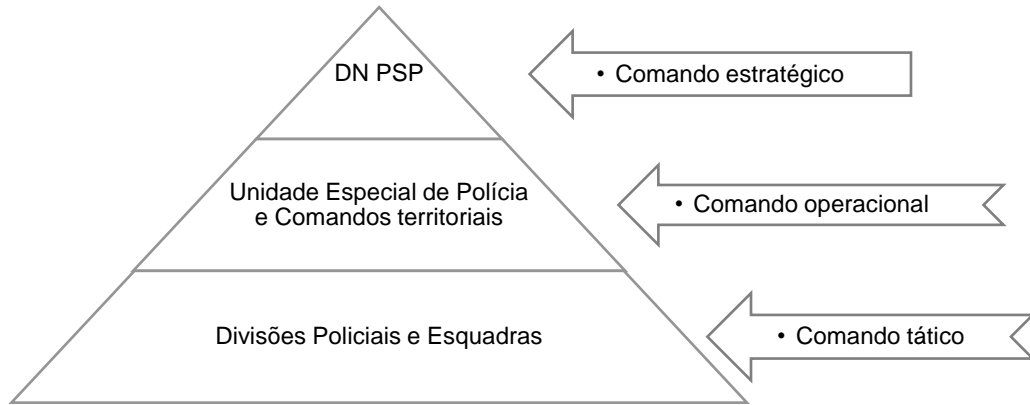


Figura 3. Organização hierárquica da PSP  
Adapted from “NEP n.º AUOOS/DO/01/24”, by Direção Nacional da PSP, 2016, p. 3. Copyright 2016 by Direção Nacional da PSP.

## ANEXO 2. Identificação de ameaças

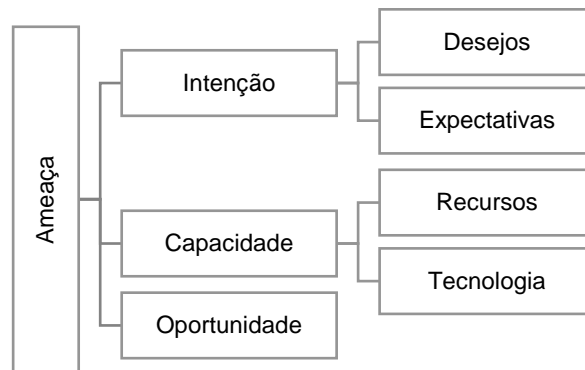


Figura 4. Identificação de ameaças

Reprinting from "Gestão de riscos: no planeamento, execução e auditoria de segurança", by J. Torres, 2015, p. 29. Copyright 2014 by Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

### ANEXO 3. Informações de segurança, informações policiais e informações criminais

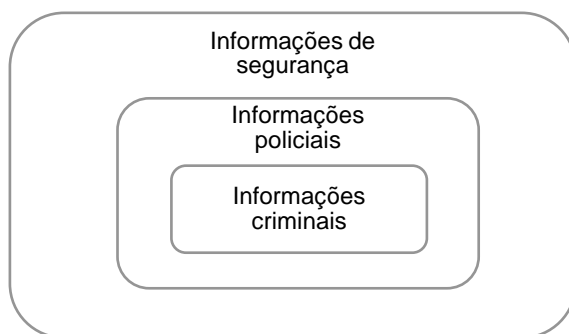


Figura 5. Informações de segurança, informações policiais e informações criminais

#### ANEXO 4. Estrutura do SINTEL-PSP

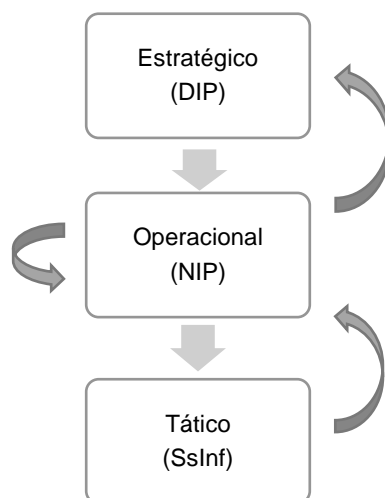


Figura 6. Estrutura do SINTEL-PSP

## ANEXO 5. Atributos das informações

Tabela 1 - Atributos das informações

Atributo	Descrição
Oportuna	Difundida atempadamente ao decisor para auxiliar a tomada de decisão;
Precisa	Dar respostas exatas ao decisor;
Relevante	Adequada às necessidades de informação do decisor;
Acessível	Disponível ao decisor em tempo útil;
Objetiva	Isenta e imparcial, isto é, caracterizar os factos tais como são, e não para agradar ou coincidir com os interesses particulares do decisor;
Completa	Exaustiva no que concerne à resposta das necessidades do decisor.

Adapted from “*Intelligence e Segurança Interna*” by L. Fernandes, 2014, p. 98-99. Copyright 2014 by ISCPSI.

## ANEXO 6. Ciclo de produção de informações

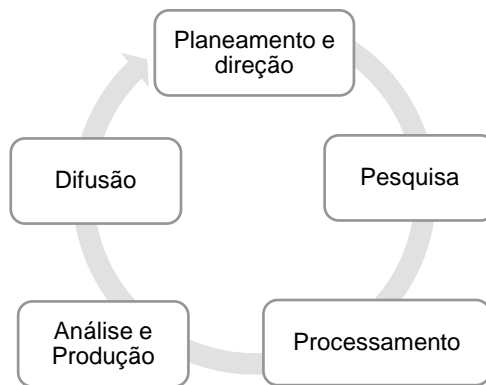
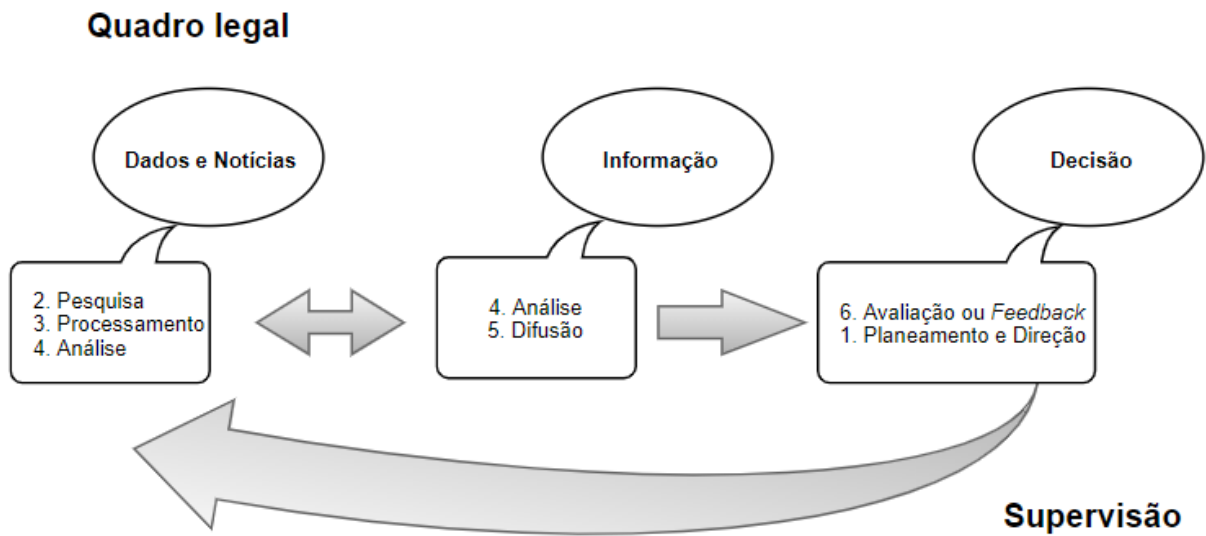


Figura 7. Ciclo de produção de informações

Reprinting from “*Intelligence e Segurança Interna*” by L. Fernandes, 2014, p. 105. Copyright 2014 by ISCPSI.

## ANEXO 7. Processo de produção de informações



*Figura 8.* Processo de produção de informações

Nota: a seta bidirecional representa a interatividade e iteratividade do processo de produção de informações. A seta curva que liga as fases 6. e 1. às fases 2., 3., e 4. retrata a importância do feedback do decisor para a orientação da produção informacional.

## ANEXO 8. Policiamento orientado para os problemas

Tabela 2 - Caracterização do modelo SARA

Fase	Descrição
Identificação ( <i>Scanning</i> )	Fase onde os problemas comunitários são identificados e preliminarmente analisados com vista à sua priorização.
Análise ( <i>Analysis</i> )	Uma vez identificados e priorizados os problemas, são analisados com vista à sua compreensão e delimitação de possíveis respostas.
Resposta ( <i>Response</i> )	Fase onde é decidida qual a forma de resolução do problema a implementar.
Avaliação ( <i>Assessment</i> )	Avaliação da eficácia das respostas policiais na solução dos problemas comunitários.

Adapted from "Problem-solving: problem-oriented policing in Newport News", by J. Eck & W. Spelman, 1987, p. 42-51. Copyright 1987 by National Institute of Justice.

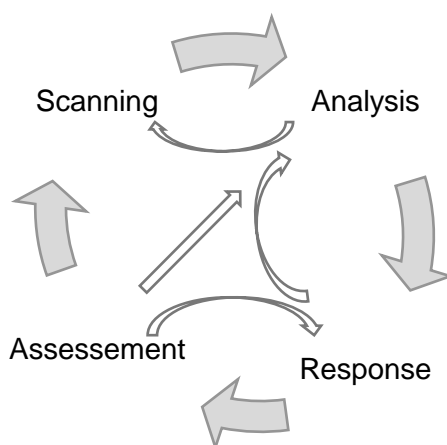


Figura 9. Modelo SARA

Reprinting from "Crime analysis for problem solvers in 60 small steps" by R. Clarke & J. Eck, 2005, p. 13. Copyright 2005 Center for Problem Oriented Policing.

## ANEXO 9. Policiamento orientado pelas informações

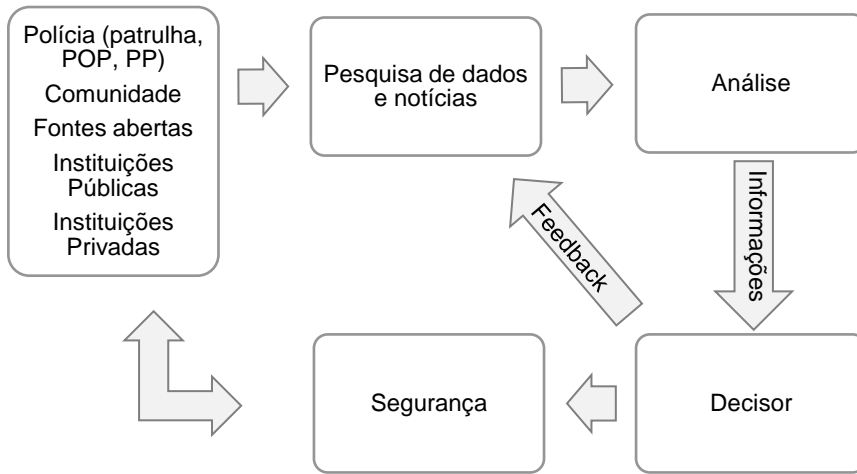


Figura 10. Modelo Carter e Carter

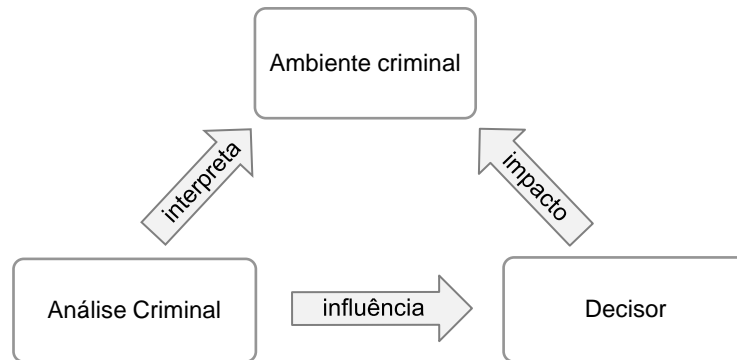


Figura 11. Modelo 3-i

Reprinting from "Intelligence-led policing", by J. Ratcliffe, 2003, *Trends & issues in crime and criminal justice*, 248, p. 3. Copyright by Trends & issues in crime and criminal justice.



Figura 12. Modelo 4-i

Reprinting from "OSCE Guidebook Intelligence-Led Policing", by OSCE, 2017, Vol. 13, p. 20. Copyright 2017 Organization for Security and Co-operation in Europe

## ANEXO 10. Modelo concetual

Tabela 3 - Diferenças entre o modelo Carter e Carter e o modelo Ratcliffe

Característica	Carter & Carter (2009)	Ratcliffe (2016)
Objetivo operacional	Ameaças e Crimes	Crime e Desordem
Foco geográfico	Multi-jurisdicional	Intra-jurisdicional
Componente analítica	Análise de informações	Análise criminal
Relação com PP e POP	Sim	Não
Modelo de gestão	<i>Bottom-up</i>	<i>Top-down</i>

Adapted from "Intelligence-led Policing. A Policing Innovation", by J. Carter, 2013, p. 24. Copyright 2013 by LFB Scholarly Publishing ILC

Tabela 4 - Modelo adaptado

Característica	Descrição	Modelo
Objetivo operacional	Ameaças	Carter & Carter
Foco geográfico	Multi-jurisdicional	Carter & Carter
Componente analítica	Análise de informações	Carter & Carter
Relação com PP e POP	Sim	Carter & Carter
Modelo de gestão	<i>Top-down e Bottom-up</i>	Ratcliffe e Carter & Carter

## ANEXO 11. Estrutura do instrumento de medida

Tabela 5 - Estrutura do instrumento de medida

Dimensões	Itens
Interpretação	<p>Q1: O Sistema Estratégico de Informação (SEI) é um repositório de dados fidedigno.</p> <p>Q6: A informação recolhida no desempenho das minhas funções é depositada no SEI.</p> <p>Q9: A SInfo recolhe dados de fontes policiais.</p> <p>Q13: O produto informacional da SInfo ajuda-me a desempenhar as minhas funções policiais.</p> <p>Q17: A SInfo recolhe dados do SEI.</p> <p>Q26: A SInfo processa e analisa dados provenientes de elementos policiais com funções específicas de Policiamento de Proximidade (exemplo: comércio seguro).</p> <p>Q33: A SInfo recolhe dados de fontes abertas (exemplo: redes sociais).</p> <p>Q37: Os recursos humanos da SInfo têm formação na área das informações policiais.</p> <p>Q4: O policiamento orientado pelas informações é uma mais-valia para o desempenho das minhas funções.</p> <p>Q14: No desempenho das minhas funções, tomo decisões com base nas informações partilhadas pela SInfo.</p> <p>Q20: O produto informacional da SInfo satisfaz as minhas necessidades de informação.</p> <p>Q22: As informações partilhadas pela SInfo são uma ferramenta de apoio à tomada de decisão policial.</p>
Influência	<p>Q25: O produto informacional da SInfo permite-me desempenhar melhor as minhas funções.</p> <p>Q30: As decisões policiais tomadas com base nas informações permitem gerir melhor os meios humanos e materiais da PSP.</p> <p>Q35: Desempenho as minhas funções com base nas informações partilhadas pela SInfo.</p> <p>Q36: O planeamento de operações feito pela Secção de Operações é feito com base nas informações produzidas pela SInfo.</p> <p>Q2: A SInfo produz informações sobre fenómenos e dinâmicas criminais (exemplo: sobre o furto de jantes).</p> <p>Q8: A SInfo produz informações sobre zonas urbanas sensíveis (ZUS) (exemplo: aumento da atividade criminal em áreas conotadas como ZUS).</p> <p>Q5: A SInfo produz informações sobre fenómenos de contestação social (exemplo: sobre manifestações).</p> <p>Q10: A SInfo produz informações sobre a segurança de eventos desportivos (exemplo: sobre a atividade de Grupos Organizados de Adeptos que possam afetar eventos desportivos a decorrer na área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).</p> <p>Q12: A SInfo produz informações relacionadas com situações de permanência irregular em território nacional (exemplo: pedidos de expulsão do território nacional de indivíduos em situação irregular).</p>
Impacto	<p>Q15: A SInfo produz informações sobre fenómenos de radicalização (exemplo: atividades criminais relacionadas com o recrutamento de pessoas para adesão a causas terroristas).</p> <p>Q18: A SInfo produz informações sobre fenómenos de extremismo (exemplo: atividades de grupos conotados como de extrema-direita ou de extrema-esquerda).</p> <p>Q21: A SInfo produz informações relacionadas com a cooperação internacional (exemplo: pedidos de paradeiros de indivíduos procurados a nível internacional).</p> <p>Q24: A SInfo produz informações sobre a segurança rodoviária (exemplo: indicação de locais de maior sinistralidade rodoviária).</p> <p>Q27: A SInfo produz informações relacionadas com a área das armas, munições e substâncias explosivas (exemplo: situações de posse ilegal de armas).</p> <p>Q29: A SInfo produz informações sobre a proteção de infraestruturas críticas (exemplo: ameaças que recaiam sobre as linhas ferroviárias que atravessam a área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).</p>

Intenção	Q31: A SInfo produz informações sobre a área da segurança privada (exemplo: utilização da atividade de segurança privada para dissimular atividades de criminalidade altamente organizada).
	Q34: A SInfo produz informações sobre a segurança ambiental (exemplo: focos de poluição).
	Q38: A SInfo produz informações sobre segurança pessoal (exemplo: ameaças que recaiam sobre altas entidades que residam na área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).
	Q3: Comunico com a SInfo de forma regular.
	Q7: A minha formação policial incluiu a vertente das informações policiais.
	Q11: Comunico com a SInfo de forma esporádica.
	Q16: Costumo comunicar à SInfo a utilidade das informações que partilha.
	Q19: Como decisor e consumidor de informações, mantenho a SInfo sempre atualizada sobre as minhas necessidades e prioridades de informações.
	Q23: Informo a SInfo sobre as minhas necessidades de informação.
	Q28: A minha formação policial salientou a importância da partilha de informações.
	Q32: Tenho que comunicar as minhas necessidades de informação à SInfo, para que a SInfo as possa satisfazer.
	Idade
	Género

---

Sociodemográfica	Habilitações Literárias
	Posto
	Funções
	Nível de conhecimento

## ANEXO 12. Caracterização da Divisão Policial de Sintra

A DPS foi inaugurada a 1 de fevereiro de 2008, sendo a divisão policial destacada mais recente do COMETLIS. A sua área de responsabilidade abarca 74,638 Km<sup>2</sup> habitados por 307,323 pessoas (Tabela 6) do Concelho Municipal de Sintra, sendo rodeada pelas divisões policiais da Amadora, Oeiras, Cascais e Loures.

Na sua área de atuação existem 16 Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), das quais quatro conotadas como zonas vermelhas (cuja análise matricial de grau de risco é superior a 17), seis como zonas amarelas (grau de risco avaliado entre 12 a 17), e seis como zonas verdes (grau de risco inferior a 11) (Tabela 6).

Tabela 6 - Descrição geral da Divisão Policial de Sintra

Efetivo total	573
Idade (média)	37
Homens / Mulheres	510/63
Oficiais	9
Chefe Principal	1
Chefe	60
Agente Principal	168
Agente	334
Elementos com funções não policiais	1
Esquadras	11
Área de jurisdição	74,638 Km <sup>2</sup>
N.º de habitantes	307,323
Zonas Urbanas Sensíveis	16

Nota: dados do Manual de Acolhimento da Divisão Policial de Sintra, disponibilizados informalmente pela DPS a 1 de fevereiro de 2019

Para o desempenho da missão policial a DPS dispõe de 573 elementos com funções policiais (Tabela 6), e de 70 meios auto, dos quais apenas 4 carros-patrolha, 4 motociclos e 9 outros veículos estão ativos (Tabela 7).

Tabela 7 - Caracterização dos meios auto da Divisão Policial de Sintra

	Operacional	Inoperacional	Total
Carros-patrolha	4	23	27
Motociclos	4	9	13
Outros veículos*	9	21	30
Total	17	53	70

\* Outros veículos: bicicletas, carrinhas TP Ordem Pública, viaturas MIPP, viaturas descaracterizadas, viatura todo o terreno, viaturas ligeiras de mercadorias, reboque, e viatura de transporte de detidos).

Organicamente, e conforme resulta da Figura 13, a DPS divide-se em duas áreas: administrativa e operacional. Dentro da área operacional, chefiada pelo CAO, estão inseridas as secções bem como as esquadras policiais: três de competência específica, e oito de competência genérica.

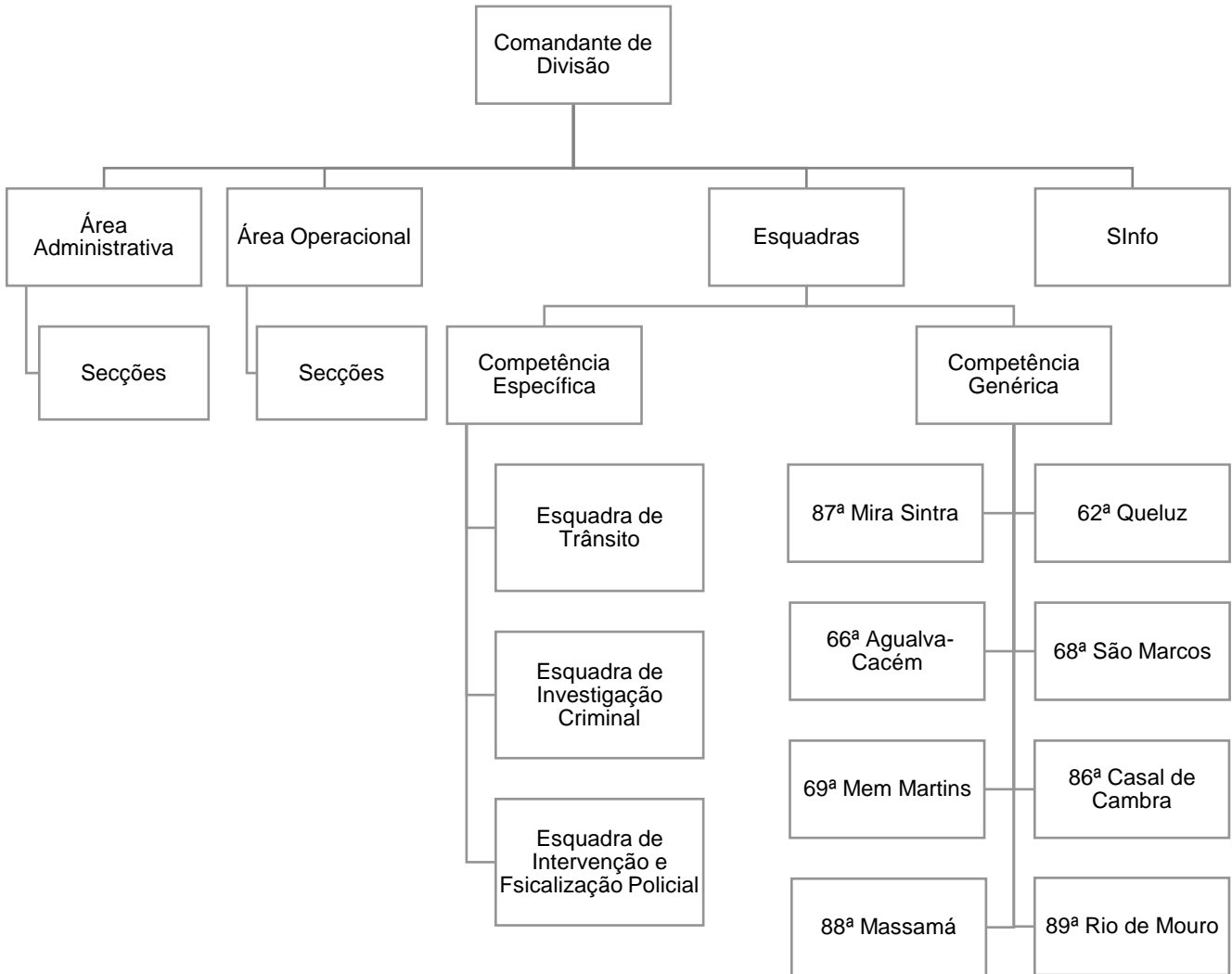


Figura 13. Organograma simplificado da Divisão Policial de Sintra  
Diagrama elaborado de acordo com a informação recolhida durante a realização das entrevistas.

## ANEXO 13. Caracterização dos participantes

Tabela 8 - Caracterização sociodemográfica dos participantes

		Frequências	%	M	DP	Md	Mín	Máx
Género	F	30	14,3	35,93	8,428	33	22	53
	M	181	85,7	39,45	8,919	39	21	59
	T	211		38,95	8,917	38	21	59
Habilitações Literárias	Ensino Básico	2	0,9					
	Ensino Secundário	181	85,8					
	Licenciatura	18	8,5					
	Mestrado	8	3,8					
	Outros cursos e/ou formações	2	0,9					
Funções atuais	T	211						
	Serviço operacional	163	77,3					
	Serviço administrativo	24	11,4					
	Chefia/comando	24	11,4					
	T	211						
Posto profissional	Agente	104	49,3					
	Agente principal	66	31,3					
	Chefe	31	14,7					
	Chefe principal	1	0,5					
	Subcomissário	5	2,4					
	Comissário	3	1,4					
	Subintendente	1	0,5					
	Total	211	100,0					

## ANEXO 14. Análise fatorial exploratória

Tabela 9 - Estrutura do instrumento de medida reestruturado para análise estatística

Fatores	Itens
1. Interpretação	<p>Q2: A SIInfo produz informações sobre fenómenos e dinâmicas criminais (exemplo: sobre o furto de jantes).</p> <p>Q5: A SIInfo produz informações sobre fenómenos de contestação social (exemplo: sobre manifestações).</p> <p>Q8: A SIInfo produz informações sobre zonas urbanas sensíveis (ZUS) (exemplo: aumento da atividade criminal em áreas conotadas como ZUS).</p> <p>Q9: A SIInfo recolhe dados de fontes policiais</p> <p>Q10: A SIInfo produz informações sobre a segurança de eventos desportivos (exemplo: sobre a atividade de Grupos Organizados de Adeptos que possam afetar eventos desportivos a decorrer na área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).</p> <p>Q17: A SIInfo recolhe dados do SEI.</p> <p>Q33: A SIInfo recolhe dados de fontes abertas (exemplo: redes sociais).</p>
2. Impacto	<p>Q15: A SIInfo produz informações sobre fenómenos de radicalização (exemplo: atividades criminais relacionadas com o recrutamento de pessoas para adesão a causas terroristas).</p> <p>Q12: A SIInfo produz informações relacionadas com a situações de permanência irregular em território nacional (exemplo: pedidos de expulsão do território nacional de indivíduos em situação irregular).</p> <p>Q18: A SIInfo produz informações sobre fenómenos de extremismo (exemplo: atividades de grupos conotados como de extrema-direita ou de extrema-esquerda).</p> <p>Q21: A SIInfo produz informações relacionadas com a cooperação internacional (exemplo: pedidos de parapeiros de indivíduos procurados a nível internacional).</p> <p>Q29: A SIInfo produz informações sobre a proteção de infraestruturas críticas (exemplo: ameaças que recaiam sobre as linhas ferroviárias que atravessam a área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).</p> <p>Q34: A SIInfo produz informações sobre a segurança ambiental (exemplo: focos de poluição)</p> <p>Q38: A SIInfo produz informações sobre segurança pessoal (exemplo: ameaças que recaiam sobre altas entidades que residam na área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).</p>
3. Intenção	<p>Q16: Costumo comunicar à SIInfo a utilidade das informações que partilha.</p> <p>Q19: Como decisor e consumidor de informações, mantenho a SIInfo sempre atualizada sobre as minhas necessidades e prioridades de informações.</p> <p>Q23: Informo a SIInfo sobre as minhas necessidades de informação.</p>
4. Influência	<p>Q14: No desempenho das minhas funções, tomo decisões com base nas informações partilhadas pela SIInfo.</p> <p>Q25: O produto informacional da SIInfo permite-me desempenhar melhor as minhas funções.</p>
5. Formação	<p>Q7: A minha formação policial incluiu a vertente das informações policiais.</p>
6. Bases de dados policiais	<p>Q1: O Sistema Estratégico de Informação (SEI) é um repositório de dados fidedigno.</p>
7. SINTEL-PSP	<p>Q31: A SIInfo produz informações sobre a área da segurança privada (exemplo: utilização da atividade de segurança privada para dissimular atividades de criminalidade altamente organizada).</p>
8. Comunicação	<p>Q11: Comunico com a SIInfo de forma esporádica.</p>

Nota: questões que não serão objeto de análise: Q3, Q4, Q6, Q13, Q20, Q22, Q24, Q26, Q27, Q28, Q30, Q32, Q35, Q36 e Q37.

Tabela 10 - Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem		0,931
	Aprox. Qui-quadrado	5746,506
Teste de esfericidade de Bartlett	gl	703
	Sig.	0,000

Nota: Valores de referência:  $\leq 0,05$ : inaceitável; 0,5-0,6: Má; 0,6-0,7: Razoável; 0,7-0,8: Média; 0,8-0,9: Boa; 0,9-1: Muito Boa

Tabela 11 - Variância total explicada

Componente	Autovalores iniciais			Somos de extração de carregamentos ao quadrado			Somos de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% acumulada	Total	% de variância	% acumulada	Total	% de variância	% acumulada
1	15,987	42,072	42,072	15,987	42,072	42,072	6,280	16,526	16,526
2	2,435	6,407	48,479	2,435	6,407	48,479	6,190	16,291	32,816
3	1,956	5,147	53,626	1,956	5,147	53,626	4,452	11,717	44,533
4	1,570	4,131	57,757	1,570	4,131	57,757	3,540	9,316	53,850
5	1,352	3,558	61,315	1,352	3,558	61,315	1,769	4,655	58,505
6	1,198	3,153	64,468	1,198	3,153	64,468	1,721	4,530	63,034
7	1,104	2,906	67,375	1,104	2,906	67,375	1,549	4,076	67,111
8	1,057	2,781	70,156	1,057	2,781	70,156	1,157	3,045	70,156
9	0,963	2,534	72,690						
10	0,795	2,092	74,783						
11	0,783	2,060	76,843						
12	0,751	1,977	78,819						
13	0,711	1,871	80,691						
14	0,593	1,562	82,252						
15	0,547	1,440	83,692						
16	0,499	1,314	85,007						
17	0,462	1,217	86,224						
18	0,427	1,123	87,347						
19	0,410	1,078	88,426						
20	0,365	0,960	89,386						
21	0,347	0,914	90,300						
22	0,337	0,886	91,186						
23	0,324	0,853	92,040						
24	0,313	0,822	92,862						
25	0,300	0,789	93,651						
26	0,282	0,743	94,394						
27	0,271	0,712	95,106						
28	0,234	0,615	95,721						
29	0,223	0,588	96,309						
30	0,205	0,539	96,848						
31	0,196	0,516	97,364						
32	0,188	0,494	97,857						
33	0,175	0,462	98,319						
34	0,161	0,423	98,742						
35	0,143	0,375	99,118						
36	0,137	0,359	99,477						
37	0,108	0,284	99,761						
38	0,091	0,239	100,000						

Tabela 12 - Rotação da matriz de componentes

	Componente							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Q15	0,468	0,652	0,282	0,073	0,014	-0,030	0,144	0,073
Q26	0,462	0,332	0,078	0,596	0,023	-0,172	0,037	-0,047
Q1	0,263	0,112	0,139	-0,044	0,120	0,706	-0,346	-0,009
Q2	0,595	0,313	0,283	0,223	0,058	0,229	-0,138	0,098
Q3	0,170	0,159	0,799	0,145	0,110	0,014	-0,066	0,000
Q4	0,396	0,179	0,348	0,418	0,178	0,243	0,000	0,183
Q5	0,644	0,356	0,317	0,031	-0,016	0,016	-0,055	0,142
Q6	0,014	0,131	-0,026	0,244	0,097	0,741	0,271	-0,092
Q7	0,129	0,152	0,133	-0,042	0,839	0,094	-0,057	0,125
Q8	0,667	0,327	0,182	0,245	0,117	-0,027	0,007	0,085
Q9	0,678	0,153	0,000	0,280	0,281	-0,057	0,133	-0,043
Q10	0,596	0,494	0,144	-0,007	0,207	-0,033	0,064	0,192
Q11	0,005	0,000	-0,072	0,022	0,018	-0,055	-0,042	0,923
Q12	0,126	0,709	0,247	0,115	0,015	0,087	-0,026	0,101
Q13	0,419	0,314	0,355	0,477	-0,030	0,229	0,174	0,108
Q14	0,325	0,192	0,383	0,607	0,061	0,149	0,112	0,060
Q16	0,197	0,210	0,842	0,077	0,018	0,016	0,148	-0,059
Q17	0,795	0,049	0,087	0,078	0,083	0,156	-0,083	-0,149
Q18	0,516	0,579	0,234	0,088	0,009	0,061	0,219	0,053
Q19	0,266	0,227	0,600	0,297	-0,007	0,149	0,285	-0,058
Q20	0,258	0,415	0,494	0,300	0,096	0,088	0,157	0,027
Q21	0,255	0,799	0,141	0,014	0,104	0,205	0,101	-0,015
Q22	0,532	0,333	0,276	0,387	0,028	0,208	0,066	0,052
Q23	0,099	0,279	0,805	0,222	0,023	-0,050	0,123	-0,049
Q24	-0,091	0,599	0,170	0,516	0,163	-0,013	-0,143	-0,029
Q25	0,379	0,266	0,379	0,581	0,009	0,279	0,115	0,096
Q27	0,329	0,611	0,176	0,427	0,093	0,045	0,055	-0,041
Q28	0,283	0,097	-0,008	0,169	0,766	0,082	0,102	-0,134
Q29	0,273	0,713	0,248	0,301	-0,006	0,071	0,122	-0,108
Q30	0,524	0,114	0,232	0,382	0,142	0,129	-0,202	0,014
Q31	-0,073	0,116	0,165	0,018	0,029	-0,013	0,764	-0,061
Q32	0,310	0,126	0,419	0,095	0,063	0,104	0,497	0,067
Q33	0,809	0,146	0,148	0,082	0,124	0,114	0,124	-0,055
Q34	0,021	0,678	0,145	0,412	0,190	-0,009	-0,047	-0,132
Q35	0,135	0,301	0,473	0,581	0,027	0,189	0,050	-0,051
Q36	0,423	0,442	0,238	0,322	0,122	0,173	0,169	-0,009
Q37	0,122	0,452	0,016	0,169	0,322	0,288	0,178	0,169
Q38	0,402	0,736	0,182	0,134	0,079	0,070	0,100	-0,006

Tabela 13 - Tabela de Comunalidades

	Inicial	Extração
Q15	1,000	0,756
Q26	1,000	0,718
Q1	1,000	0,735
Q2	1,000	0,666
Q3	1,000	0,730
Q4	1,000	0,608
Q5	1,000	0,666
Q6	1,000	0,718
Q7	1,000	0,790
Q8	1,000	0,666
Q9	1,000	0,663
Q10	1,000	0,705
Q11	1,000	0,862
Q12	1,000	0,611
Q13	1,000	0,723
Q14	1,000	0,699
Q16	1,000	0,823
Q17	1,000	0,708
Q18	1,000	0,718
Q19	1,000	0,676
Q20	1,000	0,615
Q21	1,000	0,786
Q22	1,000	0,671
Q23	1,000	0,806
Q24	1,000	0,710
Q25	1,000	0,796
Q27	1,000	0,710
Q28	1,000	0,740
Q29	1,000	0,767
Q30	1,000	0,566
Q31	1,000	0,635
Q32	1,000	0,563
Q33	1,000	0,751
Q34	1,000	0,708
Q35	1,000	0,712
Q36	1,000	0,608
Q37	1,000	0,495
Q38	1,000	0,776

**ANEXO 15. Validação**

Tabela 14 - Coeficiente de correlação intraclasse

	Correlação intraclasse <sup>b</sup>	Intervalo de Confiança 95%		Teste F com Valor True0		Teste F com Valor True0 <sup>b</sup>	
		Limite inferior	Limite superior	Valor	df1	df2	Sig
Medidas únicas	0,830 <sup>a</sup>	0,058	0,981	10,787	4	4	0,020
Medidas médias	0,907 <sup>c</sup>	0,110	0,990	10,787	4	4	0,020

Notas: Modelo de efeitos mistos bidirecional em que os efeitos das pessoas são aleatórios e os das medidas são fixos; a. O estimador é o mesmo, esteja o efeito de interação presente ou não; b. Define coeficientes de correlação intraclasse usando uma definição de consistência. A variação entre medida é excluída da variação de denominador; c. Essa estimativa é calculada considerando que o efeito de interação esteja ausente, porque ele não pode ser estimado de outra forma.

Tabela 15 - Estatística descritiva dos scores do momento 1 e do momento 2

	Média	DP	Moda	Med	Mín	Máx
M1	3	1,41	4	3,5000	1,00	4,00
M2	3,21	1,15	1,58*	3,5395	1,58	4,18

Nota: \* multimodal, sendo que se indica o menor valor

Tabela 16 - Consistência Interna

	$\alpha$	Alpha de Cronbach	
		Com itens padronizados	Número de itens
M1	0,991	0,989	38
M2	0,911	0,919	38

Nota: Os valores de referência comumente usados são: Superior a 0,9 – consistência muito boa; Entre 0,8 e 0,9 – boa; Entre 0,7 e 0,8 – razoável; Entre 0,6 e 0,7 – fraca; Inferior a 0,6 – inadmissível (Pestana & Gajero, 2014).

Tabela 17 - Análise da ROC

	Área	Erro padrão <sup>a</sup>	sig <sup>b</sup>	Intervalo de confiança assíptótico a 95%	
				Limite inferior	Limite Superior
M1	0,851	0,041	0,002	0,829	0,930
M2	0,808	0,038	0,000	0,205	0,355

Nota: A variável ou variáveis de resultado de teste: M1, M2 possuem pelo menos um empate entre o grupo de estado real positivo e o grupo de estado real negativo. As estatísticas podem ser enviesadas; <sup>a</sup> Sob a suposição não paramétrica; <sup>b</sup> Hipótese nula: área verdadeira = 0,5.

## ANEXO 16. Medidas de consistência interna

Tabela 18 - Medidas de consistência interna – Alpha de Cronbach

Dimensões	Alpha de Cronbach		
	$\alpha$	Itens padronizados	Observações
Interpretação	0,800	0,806	Boa
Influência	0,869	0,868	Boa
Intenção	0,932	0,932	Muito boa
Impacto	0,807	0,817	Boa
Total	0,956	0,958	Muito boa

## ANEXO 17. Testes de medição para o modelo conceptual e comparação entre grupos

Tabela 19 - Testes de aderência à normalidade

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Q1	0,327	211	0,000	0,787	211	0,000
Q2	0,347	211	0,000	0,762	211	0,000
Q3	0,176	211	0,000	0,898	211	0,000
Q5	0,288	211	0,000	0,853	211	0,000
Q7	0,251	211	0,000	0,889	211	0,000
Q8	0,307	211	0,000	0,835	211	0,000
Q9	0,264	211	0,000	0,864	211	0,000
Q10	0,266	211	0,000	0,851	211	0,000
Q11	0,189	211	0,000	0,860	211	0,000
Q12	0,243	211	0,000	0,894	211	0,000
Q14	0,189	211	0,000	0,907	211	0,000
Q15	0,225	211	0,000	0,888	211	0,000
Q16	0,194	211	0,000	0,902	211	0,000
Q17	0,257	211	0,000	0,834	211	0,000
Q18	0,216	211	0,000	0,870	211	0,000
Q19	0,246	211	0,000	0,897	211	0,000
Q21	0,225	211	0,000	0,883	211	0,000
Q23	0,196	211	0,000	0,907	211	0,000
Q25	0,206	211	0,000	0,892	211	0,000
Q26	0,248	211	0,000	0,868	211	0,000
Q29	0,248	211	0,000	0,886	211	0,000
Q31	0,257	211	0,000	0,876	211	0,000
Q33	0,239	211	0,000	0,844	211	0,000
Q34	0,290	211	0,000	0,868	211	0,000
Q38	0,241	211	0,000	0,870	211	0,000

## ANEXO 18. Análise Descritiva e Correlacional

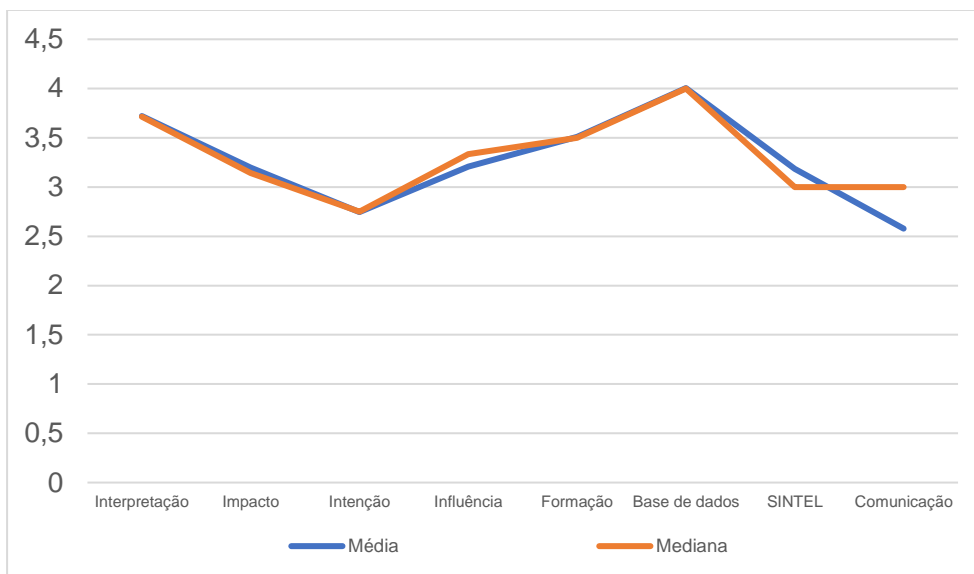


Figura 14. Valores médios e medianos dos fatores

Tabela 20 - Estatística descritiva dos fatores

Fator	M	Md	DP	As.	EP As.	K	EP K	Mín.	Máx.
Interpretação	3,72	3,71	0,69	-0,749	0,167	2,285	0,33	1	5
Impacto	3,1970	3,1429	0,81	-0,369	0,167	0,985	0,33	1	5
Intenção	2,7453	2,7500	0,98227	0,259	0,167	-0,386	0,33	1	5
Influência	3,2085	3,3333	0,89010	-0,245	0,167	0,136	0,33	1	5
Formação	3,5095	3,5000	0,97585	-0,520	0,167	-0,099	0,33	1	5
Base de dados	4,0047	4,0000	0,85911	-1,146	0,167	1,723	0,33	1	5
SINTEL	3,1848	3,0000	0,95067	-0,311	0,167	0,310	0,33	1	5

Notas: M=média; Md=Mediana; Dp=Desvio-padrão; As=Assimetria; EP As=Erro padrão da assimetria; K = Curtose; EP K = Erro padrão curtose; Min=Mínimo; Máx=Máximo

Tabela 21 - Médias, desvios-padrão, mediana, modas e coeficientes de correlação de Spearman

Variáveis	M	DP	Md	Mo	1. Idade	2. Género	3. Habilitações Literárias	4. Funções atuais	5. Posto	6. Familiarização com o POI	7. Nível de conhecimento	8. Interpretação	9. Impacto	10. Intenção	11. Influência	12. Formação	13. Base de dados	14. SINTEL	15. Comunicação	
1. Idade	38,95	8,917	38	29	1															
2. Género				2	0,145*	1														
3. Habilitações Literárias				2	-0,164*	-0,197**	1													
4. Funções atuais				2	0,250**	-0,187**	0,140*	1												
5. Posto				2	0,746**	0,046	0,095	0,498**	1											
6. Familiarização com o POI				1	-0,059	-0,097	0,033	-0,019	-0,028	1										
7. Nível de conhecimento	2,75	0,786	3	3	0,12	0,069	0,104	0,091	0,148*	-0,654**	1									
8. Interpretação	3,72	0,691	3,71	4	0,163*	-0,071	0,095	0,189**	0,243**	-0,302**	0,362**	1								
9. Impacto	3,1970	0,81110	3,1429	3	0,088	-0,11	0,039	0,047	0,086	-0,178**	0,225**	0,628**	1							
10. Intenção	2,7453	0,98227	2,75	2,75	0,168*	-0,015	0,143*	0,216**	0,215**	-0,292**	0,316**	0,429**	0,533**	1						
11. Influência	3,2085	0,8901	3,33	3	0,132	-0,02	0,079	0,179**	0,204**	-0,287**	0,319**	0,644**	0,594**	0,592**	1					
12. Formação	3,5095	0,97585	3,5	4	-0,079	-0,008	0,021	0,043	0,028	-0,184**	0,322**	0,394**	0,312**	0,174*	0,28**	1				
13. Base de dados	4,0047	0,85911	4	4	-0,081	-0,003	0,019	-0,068	-0,065	-0,084	0,11	0,205**	0,145*	0,135	0,137*	0,256**	1			
14. SINTEL	3,1848	0,95067	3	3	0,019	0,123	0,084	-0,009	0,038	-0,053	0,016	0,060	0,137*	0,207**	0,110	-0,001	-0,12	1		
15. Comunicação	2,5782	1,23338	3	1	-0,045	0,46	0,014	-0,038	-0,027	0,054	-0,045	0,086	0,019	-0,021	0,052	-0,027	-0,035	-0,084	1	

Nota:\*. A correlação é significativa no nível de significância 5%; \*\*. A correlação é significativa no nível de significância 1%. Género: 2- Masculino; Habilitações literárias: 2- Ensino Secundário; Funções atuais: 2 – Serviço operacional; Posto: 2 – Agente principal; 3- Familiarização com o conceito POI: 1 - Sim

### ANEXO 19. Testes de medição concetual

Tabela 22 - Resultados para o modelo inicial (Coeficientes beta *standardizados*/padronizados)

	M1	M2
Impacto	0,685*	0,412*
Influência		0,405*
R <sup>2</sup>	0,470	0,559
R <sup>2</sup> <i>adjusted</i>	0,467	0,555
R <sup>2</sup> <i>change</i>	0,470	0,090**
F	185,108*	131,944*
Durbin Watson		1,559

Tabela 23 - Resultados para o modelo pós-AFE (Coeficientes beta *standardizados* / padronizados)

	M1	M2	M3	M4
Impacto	0,685*	0,412*	0,37*	0,354*
Influência		0,405*	0,382*	0,367*
Formação			0,174*	0,15*
Base de dados				0,143*
R <sup>2</sup>	0,47	0,559	0,586	0,604
R <sup>2</sup> <i>adjusted</i>	0,467	0,555	0,458	0,597
R <sup>2</sup> <i>change</i>	0,47	0,9	0,027	0,019
F	185,108*	131,944*	97,583*	78,708*
Durbin Watson				1,586

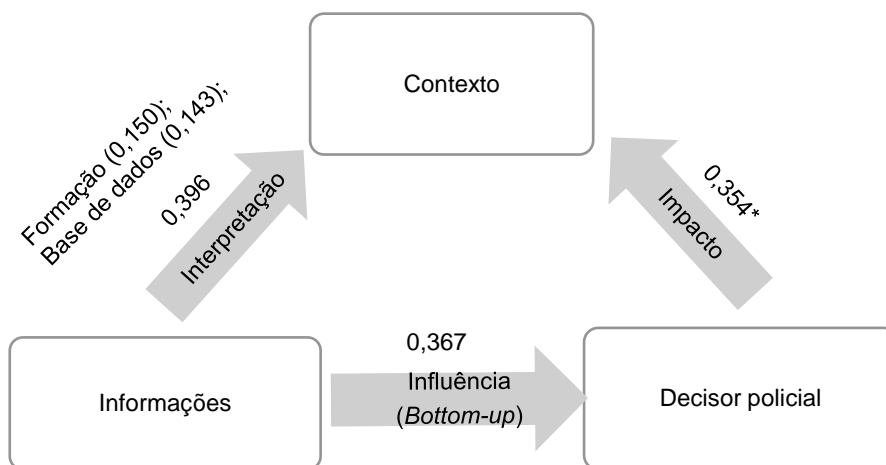


Figura 15. Medição do modelo conceitual pós-AFE

## ANEXO 20. Análise Comparativa Intra-Grupos de Dimensões

Tabela 24 - Medidas descritivas e teste Mann-Whitney para o género

	Género	n	M	DP	Mann-Whitney	
					U	p-value
Interpretação	F	30	3,8095	0,77644	2399,5	0,307
	M	181	3,7064	0,67658		
Impacto	F	30	3,4429	0,83582	2224,5	0,111
	M	181	3,1563	0,80202		
Intenção	F	30	2,7667	0,83803	2647	0,826
	M	181	2,7417	1,0062		
Influência	F	30	3,2889	0,96185	2624	0,767
	M	181	3,1952	0,87979		
Formação	F	30	3,5	1,13715	2681	0,911
	M	181	3,511	0,95008		
Base de dados	F	30	3,9667	0,99943	2702	0,963
	M	181	4,011	0,83659		
SINTEL	F	30	2,9	0,95953	2203,5	0,075
	M	181	3,232	0,94356		
Comunicação	F	30	2,4333	1,30472	2517	0,509
	M	181	2,6022	1,22329		

Tabela 25 - Medidas descritivas e teste Kruskal-Wallis para as habilitações literárias

	Habilitações Literárias	n	M	DP	Kruskall-Wallis		
					H	gl	p-value
Interpretação	Básico	2	3,8571	0,60609	6,673	4	0,154
	Secundário	181	3,7056	0,67883			
	Licenciatura	18	3,6746	0,83559			
	Mestrado	8	4,2143	0,54532			
	Outros	2	3,4286	0,80812			
Impacto	Básico	2	3,3571	0,50508	0,957	4	0,916
	Secundário	181	3,1934	0,79235			
	Licenciatura	18	3,0873	1,06357			
	Mestrado	8	3,4286	0,80087			
	Outros	2	3,4286	0,60609			
Intenção	Básico	2	2,875	0,17678	8,794	4	0,066
	Secundário	181	2,6851	0,96191			
	Licenciatura	18	2,8889	1,13183			
	Mestrado	8	3,75	0,85565			
	Outros	2	2,75	0,000			
Influência	Básico	2	3,1667	0,2357	5,325	4	0,256
	Secundário	181	3,1897	0,87995			
	Licenciatura	18	3,1852	1,08599			
	Mestrado	8	3,7917	0,73328			
	Outros	2	2,8333	0,2357			
Formação	Básico	2	4,25	0,3533	3,548	4	0,471
	Secundário	181	3,489	0,96315			
	Licenciatura	18	3,6944	0,98726			
	Mestrado	8	3,5	1,38873			
	Outros	2	3	0,70711			
Base de dados	Básico	2	4,5	0,70711	4,629	4	0,328
	Secundário	181	3,989	0,85628			
	Licenciatura	18	4,1667	1,09813			
	Mestrado	8	4	0,000			

	Outros	2	3,5	0,70711			
	Básico	2	3	0,000			
SINTEL	Secundário	181	3,1657	0,92804			
	Licenciatura	18	3,0556	1,25895	6,17	4	0,187
	Mestrado	8	3,875	0,64087			
	Outros	2	3,5	0,70711			
Comunicação	Básico	2	2,5	0,70711			
	Secundário	181	2,5801	1,21584			
	Licenciatura	18	2,2222	1,30859	4,081	4	0,395
	Mestrado	8	3,125	1,55265			
	Outros	2	3,5	0,70711			

Tabela 26 - Medidas descritivas e teste Kruskal-Wallis para as funções atuais

	Funções atuais	n	M	DP	Kruskal-Wallis		
					H	gl	p-value
Interpretação	Serviço operacional	163	3,667	0,67811			
	Serviço administrativo	24	3,6905	0,82836	0,051	1	0,822
Impacto	Serviço operacional	163	3,1709	0,83176			
	Serviço administrativo	24	3,2619	0,82191	0,372	1	0,542
Intenção	Serviço operacional	163	2,6472	0,95651			
	Serviço administrativo	24	2,6771	0,88305	0,179	1	0,672
Influência	Serviço operacional	163	3,1452	0,88815			
	Serviço administrativo	24	3,0139	0,83104	0,434	1	0,51
Formação	Serviço operacional	163	3,5092	0,9501			
	Serviço administrativo	24	3,0833	1,01795	3,879	1	0,049
Base de dados	Serviço operacional	163	4,0245	0,88157			
	Serviço administrativo	24	3,8333	0,91683	1,522	1	0,217
SINTEL	Serviço operacional	163	3,1902	0,97216			
	Serviço administrativo	24	3,00	0,65938	1,573	1	0,21
Comunicação	Serviço operacional	163	2,6012	1,23997			
	Serviço administrativo	24	2,5833	1,13890	0,008	1	0,93

Tabela 27 - Teste de homogeneidade das variâncias – Teste Levene para as funções atuais

		Estadística de Levene	df1	df2	Sig.
Interpretação	Com base em média	1,803	2	208	0,167
	Com base em mediana	1,797	2	208	0,168
	Com base em mediana e com df ajustado	1,797	2	198,865	0,168
	Com base em média aparada	1,832	2	208	0,163
Impacto	Com base em média	0,182	2	208	0,834
	Com base em mediana	0,249	2	208	0,78
	Com base em mediana e com df ajustado	0,249	2	203,887	0,78
	Com base em média aparada	0,206	2	208	0,814
Intenção	Com base em média	0,083	2	208	0,92
	Com base em mediana	0,068	2	208	0,934
	Com base em mediana e com df ajustado	0,068	2	203,22	0,934

Influência	Com base em média aparada	0,061	2	208	0,941
	Com base em média	0,988	2	208	0,374
	Com base em mediana	1,295	2	208	0,276
	Com base em mediana e com df ajustado	1,295	2	207,485	0,276
Formação	Com base em média aparada	1,062	2	208	0,348
	Com base em média	0,151	2	208	0,86
	Com base em mediana	0,193	2	208	0,825
	Com base em mediana e com df ajustado	0,193	2	206,197	0,825
Base de dados	Com base em média aparada	0,248	2	208	0,78
	Com base em média	1,792	2	208	0,169
	Com base em mediana	1,649	2	208	0,195
	Com base em mediana e com df ajustado	1,649	2	204,905	0,195
SINTEL	Com base em média aparada	1,55	2	208	0,215
	Com base em média	2,893	2	208	0,058
	Com base em mediana	1,567	2	208	0,211
	Com base em mediana e com df ajustado	1,567	2	200,918	0,211
Comunicação	Com base em média aparada	3,062	2	208	0,049
	Com base em média	0,636	2	208	0,531
	Com base em mediana	0,406	2	208	0,667
	Com base em mediana e com df ajustado	0,406	2	207,057	0,667
	Com base em média aparada	0,623	2	208	0,537

Tabela 28 - Comparações múltiplas das funções atuais - Teste Scheffé

Variável dependente	(I) 4. Funções atuais	(J) 4. Funções atuais	Diferença média (I-J)	Erro	Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
							Limite inferior	Limite superior
Interpretação	Serviço operacional	Serviço administrativo	-0,02352	0,14842	0,988	-0,3894	0,3424	
		Chefia/comando	-0,45209*	0,14842	0,011	-0,818	-0,0862	
	Serviço administrativo	Serviço operacional	0,02352	0,14842	0,988	-0,3424	0,3894	
		Chefia/comando	-0,42857	0,19597	0,094	-0,9117	0,0546	
	Chefia/comando	Serviço operacional	0,45209*	0,14842	0,011	0,0862	0,818	
		Serviço administrativo	0,42857	0,19597	0,094	-0,0546	0,9117	
Impacto	Serviço operacional	Serviço administrativo	-0,09100	0,17785	0,877	-0,5295	0,3475	
		Chefia/comando	-0,13862	0,17785	0,738	-0,5771	0,2999	
	Serviço administrativo	Serviço operacional	0,09100	0,17785	0,877	-0,3475	0,5295	
		Chefia/comando	-0,04762	0,23483	0,98	-0,6266	0,5313	
	Chefia/comando	Serviço operacional	0,13862	0,17785	0,738	-0,2999	0,5771	
		Serviço administrativo	0,04762	0,23483	0,98	-0,5313	0,6266	
Intenção	Serviço operacional	Serviço administrativo	-0,02984	0,20787	0,99	-0,5423	0,4826	
		Chefia/comando	-0,83193*	0,20787	0	-1,3444	-0,3194	
	Serviço administrativo	Serviço operacional	0,02984	0,20787	0,99	-,4826	0,5423	
		Chefia/comando	-0,80208*	0,27446	0,015	-1,4788	-0,1254	
	Chefia/comando	Serviço operacional	0,83193*	0,20787	0	0,3194	1,3444	
		Serviço administrativo	0,80208*	0,27446	0,015	0,1254	1,4788	

Influência	Serviço operacional	Serviço administrativo	0,13131	0,18901	0,786	-0,3347	0,5973
		Chefia/comando	-0,68814*	0,18901	0,002	-1,1541	-0,2221
	Serviço administrativo	Serviço operacional	-0,13131	0,18901	0,786	-0,5973	0,3347
		Chefia/comando	-0,81944*	0,24956	0,005	-1,4347	-0,2042
	Chefia/comando	Serviço operacional	0,68814*	0,18901	0,002	0,2221	1,1541
		Serviço administrativo	0,81944*	0,24956	0,005	0,2042	1,4347
Formação	Serviço operacional	Serviço administrativo	0,42587	0,20963	0,13	-0,091	0,9427
		Chefia/comando	-0,42830	0,20963	0,127	-0,9451	0,0886
	Serviço administrativo	Serviço operacional	-0,42587	0,20963	0,13	-0,9427	0,091
		Chefia/comando	-0,85417*	0,27679	0,01	-1,5366	-,1717
	Chefia/comando	Serviço operacional	0,4283	0,20963	0,127	-0,0886	0,9451
		Serviço administrativo	0,85417*	0,27679	0,01	0,1717	1,5366
Base de dados	Serviço operacional	Serviço administrativo	0,19121	0,18824	0,598	-0,2729	0,6553
		Chefia/comando	-0,01713	0,18824	0,996	-0,4812	0,447
	Serviço administrativo	Serviço operacional	-0,19121	0,18824	0,598	-0,6553	0,2729
		Chefia/comando	-0,20833	0,24855	0,704	-0,8211	0,4045
	Chefia/comando	Serviço operacional	0,01713	0,18824	0,996	-0,4470	0,4812
		Serviço administrativo	0,20833	0,24855	0,704	-0,4045	0,8211
SINTEL	Serviço operacional	Serviço administrativo	0,19018	0,2081	0,659	-0,3229	0,7033
		Chefia/comando	-0,14315	0,2081	0,79	-0,6562	0,3699
	Serviço administrativo	Serviço operacional	-0,19018	0,2081	0,659	-0,7033	0,3229
		Chefia/comando	-0,33333	0,27477	0,48	-1,0108	0,3441
	Chefia/comando	Serviço operacional	0,14315	0,2081	0,79	-0,3699	0,6562
		Serviço administrativo	0,33333	0,27477	0,48	-0,3441	1,0108
Comunicação	Serviço operacional	Serviço administrativo	0,01789	0,27065	0,998	-0,6494	0,6852
		Chefia/comando	0,18456	0,27065	0,793	-0,4827	0,8518
	Serviço administrativo	Serviço operacional	-0,01789	0,27065	0,998	-0,6852	0,6494
		Chefia/comando	0,16667	0,35736	0,897	-0,7144	1,0477
	Chefia/comando	Serviço operacional	-0,18456	0,27065	0,793	-0,8518	0,4827
		Serviço administrativo	-0,16667	0,35736	0,897	-1,0477	0,7144

Nota: \*. A diferença média é significativa no nível 0,05

Tabela 29 - Medidas descritivas e teste Kruskal-Wallis para o posto

	Posto	n	M	DP	Kruskall-Wallis		
					H	gl	p-value
Interpretação	Agente	104	3,6003	0,70686	14,407	2	0,001
	Agente Principal	66	3,71	0,69081			
	Chefe	31	3,977	0,54097			
	Chefe Principal	1	5	-			
	Subcomissário	5	4,0286	0,52876			
	Comissário	3	4,381	0,32991			
	Subintendente	1	4,2857	-			
Impacto	Agente	104	3,1415	0,81289	0,659	2	0,719
	Agente Principal	66	3,2186	0,89871			
	Chefe	31	3,2442	0,61963			
	Chefe Principal	1	4,8571	-			
	Subcomissário	5	3,1429	0,63084			
	Comissário	3	3,5238	0,59476			
	Subintendente	1	3,7143	-			
Intenção	Agente	104	2,5745	0,8511	10,165	2	0,006
	Agente Principal	66	2,7765	1,068			
	Chefe	31	2,9355	1,09538			
	Chefe Principal	1	4,25	-			
	Subcomissário	5	3,45	0,87321			
	Comissário	3	3,8333	0,14434			
	Subintendente	1	4,25	-			
Influência	Agente	104	3,0994	0,86883	11,919	2	0,003
	Agente Principal	66	3,1465	0,92474			
	Chefe	31	3,4946	0,83387			
	Chefe Principal	1	4,6667	-			
	Subcomissário	5	3,5333	0,69121			
	Comissário	3	3,8889	0,19245			
	Subintendente	1	4,6667	-			
Formação	Agente	104	3,5962	0,93237	9,458	2	0,009
	Agente Principal	66	3,1212	1,00789			
	Chefe	31	3,8871	0,80322			
	Chefe Principal	1	5	-			
	Subcomissário	5	3,6	1,14018			
	Comissário	3	4,1667	0,28868			
	Subintendente	1	4,5	-			
Base de dados	Agente	104	4,0577	0,89037	0,259	2	0,879
	Agente Principal	66	3,8939	0,91364			
	Chefe	31	4	0,7303			
	Chefe Principal	1	5	-			
	Subcomissário	5	4	0			
	Comissário	3	4	0			
	Subintendente	1	5	-			
SINTEL	Agente	104	3,1827	0,94267	3,869	2	0,145
	Agente Principal	66	3,0758	0,99708			
	Chefe	31	3,2581	0,92979			
	Chefe Principal	1	4	-			
	Subcomissário	5	4	0,70711			
	Comissário	3	3,3333	0,57735			
	Subintendente	1	3	-			
Comunicação	Agente	104	2,5962	1,22688	3,194	2	0,203
	Agente Principal	66	2,6364	1,17193			
	Chefe	31	2,3548	1,27928			
	Chefe Principal	1	1	-			
	Subcomissário	5	3	1,41421			
	Comissário	3	3,3333	2,08167			

Subintendente 1 1 -

Tabela 30 - Teste de homogeneidade das variâncias – Teste Levene para o Posto

		Estadística de Levene	df1	df2	Sig.
Interpretação	Com base em média	1,478	2	207	0,23
	Com base em mediana	1,407	2	207	0,247
	Com base em mediana e com df ajustado	1,407	2	201,979	0,247
	Com base em média aparada	1,346	2	207	0,263
Intenção	Com base em média	1,775	2	207	0,172
	Com base em mediana	2,158	2	207	0,118
	Com base em mediana e com df ajustado	2,158	2	206,924	0,118
Influência	Com base em média aparada	1,84	2	207	0,161
	Com base em média	1,39	2	207	0,251
	Com base em mediana	1,212	2	207	0,3
	Com base em mediana e com df ajustado	1,212	2	205,940	0,3
Formação	Com base em média aparada	1,40	2	207	0,249
	Com base em média	1,984	2	207	0,14
	Com base em mediana	2,357	2	207	0,097
	Com base em mediana e com df ajustado	2,357	2	205,656	0,097
	Com base em média aparada	2,233	2	207	0,11

Tabela 31 - Comparações múltiplas do posto - Teste Scheffé

Variável dependente	(I) P2	(J) P2	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95% Limite inferior	Intervalo de Confiança 95% Limite superior
Interpretação	Agentes	Chefes	-0,36607*	0,13027	0,021	-0,6872	-0,0449
		Oficiais	-0,51786	0,24456	0,109	-1,1208	0,0851
	Chefes	Agentes	0,36607*	0,13027	0,021	0,0449	0,6872
		Oficiais	-0,15179	0,26722	0,851	-0,8106	0,5071
	Oficiais	Agentes	0,51786	0,24456	0,109	-0,0851	1,1208
		Chefes	0,15179	0,26722	0,851	-0,5071	0,8106
Intenção	Agentes	Chefes	-0,32362	0,18531	0,22	-0,7805	0,1333
		Oficiais	-0,94081*	0,34791	0,028	-1,7986	-0,083
	Chefes	Agentes	0,32362	0,18531	0,22	-0,1333	0,7805
		Oficiais	-0,61719	0,38013	0,27	-1,5544	0,3201
	Oficiais	Agentes	0,94081*	0,34791	0,028	0,083	1,7986
		Chefes	0,61719	0,38013	0,27	-0,3201	1,5544
Influência	Agentes	Chefes	-0,4136	0,16827	0,051	-0,8285	0,0013
		Oficiais	-0,54902	0,31591	0,223	-1,3279	0,2299
	Chefes	Agentes	0,4136	0,16827	0,051	-0,0013	0,8285
		Oficiais	-0,13542	0,34517	0,926	-0,9865	0,7156
	Oficiais	Agentes	0,54902	0,31591	0,223	-0,2299	1,3279
		Chefes	0,13542	0,34517	0,926	-0,7156	0,9865
Formação	Agentes	Chefes	-0,51011*	0,1852	0,024	-0,9667	-0,0535
		Oficiais	-0,40074	0,3477	0,516	-1,258	0,4565
	Chefes	Agentes	0,51011*	0,1852	0,024	0,0535	0,9667
		Oficiais	0,10938	0,3799	0,959	-0,8273	1,046
	Oficiais	Agentes	0,40074	0,3477	0,516	-0,4565	1,258
		Chefes	-0,10938	0,3799	0,959	-1,046	0,8273

Nota: \*. A diferença média é significativa no nível 0,05.

Tabela 32 - Medidas descritivas e teste Mann-Whitney para a familiarização com o POI

	Familiarização com o POI	n	M	DP	Mann-Whitney			Significância Sig. (bilateral)
					U	Wilcoxon W	Z	
Interpretação	Sim	162	3,8139	0,71386	2337,5	3562,5	-4,371	0,00
	Não	49	3,414	0,50191				
Impacto	Sim	162	3,2531	0,85184	3009,9	4234	-2,577	0,01
	Não	49	3,0117	0,6314				
Intenção	Sim	162	2,9028	0,99191	2388	3613	-4,235	0,00
	Não	49	2,2245	0,74869				
Influência	Sim	162	3,3292	0,91078	2424,5	3649,5	-4,164	0,00
	Não	49	2,8095	0,68718				
Formação	Sim	162	3,5988	0,97935	2989	4214	-2,660	0,008
	Não	49	3,2143	0,91287				
Base de dados	Sim	162	4,037	0,8553	3559,5	4784,5	-1,222	0,222
	Não	49	3,898	0,8719				
SINTEL	Sim	162	3,216	0,94389	3703	4928	-0,766	0,444
	Não	49	3,0816	0,97546				
Comunicação	Sim	162	2,537	1,28604	3688	16891	-0,776	0,438
	Não	49	2,7143	1,04083				

Tabela 33 - Medidas descritivas e teste Kruskal-Wallis para o nível de conhecimento

	Nível de conhecimento	n	M	DP	Kruskal-Wallis		
					H	gl	p-value
Interpretação	Nenhum	14	3,2245	0,40683	29,486	3	0
	Pouco	56	3,5587	0,55514			
	Moderado	110	3,7558	0,74126			
	Muito	31	4,1152	0,61325			
Impacto	Nenhum	14	2,898	0,50873	10,723	3	0,013
	Pouco	56	3,0638	0,63592			
	Moderado	110	3,2519	0,87099			
	Muito	31	3,3779	0,93572			
Intenção	Nenhum	14	2,0893	0,81221	21,391	3	0
	Pouco	56	2,4286	0,74577			
	Moderado	110	2,8364	0,98523			
	Muito	31	3,2903	1,09373			
Influência	Nenhum	14	2,5476	0,81237	22,041	3	0
	Pouco	56	2,9881	0,64185			
	Moderado	110	3,3000	0,91977			
	Muito	31	3,5806	0,98119			
Formação	Nenhum	14	3	1,1266	22,225	3	0
	Pouco	56	3,1786	0,79446			
	Moderado	110	3,6409	0,96292			
	Muito	31	3,8710	1,03254			
Base de dados	Nenhum	14	3,5	0,75955	13,812	3	0,003
	Pouco	56	4,1429	0,79609			
	Moderado	110	3,9182	0,87924			
	Muito	31	4,2903	0,82436			
SINTEL	Nenhum	14	3,1429	1,23146	0,542	3	0,909
	Pouco	56	3,1250	0,81044			
	Moderado	110	3,2545	0,90297			
	Muito	31	3,0645	1,20928			
Comunicação	Nenhum	14	2,7857	0,80178	1,2	3	0,753
	Pouco	56	2,6786	1,17716			
	Moderado	110	2,4909	1,26886			
	Muito	31	2,6129	1,38269			

Tabela 34 - Teste Levene sobre o conhecimento do tema

		Estadística de Levene	df1	df2	Sig.
Interpretação	Com base em média	0,910	3	207	0,437
	Com base em mediana	0,704	3	207	0,551
	Com base em mediana e com df ajustado	0,704	3	173,269	0,551
Impacto	Com base em média aparada	0,804	3	207	0,493
	Com base em média	2,861	3	207	0,038
	Com base em mediana	3,22	3	207	0,024
Influência	Com base em mediana e com df ajustado	3,22	3	196,374	0,024
	Com base em média aparada	2,834	3	207	0,039
	Com base em média	2,711	3	207	0,046
Base de dados	Com base em mediana	2,535	3	207	0,058
	Com base em mediana e com df ajustado	2,535	3	190,132	0,058
	Com base em média aparada	2,547	3	207	0,057
Base de dados	Com base em média	0,395	3	207	0,757
	Com base em mediana	0,412	3	207	0,744
	Com base em mediana e com df ajustado	0,412	3	197,185	0,744
	Com base em média aparada	1,002	3	207	0,393

Tabela 35 - Comparações múltiplas para o conhecimento sobre o tema

Variável dependente	Teste	(I) 7. Como classifica o seu conhecimento sobre o tema?	(J) 7. Como classifica o seu conhecimento sobre o tema?	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
							Limite inferior	Limite superior
Interpretação	Scheffé	Nenhum	Pouco	-0,33418	0,19733	0,414	-0,8904	0,222
			Moderado	-0,53135*	0,18739	0,048	-1,0595	-0,0032
			Muito	-0,89072*	0,21265	0,001	-1,4901	-0,2913
		Pouco	Nenhum	0,33418	0,19733	0,414	-0,222	0,8904
			Moderado	-0,19717	0,10841	0,349	-0,5027	0,1084
			Muito	-0,55653*	0,14784	0,003	-0,9732	-0,1398
		Moderado	Nenhum	0,53135*	0,18739	0,048	0,0032	1,0595
			Pouco	0,19717	0,10841	0,349	-0,1084	0,5027
			Muito	-0,35936	0,13429	0,07	-0,7379	0,0191
		Muito	Nenhum	0,89072*	0,21265	0,001	0,2913	1,4901
			Pouco	0,55653*	0,14784	0,003	0,1398	0,9732
			Moderado	0,35936	0,13429	0,07	-0,0191	0,7379
Base de dados	Scheffé	Nenhum	Pouco	-0,64286	0,25181	0,092	-1,3526	0,0669
			Moderado	-0,41818	0,23913	0,385	-1,0922	0,2558
			Muito	-0,79032*	0,27136	0,040	-1,5552	-0,0255
		Pouco	Nenhum	0,64286	0,25181	0,092	-0,0669	1,3526
			Moderado	0,22468	0,13834	0,453	-0,1653	0,6146
			Muito	-0,14747	0,18866	0,894	-0,6792	0,3843
		Moderado	Nenhum	0,41818	0,23913	0,385	-0,2558	1,0922
			Pouco	-0,22468	0,13834	0,453	-0,6146	0,1653
			Muito	-0,37214	0,17136	0,197	-0,8551	0,1109
		Muito	Nenhum	0,79032*	0,27136	0,04	0,0255	1,5552
			Pouco	0,14747	0,18866	0,894	-0,3843	0,6792
			Moderado	0,37214	0,17136	0,197	-0,1109	0,8551
Impacto	Games-Howell	Nenhum	Pouco	-0,16582	0,16033	0,731	-0,6078	0,2761
			Moderado	-0,35399	0,15932	0,146	-0,7933	0,0854
			Muito	-0,47992	0,21617	0,135	-1,0586	0,0987
		Pouco	Nenhum	0,16582	0,16033	0,731	-0,2761	0,6078
			Moderado	-0,18817	0,11882	0,391	-0,497	0,1207
			Muito	-0,3141	0,18832	0,352	-0,8162	0,188
		Moderado	Nenhum	0,35399	0,15932	0,146	-0,0854	0,7933

		Pouco	0,18817	0,11882	0,391	-0,1207	0,497	
		Muito	-0,12593	0,18746	0,907	-0,6257	0,3739	
		Nenhum	0,47992	0,21617	0,135	-0,0987	1,0586	
	Muito	Pouco	0,3141	0,18832	0,352	-0,188	0,8162	
		Moderado	0,12593	0,18746	0,907	-0,3739	0,6257	
		Pouco	-0,44048	0,23344	0,27	-1,103	0,222	
	Nenhum	Moderado	-0,75238*	0,23416	0,023	-1,4159	-0,0889	
		Muito	-1,03303*	0,27963	0,005	-1,7932	-0,2728	
		Nenhum	0,44048	0,23344	0,27	-0,222	1,103	
	Pouco	Moderado	-0,3119	0,12267	0,058	-0,6306	0,0068	
		Muito	-0,59255*	0,19599	0,021	-1,1156	-0,0695	
		Nenhum	0,75238*	0,23416	0,023	0,0889	1,4159	
Influência	Games- Howell	Moderado	Pouco	0,3119	0,12267	0,058	-0,0068	0,6306
			Muito	-0,28065	0,19684	0,49	-0,8054	0,2441
			Nenhum	1,03303*	0,27963	0,005	0,2728	1,7932
	Muito	Pouco	0,59255*	0,19599	0,021	0,0695	1,1156	
		Moderado	0,28065	0,19684	0,490	-0,2441	0,8054	

Nota: \*. A diferença média é significativa no nível 0,05.

## **ANEXO 21. Quadro categorial para análise de conteúdo das entrevistas**

**1. Interpretação do contexto:** nesta categoria foram incluídas todas as informações relativas à produção informacional da SInfo, desde o tipo de fontes utilizadas (policiais ou não), atividade e produto final.

- 1.1. Fontes de informações policiais: nesta subcategoria inserem-se as informações relativas à utilização de fontes policiais, dentro e fora da PSP;
- 1.2. Fontes de informações não policiais: informação referente à utilização de fontes informacionais distintas da subcategoria anterior;
- 1.3. Atividade: esta subcategoria inclui informações sobre o tipo de atividade desenvolvida pela SInfo, bem como o tipo de informações produzidas.

**2. Relação entre decisor policial e SInfo:** esta categoria engloba toda a informação recolhida sobre a relação entre decisor policial e SInfo, mais propriamente sobre a comunicação de intenções pelo primeiro, e a influência exercida pelo segundo.

- 2.1. Influência: informação referente à responsabilidade da SInfo em satisfazer as necessidades informacionais do decisor policial;
- 2.2. Intenção: nesta subcategoria inserem-se as informações relativas à responsabilidade do decisor policial em orientar a atividade da SInfo.

**3. Garantia de Segurança:** nesta categoria foram incluídas todas as informações referentes à utilização das informações na garantia da segurança.

- 3.1. Objetivo das informações: nesta subcategoria inserem-se as informações relativas às áreas de responsabilidade policial sobre as quais incide a produção informacional da SInfo;
- 3.2. Utilidade das informações para garantia da segurança: informação referente à utilização das informações da SInfo no desempenho da missão policial.

## ANEXO 22. Grelha categorial para análise de conteúdo das entrevistas

TEMA PRINCIPAL	TEMA SECUNDÁRIO	TEXTOS
Interpretação do contexto (1)	Fontes de informações policiais (1.1)	<p>Eles fazem também a triagem e o estudo dos relatórios do Oficial de Serviço, a análise dos relatórios do supervisor e das ocorrências do carro patrulha, porque nem todas as ocorrências que vêm nos relatórios, são expressas em expediente. Eles analisam esses relatórios para ver se há alguma informação que seja importante para eles e/ou para a IC, seja para juntar a uma informação que a SInfo esteja a trabalhar, seja para ajudar a IC nalguma investigação, seja para informar o comando sobre algo. (A1)</p> <p>A ideia é rentabilizarmos o esforço de pesquisa em especial na internet e nas redes sociais e depois, claro, tudo o que se passa nos OCS e muitas vezes do que é extraído do expediente, porque eles estão atentos ao expediente policial que constitui outro maná de informação para eles e para redireccionarem o seu esforço de pesquisa sempre que há determinado tipo de furtos, ou alguma sequencia ou padrão ao nível de roubos ou outro tipo de criminalidade e que eles, automaticamente, muitas vezes até vêm eles por iniciativa própria apresentar relatórios de informação quando nós, por não estarmos atentos a esse nível de pormenorização em encontrar padrões na criminalidade porque pronto, temos outras funções. (A2)</p> <p>Era feito uma avaliação de risco, em que a SInfo e a ET iam ao local da prova, e faziam avaliação de risco àquela prova. (B1)</p> <p>Tal como as informações dadas informalmente, pelos próprios elementos policiais (que retiravam informação do desempenho das suas funções), ou pelo contacto</p>

com as equipas de proximidade, porque como trabalhavam diretamente com a comunidade, conheciam bem as pessoas dessa comunidade. (B2)

Em Sintra a SInfo participava numa reunião de coordenação semanal que incluía todos os coordenadores MIPP de todas as esquadras da Divisão, e o chefe da brigada de IC dos crimes contra património da EIC (porque uma das preocupações do comandante eram os roubos em Sintra). Portanto, serviços de informações, sistema de IC e MIPP, todos à mesma mesa, num ritual semanal obrigatório, incontornável e inquestionável. E acabou por ser inquestionável porque obviamente que eles retiraram daí vantagens, de todas as vertentes. (B3)

Em termos de SEI sinto-me à vontade em fazer as várias pesquisas que são necessárias ao nível do SEI.... Utilizamos também fontes abertas, SCOT etc. (C1)

E com o pouco que nos chega da rua por parte dos patrulheiros. Já houve mais partilha de informação, atualmente não (...) Quando tínhamos carro era mais fácil, havia mais partilha de informação. Íamos aos postos da GNR e pedíamos informação que nos eram dadas. E nessa altura até era mais fácil recolher informação junto da GNR do que dentro da própria PSP. Na PSP atendiam muito a burocracias, se pedíamos informações perguntavam logo porque e só podiam partilhar se houvesse autorização superior, e para obter essa autorização levava tempo. Na GNR ou na Polícia Municipal não, íamos lá e eles até nos deixavam aceder aos computadores e sistemas deles para pesquisar o que quiséssemos, não dificultavam a pesquisa com burocracias. [Atualmente], Não. As pessoas vão e vêm.

---

Os novos elementos dessas FSS já são mais desconfiados e renitentes. E como não temos carro, só conseguimos pedir informações via telefone e claro que eles ficam mais desconfiados e não partilham tanto. (C2)

Do MIPP, foi implementado reuniões semanais na Divisão, com chefes do MIPP, SInfo e EIC. Com o intuito dessa informação circular. As reuniões deixaram de se fazer, vinham os elementos do MIPP que pouco ou nada traziam, talvez por desinteresse ou por não quererem, ou não sabem para o que estão a trabalhar, acho que é mais isso. Não sabem qual é a utilidade da informação. Porque para eles um carro que ande aí a circular pode não dizer nada, mas ao nível das informações pode dizer muito. (...) Atualmente com o NIP se calhar 90% das informações não circula. E mesmo os próprios contactos com o NIP estão muito em baixo. Tudo que é feito aqui é sempre transmitido para o NIP. E mesmo os serviços que fazemos aqui, com áreas de interesse permanente, é difundido pela Divisão, mas também damos conhecimento ao NIP. É tudo transmitido ao NIP. Mas eles não devolvem informação. (C3)

---

<b>Fontes de informação não policiais (1.2)</b>	O iniciar da produção de informações pode partir do sentinela, p.e., que recebe X chamadas de pessoas a alertarem para um carro estranho que anda a passar muito em determinada artéria, e que exhibe arma de fogo, etc., entretanto o denunciante dá-nos uma matrícula e começamos a estabelecer relações. (A1)
---	--

Portanto, as próprias pessoas ganharam gosto na matéria, estudam essa matéria fora do horário do serviço, continuam atentos e atentos ao que se passa no mundo como nós estamos, mas a cada notícia nos

---

OCS os obriga a dirigir o esforço de pesquisa para adequar as informações que vão prestar ao superior que tem que decidir, e depois eles têm uma capacidade de distribuir tarefas entre eles e aproveitar o melhor que cada um deles sabe fazer e que é absolutamente extraordinário. (A2)

- (B1)

Outra coisa que também começamos inicialmente a trabalhar, foi a questão das redes sociais. E começámos ativamente a monitorizar redes sociais. (B2)

- (B3)

Trabalhamos também a área que tem a ver com análise ao Facebook, de todo o tipo de pessoas. Análise a redes sociais. (C1)

Com o carro era fácil, p.e. eu ia às finanças e obtinha a informação que quisesse: a morada de alguém, o que é que tem, quantos carros etc. Nas escolas também. Eu trabalho muito com menores, no SEI não há muito informação sobre eles, fotos de miúdos de 12 ou 13 anos que cometem crimes. Nas escolas era fácil recolher essas informações. (C2)

E tínhamos muitas fontes fora da polícia, pessoas idosas, pessoas conhecidas no bairro que tinham noção do que se passava. São meios pequenos em zonas pequenas, as pessoas conhecem-se umas às outras, e iam dizendo que passou um determinado carro diferente, certos indivíduos que não conhecem, etc. Atualmente perdemos por completo esse contacto. (...) Nas redes sociais, plataformas de venda. Vemos muito

---

material que é furtado nessas plataformas de venda (...) Ebay, OLX, Custo Justo. Encontramos lá muito material furtado. (C3)

---

**Atividade  
(1.3)**

A evolução das estatísticas: se o roubo evoluiu ou diminuiu, os ilícitos mais importantes ou que têm mais peso na divisão, etc. são eles que fazem essa análise se está a evoluir ou a diminuir, o número de detenções se está a aumentar ou diminuir. (A1)

Portanto, estou absolutamente rendido ao tipo de serviço que eles nos estão a prestar porque dedicam o seu tempo a isso e que vai produzindo muito fruto. E acredito piamente, e que não é possível sequer contabilizar, que é o facto de eles estarem atentos, o facto de depois alertarem a esquadra da área, ou a EIC ou a EIFP para este determinado tipo de fenómenos que pela análise deles importa acompanhar mais de próximo, redireccionar os meios de policiamento, acredito piamente que tenha evitado situações gravosas de crimes ou de jovens que se possam ter perdido nos meandros da criminalidade. (A2)

Nós começámos a fazer avaliações de risco das provas desportivas (ciclismo, jogos de futebol, atletismo, e outras modalidades), por carolice nossa. Não tínhamos matriz nenhuma, e o que fazíamos se calhar não era muito rigoroso por isso, mas permitia identificar (era feita no terreno) determinados pontos onde, p.e., havia obras, pedras, paus, e permitia identificar também (que se calhar não se tinha essa perceção), estradas que estavam cortadas nessa altura. (B1)

Na própria organização das informações, como p.e. o *briefing* diário. Para alguém como nós que trabalhava operacionalmente, e com um volume de ocorrências

---

que aquelas Divisões Destacadas de Lisboa têm, é essencial termos essa informação diária e organizada. Sabermos o que aconteceu durante a noite, p.e.. ou recebermos *briefings* que relacionam vários tipos de informações. (B2)

1º - os *briefings* diários, ou seja a SsInf todos os dias emite *briefings* relativamente aquilo que se passou nas últimas 24h e que se vai passar nas 24h seguintes, exceto fim de semana que se reporta a 72h, e portanto todo o efetivo sabe o que foi feito e o que há para fazer nas próximas 24h, portanto toda a informação pertinente, em formato simples e simplificado.

2º - A lista semanal de interesses, quer seja de indivíduos ou de viaturas. Todas as sextas feiras a SsInf emite a todo o dispositivo os indivíduos que a Divisão tem mais interesse em ver localizados, tal como viaturas, normalmente envolvidas em práticas criminais ou potencialmente passíveis de se envolverem nessas práticas. (B3)

Nós somos compostos por um chefe e oito agentes e cada agente tem uma determinada tarefa (C1).

Se só fizéssemos informações policiais, outros comandantes que por cá passaram já tinha acabado connosco. Então isto tratou-se de uma questão de sobrevivência, se mostrarmos outro trabalho além das informações, quando vier um comandante que não esteja sensibilizado para as informações, já terá motivos para não acabar connosco (...) 8 ou 10 elementos nas informações poupam muito trabalho à divisão. P.e. a DGRS, quando os serviços prisionais pedem informações sobre indivíduos que estão para sair em liberdade condicional, antigamente eram as esquadras que respondiam a isso, tinham que fazer

---

---

relatórios para auxiliar o juiz a decidir se há condições ou não para ceder a liberdade condicional. Quem respondia eram os elementos das secretarias e tinham dezenas e dezenas de pedidos diários para responder, como tal tinham que disponibilizar um elemento para fazer isto. Se são 7 ou 8 esquadras, eram 7 ou 8 elementos só para fazer isto. Agora somos nos que fazemos isto, e são só 2 elementos a fazer para a Divisão toda, já estamos habituados, conhecemos os indivíduos, temos informações arquivadas sobre eles etc, e só com isso poupamos trabalho a 7 ou 8 elementos. (C2)

Uma festa que houve em Mira-Sintra, tinha havido uns desacatos, fizemos três cenários (alterações de OP dentro do recinto, alterações OP fora do recinto, furtos/roubos durante o evento). Depois criámos outro cenário, o das condições meteorológicas. E esse cenário foi o que aconteceu: houve temporal e não houve festa nenhuma, tiveram que alterar. Ou então, o cenário com condições adversas, pode já está a decorrer o evento e haver queda de painéis, etc., temos de ter um cenário que nos permita dizer que acontecendo alguma coisa, tem de haver um percurso de saída ou para entrarem meios de socorro. Ou então as pessoas já compraram o bilhete e cancelaram aquilo no início e isso gera alguma revolta, e nós temos de gerir essa revolta. (C3)

---

<b>Relação entre o decisor e a SInfo (2)</b>	<b>Influência (2.1)</b>	Sem qualquer dúvida, é uma mais valia para a tomada de decisão para a parte do comando, seja da Divisão, seja por parte do comandante de esquadra. E garantidamente também ajuda a nível do comando quando necessário. (A1)
--	-------------------------	---

---

De todo o modo, o trabalho da SInfo é fundamental e importante. Graças à SInfo e às pessoas que lá estão e ao número de pessoas que lá estão, e ao nível de capacitação que eles já têm dada a sua prática, conseguimos ter um retrato do que se passou ou do que se está a passar. E portanto, é inquestionável que quando eu estou de folga, posso estar p.e. noutra distrito, e continuo a ter essa ferramenta à mão, coisa que p.e. para uma esquadra territorial eu não consigo, porque não sei quem é que lá está de serviço ou o oficial de serviço é um num dia é noutra dia é outro, e ali na SInfo são pessoas que trabalham, seguramente 16 horas por dia, porque estar em cima do acontecimento é o trabalho deles, por quando está em casa está a trabalhar. Quando vê as notícias, quando vai à internet, não precisam de me dizer que eu sei muito bem que eles são incapazes de vê-las e não fazer nada. E, portanto, eu tenho neste momento graças a eles, ao CAO, ao chefe da área de apoio e aos oficiais, eu tenho x elementos que são x elementos ao quadrado de olhos e braços, e como tal o trabalho deles é fundamental. (A2)

Sempre tive a ideia de que nós temos que saber aquilo que está a acontecer para saber onde, a que horas e de que maneira é que podemos contribuir para a diminuição dos índices de criminalidade, e etc. Quando cheguei aqui ao NSP e percebi que na área da segurança privada se trabalhava da mesma maneira que em 1973 (tirar o carro da garagem e andar as voltas), senti também necessidade de criar essa unidade de informações que me permita orientar os recursos que tenho. Porque eles não são infinitos, e por isso, se não tivermos um suporte de informações que nos diga o que está a acontecer, onde, a que horas e de que maneira, nós não vamos ter capacidade de

---

reagir a isso. Podemos ter sorte e fazer um flagrante, mas as probabilidades de conseguirmos contribuir para baixarmos os índices de criminalidade e aumentar os de proatividade, são muito mais pequenos. E a preocupação de criar uma unidade de informações seja onde for, e concretamente na Divisão de Sintra, foi exatamente isso. (B1)

Um dos primeiros trabalhos de informações, foi de facto fazermos os mapas de criminalidade, algo que não existia. Tínhamos uma noção empírica que supostamente, achávamos nós, muito correta, de onde as coisas aconteciam, tínhamos sinalizadas quase 2 dezenas de ZUS na área de Sintra e o que fomos fazer era perceber se aquilo que nós empiricamente sabíamos estava ou não correto. E não estava. O que se veio a verificar foi que deste trabalho de informações, deste mapeamento criminal, deste conhecer realidade criminal e de conflitualidade social (...) onde os crimes tinham mais impacto, como os furtos ou como os roubos, que têm mais impacto no nosso dia a dia e são aqueles que nós em primeira linha somos responsáveis, não eram nas ZUS que ocorriam. Era essencialmente nos centros, nas zonas mais urbanas das comunidades, centro do Cacém, centro de Mem Martins, era aí onde se concentravam os meios de transporte, onde estavam as estações de comboio, onde havia concentração dos transportes públicos, zonas mais centrais, era aí que os problemas surgiam. Era aí que as pessoas mais passavam, os jovens, etc., era aí que estavam os problemas. A primeira grande consequência de um trabalho de informações ainda numa fase embrionária, foi (...) dar prioridade às zonas onde nós assinalamos que de facto as coisas estão a acontecer. E foi isso que aconteceu. Com alguma flexibilidade dada aos comandantes, bem como orientação, foram criadas

---

equipas para a prioridade serem os centros urbanos, as zonas que identificamos como sendo mais problemáticas, porque é aí que as coisas estão a acontecer. Este foi o primeiro grande trabalho em termos de sistematização de informações e de apoio à gestão. (B2)

Nós enquanto comandantes de Divisão, se não temos uma fonte que nos forneça, faculte informação que para nós é pertinente, nós obviamente que temos de criar estruturas que colmatem essa necessidade, é impossível hoje em dia, numa conjuntura de escassez de recursos não termos informações que nos permitam rentabilizá-los. (...) Mas há uma lição que todos nós já podíamos ter tirado. A utilização de informações no policiamento rentabiliza recursos. O comandante que alega que não investe em informações porque tem poucos recursos, devia ser o primeiro comandante a investir em informações para rentabilizar esses poucos recursos. (B3)

Há uma ordem de operações que envolve uma operação de grande envergadura e que é necessário fechar artérias em determinados locais, em que vem o pessoal da Divisão de Trânsito colaborar, as EIFPs, as EIR, é necessário dispor esses meios...e é-nos pedido em termos de análise qual o tipo de fenómenos que ultimamente tem acontecido, porque num ato de fiscalização a uma viatura podem cruzar-se com indivíduos que coincidem com o tipo de ilícitos que têm estado a acontecer. Então quando fazem as ordens de operações, menciona-se lá a nossa informação, e também quando fazem os briefings é mencionada essa informação. (C1)

---

Quando veio cá o presidente da China ao palácio de Queluz. Foi-nos pedido quase tudo e mais alguma coisa: georreferenciação do local, orientar o CAO no planeamento do policiamento, a nossa opinião sobre a quantidade de efetivo a colocar, onde os colocar, etc. (...) Do nosso lado estava tudo pensado e controlado. Lembro-me de o comandante perguntar se nos tínhamos lembrado de colocar polícias em determinados pontos e nós respondermos que sim, que já tínhamos previsto isso e sugerido ao CAO para incluir pessoal nesses pontos. Correu tudo muito bem e esse policiamento foi mesmo baseado nas nossas informações, aliás o planeamento foi quase todo porta com porta, nós no gabinete do CAO e ele aqui. Por isso sim, as nossas informações influenciam a tomada de decisão. (C2)

Somos nós que tomamos a iniciativa e alertamos o comandante da Divisão que temos um fenómeno nesta área, nesta esquadra, etc. e depois ele difunde pelos comandantes de esquadra para eles terem atenção a isso. Atualmente com o comandante de Divisão não vejo que nos peça para verificarmos algum fenómeno. (...) Nós antecipamos. Os nossos analistas são bons nisso. E quando o nosso comandante nos pede alguma coisa, já temos isso feito. (C3)

---

**Intenção  
(2.2)**

Enquanto CAO, quando recebo o relatório de Oficial de serviço ao COMETLIS...p.e., uma viatura que foi furtada em Cascais e esteve envolvida num furto a caixa de tabaco na Amadora – quando recebo, faço recolha dessa informação e remeto para a SInfo: “atenção a essa viatura, tentar monitorizar pelas características, porque pode andar pela nossa área” (A1)

---

Mal aconteceu a situação do bairro da Jamaica e que originou esse tipo de ilícito, a nossa SInfo, que está sempre atenta não só ao que se passa na área de Sintra, mas sempre que acontece um fenómeno quer noutra município, comando ou até noutra país, a nossa SInfo, sem que seja necessário que alguém lhes diga alguma coisa, porque já tem essa autonomia e essa liberdade e portanto, são percussores nessa matéria, começam logo a fazer uma pesquisa para verificar se esse fenómeno também se pode passar no município de Sintra. (...) Alguns têm, outros são autodidatas e têm uma formação em que aprendem uns com os outros, e com a prática. São pessoas que estão numa área técnica e que a trabalham todos os dias e penso que a melhor formação é essa. Agora a necessidade de haver capacitações técnicas especiais para fazer a análise das informações, quanto a isso temos poucos, mas os poucos que temos tem alguma capacidade. Não sei se será uma falha da instituição em prover essa formação porque neste caso, podemos dizer que ainda não está instituído este tipo de serviço transversal à PSP e porque há meios em que não há necessidade de ter este tipo de especialização em que o nível de criminalidade e o nível de populações transnacionais é reduzido. (...) Alguns elementos da SInfo têm alguma formação dada a sua experiência profissional. Eu não tenho condições de estar aqui a dizer, talvez fosse melhor perguntar aos anteriores comandantes durante o tempo que aqui desempenharam funções. Durante a minha vigência, não tiveram qualquer curso de formação específica dada pela PSP. No que toca aos meios não tem os meios adequados à função, os computadores são do mais fraquinho e obsoleto que possamos imaginar. Para compensar, porventura farão algum tipo de esforço de pesquisa em casa ou nos telemóveis. Mas que não têm equipamentos

---

adequados, não têm e era importante. Com o pouco que têm fazem muito. (A2)

Então tivemos que ir construindo a SInfo com aquilo que fazíamos, um pouco por sermos todos um bocadinho autodidatas. Conversávamos e reuníamos muitas vezes, para discutir sobre quais as prioridades, onde deveríamos empenhar os analistas, a que tipo de fenómenos, etc. (...) Primeiro, é preciso criar SInfo's. Só assim se pode pensar em ter POI. Em segundo lugar, definir quais as prioridades de cada uma das Divisões, e pôr essas SInf a trabalhar nessas áreas. E depois sensibilizar as pessoas. Por muito que eu queira, mesmo com ferramentas informáticas, etc., o problema é que quem vai para a rua tem de saber para onde e a que horas deve ir, e mesmo assim às vezes têm tendência de andar aí só tipo cata-vento. Mas essa já é a última fase. Primeiro temos de ter uma equipa, e um método e necessidades de informações definidas. Quando tivermos isso, quando tivermos produtos que possam ser úteis para o dispositivo operacional, depois vamos ter que sensibilizar o dispositivo, que é mais produtivo trabalhar de acordo com qualquer coisa, do que andar aí à sorte. (B1)

Primeiro de tudo, tem de haver um grande empenhamento do comandante, porque criar uma coisa daquelas e depois deixá-la em gestão corrente, não é uma boa abordagem. Tem de haver uma relação muito estreita entre esta Secção. E aí, o papel do CAO era essencial, as equipas dependiam dele, a SInfo não estava pensada como uma estrutura operacional. Aparecia como uma estrutura de serviços, e esta relação próxima com o comandante, especialmente com o CAO, era essencial, porque primeiro viabilizava a construção de uma relação próxima de confiança

---

entre o pessoal e a chefia, e por outro, permita às chefias orientar de muito perto aquilo que as informações faziam. (B2)

É só preciso primeiro estabelecer quais são as nossas preocupações e atender que elas são dinâmicas, tal como comunicá-las à SInfo. Porque eles não têm nível de presciência, precisam de saber quais são as preocupações do comandante. (B3)

Em termos de dificuldades aqui, para além dos computadores, devíamos ter uma viatura descaracterizada, para algumas situações em que é necessário deslocarmo-nos a confirmar determinadas matérias que nos enviam e que há necessidade de tirar uma foto para compor um relatório, basicamente é isso. Há falta de meios, mas pontuais, não é exagerado. Eu arranjei 3 ou 4 computadores, mas eles já avariaram outra vez. (...) Nós estamos sob o comando do comandante de Divisão, e não do CAO (...) é verdade que a área que a gente trabalha tem mais a ver com a área operacional, com o CAO, mas há determinadas matérias sensíveis que nem o CAO tem conhecimento. É diretamente ao comandante de Divisão e é ele que dá o despacho. Muitas vezes daqui para baixo ninguém sabe o que estamos a fazer, desde terrorismo, desde indivíduos perigosos procurados, fenómenos internacionais, que a gente aqui apanha e que nem sequer dali para baixo têm conhecimento. (C1)

[sobre o *feedback* dos produtos informacionais da SInfo] Muito pouco, temos quase que andar a pedir para nos dizerem alguma coisa. O que é mau para nós e não é pela questão do protagonismo, é mais para saber se o nosso trabalho tem utilidade: se não nos enganamos nas informações que produzimos, se vale a pena

---

continuar a trabalhar aquelas informações, se o que nós dissemos é real ou não, se não nos enganamos... O comandante de Divisão ainda vai dando. (...) Quanto ao *feedback* dos comandantes de esquadra, é consoante as pessoas. Uns agradecem e dizem que se verificou o que tínhamos dito, e como tal, conseguiram prevenir. Outros não dizem nada. Mas depois nós vamos às redes sociais e acabamos por saber. Se não nos dizem nada, nós próprios procuramos o *feedback* da utilidade dos nossos produtos, ou perguntamos diretamente, ou descobrimos através das redes sociais. (...) No entanto, cá em Sintra, a maior parte dos nossos relatórios influencia a tomada de decisão dos comandantes, há outros sobre os quais tenho as minhas dúvidas, lá está, porque pode não estar de acordo com as ideias que eles já tinham para decidir. Mas a maior parte aceita as nossas informações. (C2)

Era sensibilizar para as informações. Partindo dos comandantes de Divisão e comandantes de esquadra. Dizer que a partilha de informações é essencial e dar valor à informação que é passada. Se a informação chega a um patamar e não circula, não adianta existir SInfo. (...) [sobre a falta de meios] Acho que é transversal à PSP, mas depende do próprio comandante de Divisão. Porque tenho conhecimento que há computadores na Divisão, que são utilizados só para passar autos de contraordenação ou para fazer guias de entrega, e nós temos aqui computadores obsoletos com que não conseguimos trabalhar. Se houvesse uma boa gestão do material informático, muitas dessas falhas eram suprimidas. (...) O comandante de Divisão viu a notícia que pusemos no briefing, e na apresentação do briefing disse que tinham de sinalizar aqueles indivíduos e saber se existe algum aqui que pertencesse ao grupo. (...) A partir de um

---

---

patamar com a alteração de comandante de Divisão, disseram para deixarmos de seguir esse fenómeno. (C3)

---

<b>Garantia de segurança (3)</b>	<b>Objetivo das informações (3.1)</b>	<p>Por exemplo, se formos falar de futebol (Real Sport Clube), eles fazem a monitorização de adeptos, conseguem saber se está previsto para aquela altura adeptos rivais ou não, depende dos que forem jogar. (...) A SInfo faz triagem se efetivamente há ou não valor naquela informação, aprofunda, e remete novamente para as esquadras para haver algum cuidado e proteção do nosso pessoal, se é um grupo que está armado, que fez assaltos armados... quando o nosso pessoal fizer abordagens já está precavido. (...) Avaliação de risco das infraestruturas, esquadras de risco, que têm maior ou menos grau de perigosidade, são eles que estão a ser auscultados e que estão a fazer a análise. São os analistas que estão a fazer esse estudo. (...) As visitas de alguma entidade que venha... a SInfo faz a triangulação, se vier uma entidade que vá para um meio mais crítico, eles recomendam logo para ficarmos mais atentos. Se os grupos são extremistas relativamente à entidade que cá vem, ou então se são da mesma cor partidária e não é necessário policiamento específico, etc. (A1)</p>
----------------------------------	---------------------------------------	---

Os problemas que afetam a sociedade não são exclusivamente criminais, como p.e. o caso de um ajuntamento de jovens que se junta atrás do bairro e faz barulho ou pinta uns graffitis, não configura um crime, mas pode provocar insegurança. A SInfo trabalha todo o tipo de matérias (...) Sempre que nós temos uma atividade desportiva qualquer, uma procissão ou necessidade de corte de estrada para uma atividade qualquer organizada pelas instituições, forças vivas aqui do município, a SInfo já faz automaticamente um

relatório técnico em que apresenta este tipo de evento, quanto ao seu histórico de anos anteriores em termos de n.º de participantes, n.º de elementos policiais, tipo de situações críticas que houve. (...) P.e. no controlo de agrupamento de pessoas num espetáculo e que a SInfo tem isso no seu acervo e sempre que é necessário voltar a organizar um evento novo ou o mesmo evento, vai procurar o que fez nos eventos anteriores e o tipo de organização que teve e a própria SInfo melhora a sua forma de trabalhar, os seus relatórios de informações com base naquilo que fizeram e no *feedback* daquilo que aconteceu. (A2)

Nós trabalhávamos muito na área das informações criminais, porque era aquilo que mais interessava à Divisão (...) como é algo que está intrinsecamente relacionado com a área de responsabilidade da Divisão de Sintra, é normal que assim seja. (B1)

Nós temos ideia que o crime é a principal função da polícia. Numa Divisão de Sintra, num ano chegámos a ter 15 000 crimes, mas em termos ocorrências não criminais, registávamos quase 30 000. Ou seja, o grosso do tempo que o nosso pessoal passava a trabalhar, não era a resolver ou tratar de crimes, era a resolver problemas de vizinhança, ruído, etc., não era o crime. (B2)

Esqueci-me de referir que também lá estava [nas reuniões semanais entre a SInfo, MIPP e EIC] o Chefe da Brigada da Fiscalização de Trânsito, porque o MIPP também tem muito interesse nessa área. A regularização de tráfego e estacionamento é uma preocupação em praticamente todos os concelhos da área metropolitana. E a SInfo complementava esse

---

trabalho, portanto, toda a gente a trabalhar nessa página. (B3)

[sobre as avaliações de risco] fizemos à casa do Passos Coelho quando se tornou Primeiro-Ministro. Fizemos a quase todas as deslocações de Primeiro-Ministro e Presidente da República à nossa área, principalmente quando se deslocam em almoços oficiais ao Palácio de Queluz. (...) Trabalhamos também a área de alguns agentes com atitudes desviantes. (...) Muitas vezes daqui para baixo ninguém sabe o que estamos a fazer, desde terrorismo, desde indivíduos perigosos procurados, fenómenos internacionais, que a gente aqui apanha e que nem sequer dali para baixo têm conhecimento. (...) Nós temos uma equipa nas EIFP que faz a fiscalização a estabelecimentos. Antes de lá se deslocarem nós vamos primeiro fazer uma análise prévia ao estabelecimento. Suponhamos que este estabelecimento fica dentro de uma ZUS e é necessário fazermos uma análise prévia sobre o tipo de pessoas que ali circulam, os antecedentes, se tem a ver com jogos, se as pessoas que lá estão já foram identificadas por alguns crimes... P.e., muitas vezes fazemos análises à feira de Monte Abraão, e temos algumas outras feiras que foram diminuindo mas esta é a maior da nossa área. Com entidades externas, quando pretendem fazer fiscalização e pedem apoio da PSP, nós fazemos a análise prévia aos objetivos dessa entidade. Suponhamos que eles têm uma fiscalização, porque eles também têm pessoas no terreno e sabem o que procuram, nós aqui fazemos em termos de espaço, fuga, os meios que temos no local, o tipo de objetivos que eles pretendem, os meios nossos necessários para salvaguardar a operação. Nós temos feito...inclusive temos pessoal no terreno a fotografar as bancas e pessoas. (C1)

---

Temos áreas de trabalho predefinidas. O SINTEL da PSP tem as AIP 1, 2, 6, 7 e 8, nós aqui tentamos estar dentro delas e dentro das informações que se fazem a nível do COMETLIS e da nossa Divisão. (...) Acontece muito nos gangs, pesquisamos sobre um determinado individuo suspeito que costuma andar com mais dois ou três. Sobre estes últimos não existe nada de relevante, só o acompanhavam. Mas a informação é guarda na mesma. Daqui por 6 meses vamos ver esses individuos acompanhantes a cometer roubos p.e., significa que estão a começar a sua carreira criminosa. P.e. o ano passado comecei a ficar atento a uns miúdos da escola que acompanhavam um criminoso, agora já eles também cometem crimes. Começam cada vez mais cedo a vida criminal. (...) Informações sobre Ordem Pública quase que não fazemos, mas isso é porque não coincide com as necessidades da Divisão. (...) Trabalhamos com todo o tipo de ameaças. Terrorismo p.e., na altura em que ficou na moda, aqui em Mem Martins morava um terrorista muito famoso, que tinha fugido para combater pelo Estado Islâmico. (C2)

Na semana passada era um senhor que estava a vender armas às peças, chegámos à identificação dele e ao analisar comentários que eles metem lá [sites de venda online] conseguimos chegar à identificação que o senhor é daqui da área de Sintra. Ele já foi fiscalizado pelo NAE, tinha cofre, tinha lá 20 e tal armas. Não encontraram nenhuma infração e o que nos chamou a atenção foi estar agora a vender armas às peças. Não vende a arma completa, mas vende o gatilho hoje, amanhã vende o cano. Fizemos relatório disso e demos conhecimento ao NAE e ao NIP. Também com o NSP já fizemos alguns relatórios com vigilantes, etc. (...)

---

também está dentro das AIP. Não é uma área que trabalhem muito, porque não temos aqui grande vida noturna. Preocupa-nos mais os roubos, furtos, etc. então a prioridade não é tanto a Segurança Privada. (...) [sobre a segurança rodoviária] nos anteriores relatórios trimestrais fazíamos as artérias que tinham mais acidentes, a gravidade desses acidentes, mas a nível estatístico, nada a nível de informações. (...) Uma proposta [de avaliação de risco] que fiz em 2016 mas que depois não teve andamento eram áreas sensíveis de matéria radioativa. Temos uma aqui muito grande em Mem Martins. A Resiquímica. É matéria radioativa que têm lá, e são muito rigorosos em matéria de segurança, mas acho que aquilo devia estar sinalizado pela Polícia, porque se acontece algum acidente lá, aquilo ia até à cidade de Lisboa pelo ar. É perigoso e devia estar sinalizada. (C3)

---

**Utilização das informações no policiamento (3.2)** [Sobre a uma operação policial perto de uma estação ferroviária, de onde iam sair participantes da manifestação contra o racismo ao bairro da Jamaica] Conseguiram antecipar. Quando chegamos ao terreno já estávamos com essa informação, felizmente não houve nada, mas já estávamos precavidos que poderia haver ali alguma coisa e a nossa postura naquele instante já seria um pouco diferente do que teríamos numa situação normal, já sabíamos de antemão que havia pessoas que já vinham algo revoltados com a instituição, com o elemento policial, e qualquer tipo de abordagem nossa ia ser vista sempre de outra forma, nós já estávamos precavidos para essa situação e as nossas abordagens já foram um bocadinho adaptadas ao histórico. Portanto, isso foi uma mais valia para a parte operacional. (A1)

---

Portanto, houve uma operação, um evento, uma situação crítica em termos de segurança, p.e. aquela dos contentores incendiados (...) Isto é, fazer uma análise de tudo o que aconteceu, não só daquilo que a SInfo conseguiu ver e descobrir, mas envolver todos os outros agentes que contribuíram para a segurança ou quem sabe até para evitar que tenha havido mais eventos. Porque como nós direcionamos o policiamento para determinado tipo de locais e fomos tentando adivinhar que aquele tipo de fenómeno tinha um padrão e provavelmente tinha, mas também depois o próprio fenómeno foi-se autoextinguindo. (A2)

A questão da criminalidade é se calhar paradigmática, porque nós baixamos a criminalidade durante 6 ou 7 anos seguidos. E nós baixamos a um ritmo que era quase o dobro da média. Também poderão dizer que quando nós chegámos era o *far west*, mas se nós nos deixássemos para lá andar sem grande método, se calhar as coisas não aconteciam como aconteceram. Portanto, a diminuição da criminalidade, os grandes eventos que fazíamos eram todos assentes no trabalho feitos pela SInfo. (B1)

Temos vários casos de sucesso na prática que são comprovativos de que as informações fazem falta. E que funciona e que tem uma utilidade imediata, fora as questões a médio e longo prazo. (...) E temos um caso de sucesso, ou dois, que tinha a ver com um dos fenómenos que aconteciam há alguns anos, que eram os *meets*. Lembra-se de ter ouvido falar sobre problemas dos *meets* na Divisão de Sintra? Não, porque não houve problemas. Houve pelo menos 10 ou 12, mas ninguém falou neles porque não deu problemas. Eram detetados, eram acompanhados, e aí com o trabalho próximo da EIC nós conseguimos

---

detetá-los quase todos, houve só um que nos escapou. E o maior de todos foi junto ao palácio de Queluz, no jardim, tivemos mais de 500 miúdos, ainda prendemos 1, mas a coisa correu bem. Não houve problemas. E porque houve deteção precoce da situação, tivemos tempo para planear, para preparar o pessoal à civil, que depois acompanhava o movimento nos transportes públicos, e acompanhámos todo o movimento de e para fora do meets. E correu bem. Não houve fardas, fizeram o barulho deles, e a coisa correu bem. E ninguém falou nisso. Foi um dos trabalhos bem-sucedidos da SInfo: antecipar acontecimentos potencialmente complicados. (B2)

As avaliações de risco enquanto génese do planeamento operacional. A SInfo deu depois um pulo que foi acrescentar às avaliações de risco que já fazia, um tópico dedicado a recomendações operacionais. Que depois o decisor poderia acolher integralmente, parcialmente, ou absolutamente nada, mas pelo menos, em face à avaliação que tinham feito, e dado que estavam por dentro do assunto e têm um luxo que mais ninguém tem, que é tempo para pensar e fazer recomendações operacionais, e normalmente o comandante de Divisão ou os subcomissários, aproveitavam essas recomendações operacionais para o seu planeamento operacional. Inclusivamente, chegaram ao ponto de fazer logo uma proposta de colocação de dispositivo policial em que o subcomissário praticamente só tinha que numerar a quantidade de elementos em cada um dos locais e os seus indicativos rádio. Em termos de posições, porque a SInfo ao fazer o reconhecimento a determinado local, depois faziam logo essa proposta, que normalmente era a acolhida. Portanto eles eram efetivamente uma

---

componente essencial ao planeamento operacional.  
(B3)

Uma vaga muito grande de roubos na área de Queluz. (...) Foi-me pedida que fosse feita uma informação, uma análise, aos roubos que aconteciam em Queluz, e onde aconteciam, e se havia indivíduos identificados. (...) a gente fez uma análise aprofundada do que se estava a passar e foi feito uma operação de policiamento de saturação. (...) E tivemos resultados muito bons, inclusive mais tarde acabei por fazer um relatório com base no 1º relatório, a perguntar se efetivamente a operação de saturação teve êxito, e sim teve. Reduziu para menos de metade os roubos no mês a seguir. Isso exigiu muito trabalho, mas conseguimos.  
(C1)

Quando veio cá o presidente da China ao palácio de Queluz (...) consegui detetar antecipadamente que no último dia da visita ia haver lá um protesto de um movimento anti-china pela libertação do Tibete (...) como foi avisado antecipadamente, conseguiu-se evitar um possível problema mediático. Porque ali ao lado do palácio tem uma sede qualquer que estava incluída dentro do perímetro policial. A ideia dos manifestantes era pernoitar dentro da sede para garantir que conseguissem estar dentro do perímetro antes da montagem do policiamento, e assim poderem-se manifestar. Se o conseguissem, quem ia ficar mal era a PSP por não ter previsto isso e por ter permitido que o cordão policial fosse violado. (C2)

[sobre o antigo Primeiro-Ministro Passos Coelho] Foi feita a avaliação de risco com os conhecimentos que tínhamos, do prédio quando ele estava em Massamá. Tirámos fotos, estabeleceu-se o perímetro, depois

---

---

enviou-se para o NIP. (...) Nesse seguimento, fizemos por iniciativa própria uma avaliação de risco, por causa da filha que ele tinha e estudava numa escola em Massamá. A mãe ia buscá-la à noite, iam a pé, fica a 2km mais ou menos, um analista daqui foi para lá, pediu autorização para tirar fotos e ela foi recetiva, aceitou bem, fizemos logo o relatório...esse relatório foi para o NIP, foi para o C1, chegou à DN, da DN foi difundido para a UEP, e veio um agradecimento do Sr. Superintendente Lucas, a agradecer e a dizer que o trabalho tinha sido excelente. (C3)

---

## ANEXO 23. Pré-teste ao questionário

### Questionário pré-teste: O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia

Exmo(a). Sr(a).

Estamos a realizar um estudo sobre o Policiamento Orientado pelas Informações, no âmbito da dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna, subordinada ao tema "O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia".

A nossa investigação pretende aferir se as informações produzidas pela Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra (SInfo) influenciam a tomada de decisão policial, nomeadamente ao nível do planeamento de operações, gestão de meios e de orientação do policiamento.

Neste sentido, necessitamos da sua colaboração para o preenchimento do presente questionário, já que sem ela, não poderemos prosseguir o estudo.

Caso aceite colaborar, eis algumas considerações:

- O preenchimento do presente questionário tomará apenas 5 a 10 minutos do seu tempo;
- Não há respostas certas nem erradas. Todas são corretas desde que correspondam ao que pensa e sente;
- Responda a todas as questões. Se tiver iniciado o preenchimento e por qualquer motivo o tenha interrompido, poderá retomá-lo a partir do ponto em que o interrompeu;
- As suas respostas são completamente anónimas e serão tratadas com total confidencialidade. Nenhuma informação individual será divulgada.
- Caso surja alguma dúvida ou questão, não hesite em contactar a responsável do projeto (Aspirante a Oficial de Polícia Ana Araújo) através do seguinte e-mail: [acaraujo@psp.pt](mailto:acaraujo@psp.pt).

Muito obrigado pela sua colaboração.

A Aspirante a Oficial de Polícia,  
Ana Araújo  
M/154756

Aceda por favor ao questionário clicando com o cursor do rato em "Seguinte".

\*Obrigatório

### Uma nota sobre privacidade

Este inquérito é anónimo.

O registo das respostas ao inquérito não contém qualquer informação sobre a sua identidade, exceto se alguma pergunta do inquérito solicitar alguma identificação e a fornecer.

#### 1. Consentimento informado

«Li e compreendi a informação fornecida sobre o questionário que integra a presente investigação sobre "O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia" e concordo em responder voluntariamente a este questionário.»  
*Marcar apenas uma oval.*

Concordo

Não concordo (Voltar ao início) *Recomeçar este formulário.*

### Questionário Pré-teste

O presente questionário tem como objetivo realizar um pré-teste ao inquérito por questionário intitulado "O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia".

Este pré-teste visa a identificação de possíveis erros existentes, bem como a perceção dos inquiridos sobre possíveis dificuldades de interpretação das perguntas formuladas.

Ao longo do questionário poderá sugerir alterações ou identificar possíveis melhorias à estrutura e perguntas do questionário.

Se estiver de acordo, leia as afirmações das folhas seguintes, e para cada uma selecione aquela que identifica melhor a sua situação.

## Caracterização sociodemográfica

Pretende-se neste grupo de perguntas obter a caracterização sociodemográfica do inquirido.

### 2. 1. Idade \*

\_\_\_\_\_

### 3. 2. Género \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Masculino  
 Feminino

### 4. 3. Habilitações literárias \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Ensino Básico  
 Ensino Secundário  
 Bacharelato  
 Licenciatura  
 Mestrado  
 Doutoramento  
 Outra: \_\_\_\_\_

### 5. 4. Funções atuais \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Chefia/comando  
 Serviço operacional  
 Serviço administrativo  
 Outra: \_\_\_\_\_

### 6. 5. Posto \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Agente  
 Agente Principal  
 Agente Coordenador  
 Chefe  
 Chefe Principal  
 Chefe Coordenador  
 Subcomissário  
 Comissário  
 Subintendente

## Grupo I - O Policiamento Orientado pelas Informações

Este grupo de questões visa avaliar o seu grau de conhecimento sobre o Intelligence-led Policing, na tradução livre para português, Policiamento Orientado pelas Informações.

Por favor, responda a todas as questões/afirmações. A sua opinião é fundamental para a realização deste estudo.

**7. 6. Está familiarizado com o conceito de Policiamento Orientado pelas Informações? \***

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

**8. 7. Como classifica o seu conhecimento sobre o tema? \***

Marcar apenas uma oval.

- Extremamente conhecedor  
 Muito conhecedor  
 Moderadamente conhecedor  
 Pouco conhecedor  
 Nada conhecedor

**9. 8. Como obteve conhecimento sobre o tema? \***

Marcar apenas uma oval.

- Internet  
 Livros/revistas  
 PSP (formação)  
 Outra: \_\_\_\_\_

**10. 9. Sente dificuldades de interpretação de perguntas? \***

Marcar apenas uma oval.

- Não  
 Sim (Caso a resposta seja afirmativa, seleccione "Outra" para descrever qual, ou quais as dificuldades).  
 Outra: \_\_\_\_\_

**11. 10. Verificou algum tipo de erro? \***

Marcar apenas uma oval.

- Não  
 Sim (Caso a resposta seja afirmativa, seleccione "Outra" para descrever qual, ou quais os erros verificados).  
 Outra: \_\_\_\_\_

**12. 11. Sugestões:**

---

---

---

---

---

**Grupo II – O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia**

O segundo grupo de questões visa aferir se o policiamento da Divisão Policial de Sintra é orientado pelas informações, nomeadamente através do trabalho desenvolvido pela Subsecção de Informações (SInfo) da Divisão Policial de Sintra.

Pretende-se avaliar o seu grau de concordância com o acima descrito, através das 38 afirmações apresentadas.

Por favor, responda a todas as questões/afirmações com o máximo de honestidade e rigor. A sua opinião é fundamental para a realização deste estudo.

**12. O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia**

Leia as afirmações das folhas seguintes, e para cada uma coloque um X a indicar o seu grau de concordância de acordo com a escala situada no topo de cada grupo de questões.

**13. \***

*Marcar tudo o que for aplicável.*

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. O Sistema Estratégico de Informações (SEI) é um repositório fidedigno de dados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A SInfo produz informações sobre fenómenos e dinâmicas criminais (exemplo: sobre o furto de jantes).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Comunico com a SInfo de forma regular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. O policiamento orientado pelas informações é uma mais valia para o desempenho das minhas funções.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A SInfo produz informações sobre fenómenos de contestação social (exemplo: sobre manifestações).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A informação recolhida no desempenho das minhas funções é depositada no SEI.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. A minha formação policial incluiu a vertente das informações policiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. A SInfo produz informações sobre zonas urbanas sensíveis (ZUS) (exemplo: aumento da atividade criminal em áreas conotadas como ZUS).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. A SInfo recolhe dados de fontes policiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A SSI produz informações sobre a segurança de eventos desportivos (exemplo: sobre a atividade de Grupos Organizados de Adeptos que possam afetar eventos desportivos a decorrer na área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Comunico com a SInfo de forma esporádica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. A SInfo produz informações relacionadas com a situações de permanência irregular em território nacional (exemplo: pedidos de expulsão do território nacional de indivíduos em situação irregular).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. O produto informacional da SInfo ajuda-me a desempenhar as minhas funções policiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. No desempenho das minhas funções, tomo decisões com base nas informações partilhadas pela SInfo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. A SInfo produz informações sobre fenómenos de radicalização (exemplo: atividades criminais relacionadas com o recrutamento de pessoas para adesão a causas terroristas).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Costumo comunicar à SInfo a utilidade das informações que partilha.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. A SInfo recolhe dados do	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. A Sinfo produz informações sobre fenómenos de extremismo (exemplo: atividades de grupos conotados como de extrema-direita ou de extrema-esquerda).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Como decisor e consumidor de informações, mantenho a Sinfo sempre atualizada sobre as minhas necessidades e prioridades de informações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. O produto informacional da Sinfo satisfaz as minhas necessidades de informação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. A Sinfo produz informações relacionadas com a cooperação internacional (exemplo: pedidos de paradeiros de indivíduos procurados a nível internacional).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. As informações partilhadas pela Sinfo são uma ferramenta de apoio à tomada de decisão policial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Informo a Sinfo sobre as minhas necessidades de informação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. A Sinfo produz informações sobre a segurança rodoviária (exemplo: indicação de locais de maior sinistralidade rodoviária).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. O produto informacional da Sinfo permite-me desempenhar melhor as minhas funções.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. A Sinfo processa e analisa dados provenientes de elementos policiais com funções específicas de Policiamento de Proximidade (exemplo: comércio seguro).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27. A Sinfo produz informações relacionadas com a área das armas, munições e substâncias explosivas (exemplo: situações de posse ilegal de armas).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. A minha formação policial salientou a importância da partilha de informações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. A Sinfo produz informações sobre a proteção de infraestruturas críticas (exemplo: ameaças que recaiam sobre as linhas ferroviárias que atravessam a área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. As decisões policiais tomadas com base nas informações permitem gerir melhor os meios humanos e materiais da PSP.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. A Sinfo produz informações sobre a área da segurança privada (exemplo: utilização da atividade de segurança privada para dissimular atividades de criminalidade altamente organizada).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Tenho que comunicar as minhas necessidades de informação à Sinfo, para que a Sinfo as possa satisfazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. A Sinfo recolhe dados de fontes abertas (exemplo: redes sociais).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. A Sinfo produz informações sobre a segurança ambiental (exemplo: focos de poluição)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Desempenho as minhas funções com base nas informações partilhadas pela Sinfo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

36. O planeamento de operações feito pela Secção de Operações é feito com base nas informações produzidas pela SInfo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37. Os recursos humanos da SInfo têm formação na área das informações policiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. A SInfo produz informações sobre segurança pessoal (exemplo: ameaças que recaiam sobre altas entidades que residam na área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**14. 13. Sentiu dificuldades de interpretação das afirmações? \***

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim (Caso a resposta seja afirmativa, seleccione "Outra" para descrever qual, ou quais as dificuldades).
- Outra: \_\_\_\_\_

**15. 14. Verificou algum tipo de erro? \***

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim (Caso a resposta seja afirmativa, seleccione "Outra" para descrever qual, ou quais as dificuldades).
- Outra: \_\_\_\_\_

**16. 15. Sugestões**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Perceção do inquérito por questionário**

**17. 16. Como classifica o tempo despendido para o preenchimento do questionário? \***

Marcar apenas uma oval.

- Extremamente muito tempo
- Muito tempo
- Ligeiramente muito tempo
- Tempo adequado
- Ligeiramente pouco tempo
- Pouco tempo
- Extremamente pouco tempo

**18. 17. Como classifica visualmente o questionário? \***

Marcar apenas uma oval.

- Extremamente atrativo
- Muito atrativo
- Moderadamente atrativo
- Pouco atrativo
- Nada atrativo

**19. 18. Sugestões**

---

---

---

---

---

**Agradecimento**

O questionário chegou ao fim.

Desde já agradecemos a sua contribuição para este estudo que visa contribuir para o melhoramento

aquela que é a nossa Polícia.

Votos de felicidades pessoais e profissionais,

Com os melhores cumprimentos.

Ana Araújo

Aspirante a Oficial de Polícia

---

Com tecnologia  
 Google Forms

## ANEXO 24. Questionário

### Questionário: O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia

Exmo(a). Sr(a).

Estamos a realizar um estudo sobre o Policiamento Orientado pelas Informações, no âmbito da dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna, subordinada ao tema "O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia".

A nossa investigação pretende aferir se as informações produzidas pela Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra (SInfo) influenciam a tomada de decisão policial, nomeadamente ao nível do planeamento de operações, gestão de meios e de orientação do policiamento.

Neste sentido, necessitamos da sua colaboração para o preenchimento do presente questionário, já que sem ela, não poderemos prosseguir o estudo.

Caso aceite colaborar, eis algumas considerações:

- O preenchimento do presente questionário tomará apenas 5 a 10 minutos do seu tempo;
- Não há respostas certas nem erradas. Todas são corretas desde que correspondam ao que pensa e sente;
- Responda a todas as questões. Se tiver iniciado o preenchimento e por qualquer motivo o tenha interrompido, poderá retomá-lo a partir do ponto em que o interrompeu;
- As suas respostas são completamente anónimas e serão tratadas com total confidencialidade. Nenhuma informação individual será divulgada.

• Caso surja alguma dúvida ou questão, não hesite em contactar a responsável do projeto (Aspirante a Oficial de Polícia Ana Araújo) através do seguinte e-mail: [acaraujo@psp.pt](mailto:acaraujo@psp.pt).

Muito obrigado pela sua colaboração.

A Aspirante a Oficial de Polícia,  
Ana Araújo  
M/154756

Aceda por favor ao questionário clicando com o cursor do rato em "Seguinte".

\*Obrigatório

### Uma nota sobre privacidade

Este questionário é anónimo.

O registo das respostas ao questionário não contém qualquer informação sobre a sua identidade, exceto se alguma pergunta do inquérito solicitar alguma identificação e a fornecer.

#### 1. Consentimento informado

«Li e compreendi a informação fornecida sobre o questionário que integra a presente investigação sobre "O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia" e concordo em responder voluntariamente a este questionário.»

Marcar apenas uma oval.

Concordo

Não concordo (Voltar ao início) *Recomeçar este formulário.*

### Questionário

O presente questionário tem como objetivo recolher dados sobre a possível orientação do policiamento da Divisão Policial de Sintra pelas Informações.

Pretende-se que as respostas sejam dadas de acordo com a realidade presente do inquirido.

Os dados recolhidos serão alvo de tratamento estatístico de forma global, estando salvaguardada a

confidencialidade do respondente.

## Caracterização sociodemográfica

Pretende-se neste grupo de perguntas obter a caracterização sociodemográfica do inquirido.

### 2. 1. Idade \*

\_\_\_\_\_

### 3. 2. Género \*

Marcar apenas uma oval.

- Masculino  
 Feminino

### 4. 3. Habilitações literárias \*

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Básico  
 Ensino Secundário  
 Bacharelato  
 Licenciatura  
 Mestrado  
 Doutoramento  
 Outra: \_\_\_\_\_

### 5. 4. Funções atuais \*

Marcar apenas uma oval.

- Chefia/comando  
 Serviço operacional  
 Serviço administrativo  
 Outra: \_\_\_\_\_

### 6. 5. Posto \*

Marcar apenas uma oval.

- Agente  
 Agente Principal  
 Agente Coordenador  
 Chefe  
 Chefe Principal  
 Chefe Coordenador  
 Subcomissário  
 Comissário  
 Subintendente

## Grupo I - O Policiamento Orientado pelas Informações

Este grupo de questões visa avaliar o seu grau de conhecimento sobre o Intelligence-led Policing, na tradução livre para português, Policiamento Orientado pelas Informações.

Por favor, responda a todas as questões/afirmações. A sua opinião é fundamental para a realização deste estudo.

**7. 6. Está familiarizado com o conceito de Policiamento Orientado pelas Informações? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

**8. 7. Como classifica o seu conhecimento sobre o tema? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Extremamente conhecedor  
 Muito conhecedor  
 Moderadamente conhecedor  
 Pouco conhecedor  
 Nada conhecedor

**9. 8. Como obteve conhecimento sobre o tema? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Internet  
 Livros/revistas  
 PSP (formação)  
 Outra: \_\_\_\_\_

**Grupo II – O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia**

O segundo grupo de questões visa aferir se o policiamento da Divisão Policial de Sintra é orientado pelas informações, nomeadamente através do trabalho desenvolvido pela Subsecção de Informações (SInfo) da Divisão Policial de Sintra.

**Grupo II – O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia**

O segundo grupo de questões visa aferir se o policiamento da Divisão Policial de Sintra é orientado pelas informações, nomeadamente através do trabalho desenvolvido pela Subsecção de Informações (SInfo) da Divisão Policial de Sintra.

Pretende-se avaliar o seu grau de concordância com o acima descrito, através das 38 afirmações apresentadas.

Por favor, responda a todas as questões/afirmações com o máximo de honestidade e rigor. A sua opinião é fundamental para a realização deste estudo.

**9. O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia**

Leia as afirmações das folhas seguintes, e para cada uma coloque um X a indicar o seu grau de concordância de acordo com a escala situada no topo de cada grupo de questões.

10. \*

Marcar tudo o que for aplicável.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. O Sistema Estratégico de Informações (SEI) é um repositório fidedigno de dados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A Sinfo produz informações sobre fenómenos e dinâmicas criminais (exemplo: sobre o furto de jantes).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Comunico com a Sinfo de forma regular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. O policiamento orientado pelas informações é uma mais valia para o desempenho das minhas funções.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A Sinfo produz informações sobre fenómenos de contestação social (exemplo: sobre manifestações).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A informação recolhida no desempenho das minhas funções é depositada no SEI.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. A minha formação policial incluiu a vertente das informações policiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. A Sinfo produz informações sobre zonas urbanas sensíveis (ZUS) (exemplo: aumento da atividade criminal em áreas conotadas como ZUS).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. A Sinfo recolhe dados de fontes policiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A Sinfo produz informações sobre a segurança de eventos desportivos (exemplo: sobre a atividade de Grupos Organizados de Adeptos que possam afetar eventos desportivos a decorrer na área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Comunico com a Sinfo de forma esporádica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. A Sinfo produz informações relacionadas com a situações de permanência irregular em território nacional (exemplo: pedidos de expulsão do território nacional de indivíduos em situação irregular).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. O produto informacional da Sinfo ajuda-me a desempenhar as minhas funções policiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. No desempenho das minhas funções, tomo decisões com base nas informações partilhadas pela Sinfo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. A Sinfo produz informações sobre fenómenos de radicalização (exemplo: atividades criminais relacionadas com o recrutamento de pessoas para adesão a causas terroristas).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Costumo comunicar à Sinfo a utilidade das informações que partilha.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. A Sinfo recolhe dados do SEI.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. A Sinfo produz informações sobre fenómenos de extremismo (exemplo: atividades de grupos conotados como de extrema-direita ou de extrema-esquerda).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Como decisor e consumidor de informações, mantenho a Sinfo sempre atualizada sobre as minhas necessidades e prioridades de informações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. O produto informacional da Sinfo satisfaz as minhas necessidades de informação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. A Sinfo produz informações relacionadas com a cooperação internacional (exemplo: pedidos de paradeiros de indivíduos procurados a nível internacional).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. As informações partilhadas pela Sinfo são uma ferramenta de apoio à tomada de decisão policial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Informo a Sinfo sobre as minhas necessidades de informação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. A Sinfo produz informações sobre a segurança rodoviária (exemplo: indicação de locais de maior sinistralidade rodoviária).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. O produto informacional da Sinfo permite-me desempenhar melhor as minhas funções.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. A Sinfo processa e analisa dados provenientes de elementos policiais com funções específicas de Policiamento de Proximidade (exemplo: comércio seguro).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. A Sinfo produz informações relacionadas com a área das armas, munições e substâncias explosivas (exemplo: situações de posse ilegal de armas).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. A minha formação policial salientou a importância da partilha de informações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. A Sinfo produz informações sobre a proteção de infraestruturas críticas (exemplo: ameaças que recaiam sobre as linhas ferroviárias que atravessam a área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

30. As decisões policiais tomadas com base nas informações permitem gerir melhor os meios humanos e materiais da PSP.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. A Sinfo produz informações sobre a área da segurança privada (exemplo: utilização da atividade de segurança privada para dissimular atividades de criminalidade altamente organizada).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Tenho que comunicar as minhas necessidades de informação à Sinfo, para que a Sinfo as possa satisfazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. A Sinfo recolhe dados de fontes abertas (exemplo: redes sociais).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. A Sinfo produz informações sobre a segurança ambiental (exemplo: focos de poluição)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Desempenho as minhas funções com base nas informações partilhadas pela Sinfo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. O planeamento de operações feito pela Secção de Operações é feito com base nas informações produzidas pela Sinfo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37. Os recursos humanos da Sinfo têm formação na área das informações policiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. A Sinfo produz informações sobre segurança pessoal (exemplo: ameaças que recaiam sobre altas entidades que residam na área de responsabilidade da Divisão Policial de Sintra).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Agradecimento

O questionário chegou ao fim.

Desde já agradecemos a sua contribuição para este estudo que visa contribuir para o melhoramento aquela que é a nossa Polícia.

Votos de felicidades pessoais e profissionais,

Com os melhores cumprimentos.  
 Ana Araújo  
 Aspirante a Oficial de Polícia

## **ANEXO 25. Guião de entrevistas**

Entrevista sobre o policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia

### **Introdução da entrevista:**

Esta entrevista enquadra-se numa investigação científica com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais.

Pretende-se, com a presente entrevista obter a opinião dos entrevistados sobre o Policiamento Orientado pelas Informações, mais precisamente sobre o tipo de atividade desenvolvida pela Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra (SInfo), e se a mesma se enquadra no modelo do Policiamento Orientado pelas Informações.

A Aspirante a Oficial de Polícia Ana Araújo, compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Antes de iniciar, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, e se autoriza que esta entrevista seja gravada e utilizada na presente investigação?

### **Dados da entrevista:**

**Entrevista n.º**

**Nome:**

**Local:**

**Data:**

**Hora de início:**

**Hora de fim:**

**Cargo/Posto:**

**Função:**

**N.º mecanográfico:**

**Idade:**

**Género:**

**Habilitações literárias:**

Guião da Entrevista (comando atual)

1. O que sabe/pensa sobre o policiamento orientado pelas informações?
2. Como descreveria o trabalho desenvolvido pela SInfo?
3. O comando da Divisão orienta/colabora com a atividade da SInfo? Como?

4. Costuma consultar a SInfo para o processo de tomada de decisões relacionadas com a sua função?
5. O comando da Divisão dá o *feedback* do produto informacional da SInfo?
6. Os recursos humanos afetos à SInfo possuem formação especializada e técnica na área das informações policiais? Essa formação é atualizada/reciclada pela PSP?
7. Consegue apontar algum(s) exemplo(s) em que a utilização de informações da SInfo no processo decisório, tenha contribuído para o sucesso da missão policial? Se sim, qual?

#### Guião da Entrevista (antigo comando)

1. O que sabe/pensa sobre o policiamento orientado pelas informações?
2. Durante o período em que desempenhou funções na Divisão Policial de Sintra, como classifica e caracteriza o trabalho desenvolvido pela SInfo?
3. E como caracteriza a relação que existia entre o comando da divisão e a SInfo nessa altura?
4. Durante esse período, recorda-se de algum(s) exemplo(s) em que a utilização de informações da SInfo pelos elementos da patrulha ou até mesmo pelos comandantes de esquadra, tenha contribuído para o sucesso da missão policial? Se sim, qual?
5. Considera que a PSP tem os meios e características necessárias à adoção do policiamento orientado pela inteligência?

#### Guião da Entrevista (SInfo)

1. Como é que está estruturada/organizada a SInfo?
2. Como é o processo de produção de informações?
3. Quais as dificuldades/obstáculos inerentes às funções da SInfo?
4. Como é que a SInfo se articula com o NIP do Cometlis?
5. Como é a relação da SInfo com o comando da Divisão? E com os comandantes de esquadra?
6. Em que áreas da atuação policial incide o produto informacional da SInfo?
7. A SInfo recebe informação sobre a utilidade das informações policiais que produz?
8. O produto informacional da SInfo influencia a tomada de decisão policial?

## ANEXO 26. Pedido de autorização para aplicação de pré-teste e questionário

**Ana Catarina Da Silva Araújo**

**De:** Ana Catarina Da Silva Araújo  
**Enviado:** 4 de março de 2019 14:27  
**Para:** ISCPSI - Direcção Ensino  
**Cc:** Nuno Ricardo Rica Dos Santos  
**Assunto:** Solicitação de autorização para realização de questionário no âmbito da elaboração de Dissertação de Mestrado  
**Anexos:** questionário - Formulários do Google.doc; questionário - Formulários do Google.pdf; perguntas do questionário ADP Ana Araújo.pdf; Pré-teste - Formulários do Google.doc; Pré-teste - Formulários do Google.pdf

**Exmo. Sr. Diretor de Ensino,  
Superintendente Sérgio Felgueiras,**

Eu, Ana Catarina da Silva Araújo, Aspirante a Oficial de Polícia n.º 3117/154756, do 31º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no âmbito do trabalho de dissertação de mestrado intitulado: "O policiamento e as informações na Divisão de Polícia de Sintra: entre a realidade e a utopia", orientado pela Exma. Sra. Professora Sónia Morgado e coorientada pelo Exmo. Sr. Comissário Simão Freire, venho muito respeitosamente solicitar a V. Exa. que se digne a elaborar um pedido à Direcção Nacional da PSP, para obtenção de autorização para a realização de questionário.

A aplicação deste questionário é imprescindível para o desenvolvimento da presente investigação, na medida em que visa aferir se o policiamento da Divisão Policial de Sintra é orientado pelas informações produzidas pela Subsecção de Informações referente àquela divisão.

A aplicação do questionário será feita via internet e a partir de uma aplicação da Google (Google.forms). A opção pela aplicação do questionário via google prende-se com o facto de este procedimento permitir uma maior celeridade, baixo custo e manter a confidencialidade e anonimato inerente à natureza dos dados.

É nossa intenção aplicá-lo a um universo de estudo composto pelos 575 elementos policiais da Divisão Policial de Sintra, em exercício de funções.

Uma vez que o questionário foi elaborado propositadamente para o estudo desta dissertação de mestrado, será aplicado em duas fases: questionário pré-teste e questionário.

Como tal, pretendemos aplicar a fase pré-teste no hiato temporal compreendido entre 18MAR2019 e 22MAR2019, e a fase do questionário entre 25MAR2019 e 05ABR2019.

Deste modo, serve o presente email para solicitar a V. Exa. que se digne a requerer autorização à Direcção Nacional para aplicação do questionário pré-teste, bem como do questionário relativo à orientação do policiamento pelas informações daquela Divisão Policial.

Para evitar a demora e dispersão no preenchimento e recolha dos dados dos questionários, questiona-se se é possível aplicá-los assim que se receba a confirmação de viabilidade de aplicação dos mesmos.

Em anexo remete-se:

- Lista de perguntas do questionário em formato PDF
- Questionário pré-teste em formato PDF
- Questionário em formato PDF
- Questionário pré-teste em formato Word
- Questionário em formato Word
- Link do questionário pré-teste:  
[https://docs.google.com/forms/d/1PvGryCH4Hl5dmlCk\\_jFFy3F-dDSjgUydQezGRFgPRBsYg/edit](https://docs.google.com/forms/d/1PvGryCH4Hl5dmlCk_jFFy3F-dDSjgUydQezGRFgPRBsYg/edit)
- Link do questionário:  
[https://docs.google.com/forms/d/1q\\_EhkbdOIBAHy5iv5HnGRYvv11xK66UXMa55Ox\\_FrFA/edit](https://docs.google.com/forms/d/1q_EhkbdOIBAHy5iv5HnGRYvv11xK66UXMa55Ox_FrFA/edit)

Grata pela atenção dispensada e com os melhores cumprimentos,

Ana Araújo  
Aspirante a Oficial de Polícia  
M/154756

## ANEXO 27. Pedido de autorização para realização de entrevistas

### Ana Catarina Da Silva Araújo

**De:** Ana Catarina Da Silva Araújo  
**Enviado:** 4 de março de 2019 14:24  
**Para:** ISCPSP - Direção Ensino  
**Cc:** Nuno Ricardo Pica Dos Santos  
**Assunto:** Solicitação de autorização para realização de entrevistas exploratórias no âmbito da elaboração de Dissertação de Mestrado  
**Anexos:** guião de entrevista AOP Ana Araújo.pdf; guião de entrevista AOP Ana Araújo.docx

Exmo. Sr. Diretor de Ensino,  
Superintendente Sérgio Felgueiras,

Eu, Ana Catarina da Silva Araújo, Aspirante a Oficial de Polícia n.º 3117/154756, do 31º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no âmbito do trabalho de dissertação de mestrado intitulado: "O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia", orientado pela Exma. Sra. Professora Sónia Morgado e coorientada pelo Exmo. Sr. Comissário Simão Freire, venho muito respetosamente solicitar a V. Exa. que se digne a elaborar um pedido à Direção Nacional da PSP, para obtenção de autorização para a realização de entrevistas a:

1. Sr. Intendente Hugo Palma, atual Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento da Direção Nacional da PSP, e Comandante da Divisão Policial de Sintra aquando da criação da Subsecção de Informações;
2. Sr. Intendente Pedro Franco, atual Comandante da Divisão Policial de Loures e ex-Comandante da Divisão Policial de Sintra;
3. Sr. Subintendente Sérgio Nunes, atual Comandante da Divisão Policial de Sintra em substituição;
4. Sr. Comissário Henrique Figueiredo, atual Chefe do Núcleo de Segurança Privada do COMETLIS, e Chefe da Área Operacional da Divisão Policial de Sintra aquando da criação da Subsecção de Informações;
5. Sr. Comissário Nuno Almeida, atual Chefe da Área Operacional da Divisão Policial de Sintra;
6. Sr. Chefe Jaime Machado, M/148398, a chefiar atualmente a Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra;
7. Sr. Agente Principal Rui Passos, M/140347, a desempenhar funções na Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra desde a sua criação;
8. Sr. Agente Principal Bruno Silva, M/149640 elemento da Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra;

Por ser nossa intenção descrever e explorar a Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra, e por não existir bibliografia que sirva os nossos interesses académicos, julgamos necessário recorrer a aplicação de entrevistas exploratórias a individualidades detentores de tal *know how*.

Atendendo às características de cada entrevistado, e à sua relação com a Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra, agrupamos os entrevistados em três categorias, para as quais formulamos diferentes perguntas:

- Fundadores:

Sr. Intendente Hugo Palma  
Sr. Intendente Pedro Franco  
Sr. Comissário Henrique Figueiredo

- Atual comando:

Sr. Subintendente Sérgio Nunes  
Sr. Comissário Nuno Almeida

- Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra:

Sr. Chefe Jaime Machado,  
Sr. Agente Principal Rui Passos  
Sr. Agente Principal Bruno Silva

É nossa intenção que a realização das entrevistas decorra no mês de março de 2019, em articulação e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

A aplicação das entrevistas será feita presencialmente, mediante reunião previamente agendada com os entrevistados. Solicitando-se ainda, autorização para registar as entrevistas através de gravação áudio.

A Aspirante a Oficial de Polícia Ana Araújo, compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Deste modo, serve o presente email para solicitar a V. Exa. que se digne a requerer autorização à Direção Nacional para aplicação das entrevistas relativas à orientação do policiamento pelas informações daquela Divisão Policial.

Para evitar a demora e dispersão no preenchimento e recolha dos dados das entrevistas, questiona-se se é possível aplicá-las assim que se receba a confirmação de viabilidade de aplicação das mesmas.

Em anexo remete-se:


- Guião de entrevista em formato word
- Guião de entrevista em formato PDF

Grata pela atenção dispensada e com os melhores cumprimentos,

Ana Araújo  
Aspirante a Oficial de Polícia  
M/154756

## ANEXO 28. Autorização para aplicação de questionário

**POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLÍCIAS E SEGURANÇA INTERNA  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos  
Humanos  
Departamento de Formação  
DN/FSP Largo do Penho de França, N.º 1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência: \_\_\_\_\_  
sua Comunicação: \_\_\_\_\_

Assunto: **PERMISSÃO DE COORDENAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLÍCIAS**


1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 3.º ano - Estágio, compete-lhe a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas, ciências sociais e humanas e/ou técnicas de desenvolvimento e adaptação mútua.

2. A Aspirante a Oficial de Polícia Ana Catarina Da Silva Araújo, irá realizar o seu estudo numa das áreas científicas, subordinado ao tema "O policiamento e a inteligência na Divisão de Sintra: Entre a realidade e a utopia", do qual o orientador é Sr.º Prof.º Doutor Sérgio Morgado e coorientador o Sr.º Comissário Sérgio Freire.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para aplicação de um questionário aos elementos policiais em exercício de funções da Divisão Policial do Sintra do COMÉPE, sendo aplicado em dois momentos distintos.

4. Atendendo à natureza do estudo a aplicação do questionário em elementos policiais irá permitir obter dados que são imprescindíveis para a fundamentação das respostas ao problema do estudo no desenvolvimento da dissertação de mestrado.

5. Não se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Ana Araújo se compromete a obter de todos os participantes um termo de consentimento informado, bem como a utilizar os respetos dados apenas no âmbito da dissertação em questão.

O Diretor em substituição  
  
Paulo Jorge Gonçalves Sampaio  
Superintendente


 N.º de Registo: 1344/2012/2010 - Tel. 21203200 - Fax 21203201 - www.icspi.pt

13/18  
Página 1/1

Autógr. 24.02.2019  
P. J. S.

## ANEXO 29. Autorização para realização de entrevistas

**POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERIA  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos  
Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Póvoa de França, N.1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência:  
Sua Comunicação:  
Nossa Referência: 70/SECEDE/2019  
Classificador: 080.01.10  
Processo: SECEDE/2018/0001/ASP  
Data: 2019-03-06

*Autoriza  
11.03.2019*

Assunto: PEDIDO DE COOPERAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado em Ciências Policiais

- O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas, ciências sociais e humanas e/ou ciências de desenvolvimento e adaptação motora.
- A Aspirante a Oficial de Polícia Ana Catarina Da Silva Araújo, irá realizar o seu estudo numa das áreas científicas, subordinado ao tema "O policiamento e a inteligência na Divisão de Sintra: Entre a realidade e a utopia", do qual é orientadora a Sr.ª Prof.ª Doutora Sónia Morgado e coorientador o Sr. Comissário Simão Franco.
- Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevistas às seguintes individualidades da estrutura orgânica da PSP:
  - 1.1. Exmo. Sr. Intendente Hugo Palma, Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento da DN;
  - 1.2. Exmo. Sr. Intendente Pedro Franco Comandante da Divisão Policial de Loures;
  - 1.3. Exmo. Sr. Subcomandante Sérgio Nunes, Comandante da Divisão Policial de Sintra em substituição;
  - 1.4. Exmo. Sr. Comissário Henrique Figueiredo, Chefe do Núcleo de Segurança Privada do COMETUS;
  - 1.5. Exmo. Sr. Comissário Nuno Almeida, Chefe da Área Operacional da Divisão Policial de Sintra;
  - 1.6. Exmo. Sr. Chefe Jaime Machado, Chefe da Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra;
  - 1.7. Exmo. Sr. Agente Principal Rui Passos da Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra;
  - 1.8. Exmo. Sr. Agente Principal Bruno Silva, da Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra;
- Atendendo à natureza do caso, a realização das referidas entrevistas e a informação fornecida será uma mais-valia para a recolha de dados necessários para a elaboração do seu relatório, uma vez que lhe irá conferir maior credibilidade e fundamentação nas respostas e nas conclusões.
- Mais se informa a V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Ana Araújo se compromete a obter de todos os participantes um termo de conhecimento informado, bem como a utilizar as respostas obtidas apenas no âmbito da dissertação em questão.

O Diretor em Substituição  
Paulo Jorge Gonçalves Sampaio  
Superintendente

 S.ª P.ª DE SINTRA, P.O. 1200-091 LISBOA TEL. 213642888 FAX 213642870 WWW.ASPC.PT

11/03/19

## **ANEXO 30. Pedido de consentimento informado**

Exmo. Sr.

Em seguimento à elaboração das entrevistas no âmbito da dissertação de mestrado intitulada como “O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia”, serve o presente email para informar V. Exa. do seguinte:

- Tal como ditam as boas regras da investigação científica, remeto em anexo a transcrição da entrevista gentilmente cedida por V. Exa., para confirmação do seu teor;
- No decorrer da elaboração da dissertação, e após apurar o manancial de informações contidas na retro mencionada entrevista, cheguei à conclusão de que esta investigação beneficiaria mais com a identificação da autoria da entrevista, por configurar credibilidade e fonte de conhecimento prático sobre a matéria das informações;
- Além disso, para poder proceder à análise temática da entrevista será necessário transcrever alguns excertos da mesma;
- Não obstante, e porque algumas entrevistas contêm informação sensível e que não deva ser dada a conhecer publicamente, a investigadora e Aspirante a Oficial de Polícia Ana Catarina da Silva Araújo, compromete-se a **não publicar em anexo, a transcrição integral da entrevista**, bem como a selecionar excertos de texto que não exponham matéria de conhecimento reservado e confidencial.

Destarte, venho mui respeitosamente solicitar a colaboração de V. Exa. para autorizar a sua identificação como autor da entrevista, bem como a transcrição de excertos da mesma. E nesse sentido, também segue em anexo a necessária **declaração de consentimento informado**.

Grata pela atenção disponibilizada e subscrevendo-me com os melhores cumprimentos,

Ana Araújo  
Aspirante a Oficial de Polícia

### **ANEXO 31. Declaração de consentimento informado**

Eu, (nome), (posto policial), declaro que aceito participar no estudo subordinado ao tema “O policiamento e as informações na Divisão de Policial de Sintra: entre a realidade e a utopia”, elaborado pela Aspirante a Oficial de Polícia, Ana Catarina da Silva Araújo, sob orientação da Professora Doutora Sónia Morgado, docente do ISCPSI, e coorientação do Sr. Comissário Simão Freire, no âmbito da elaboração da Dissertação de mestrado no final de Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais.

Declaro que após a entrevista presencial, gravada em formato áudio sob a minha prévia e expressa autorização, recebi a sua transcrição em texto, e concordo com o seu teor.

Declaro também que autorizo a minha identificação como autor das afirmações que forneci no âmbito da entrevista, tal como me foi apresentado pela investigadora.

**O entrevistado:**

---

**A investigadora:**

---